



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DE COMUNIDADES E
ECOLOGIA SOCIAL - EICOS**

RENATA CAMPOS AZEREDO TAVARES

**Investigando as temáticas de Governança e Sustentabilidade sob a perspectiva
ecosófica: um olhar psicossocial da percepção dos atores envolvidos no caso da
Usina de Belo Monte – PA**

Rio de Janeiro

2016

RENATA CAMPOS AZEREDO TAVARES

Investigando as temáticas de Governança e Sustentabilidade sob a perspectiva ecosófica:
um olhar psicossocial da percepção dos atores envolvidos no caso da Usina de Belo Monte
– PA

Dissertação de Mestrado apresentada ao corpo
docente do Programa de Pós-Graduação em
Psicossociologia de Comunidades e Ecologia
Social - EICOS/IP, Universidade Federal do
Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos
requisitos necessários para obtenção do título
de Mestre.

Prof. Dra. Tania Maria de Freitas Barros Maciel
Orientadora

Rio de Janeiro
2016

RENATA CAMPOS AZEREDO TAVARES

Investigando as temáticas de Governança e Sustentabilidade sob a perspectiva ecosófica:
um olhar psicossocial da percepção dos atores envolvidos no caso da Usina de Belo Monte
– PA

Dissertação de Mestrado apresentada ao corpo
docente do Programa de Pós-Graduação em
Psicossociologia de Comunidades e Ecologia
Social - EICOS/IP, Universidade Federal do
Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos
requisitos necessários para obtenção do título
de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Tania Maria de Freitas Barros Maciel

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Tania Maria de Freitas Barros Maciel - Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. Frederico Augusto Tavares Júnior
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. Marcos Vieira Silva
Universidade Federal de São João Del Rey - UFSJ
Rio de Janeiro

2016

Aos meus pais e ao meu esposo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Olécio e Ruth Azeredo, pelo amor incondicional e suporte familiar; por me ensinarem, no jeitinho simples de vocês, os valores mais importantes da minha vida.

Ao meu marido, pelo amor, dedicação, incentivo e compreensão. Por acreditar em meus ideais, por apoiar minhas escolhas, estar sempre aberto a dialogar comigo e discutir o trabalho em todas as fases! Sua contribuição foi fundamental, sob todos os aspectos. Muito obrigada!

Aos meus irmãos, por fortalecerem o núcleo familiar, cada um do seu jeito.

Às minhas amigas, pela compreensão por minhas frequentes ausências. Obrigada pela compreensão.

À minha orientadora, Tania Maciel, pelo apoio nos momentos difíceis, pelas aulas sempre muito vivas e prazerosas, pela compreensão que em vários momentos foram imprescindíveis. Obrigada por dividir seus conhecimentos.

Aos professores do programa EICOS por me ajudarem a expandir meu conhecimento.

Ao pessoal de Altamira (em especial ao Douglas e sua esposa Bruna), pela hospitalidade, pelas caronas e por me receberem tão bem. O conhecimento de vocês sobre a história da cidade me ajudou muito.

A todos que me concederam entrevistas, tornando possível a realização da pesquisa.

Enfim, a todos que contribuíram de forma direta e indireta para a realização desse trabalho. Muito obrigada!

[...] através da cultura material é possível aprender sobre a experiência humana em seu processo de 'fazer coisas', entendido como um impulso básico e permanente ligado ao desejo de realizar um trabalho bem feito.

Maria Inácia D'Avila

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do Rio Xingu.....	56
Figura 2: Comparação da área de alagamento das T.I – estudo das décadas de 80/90 e atualmente.....	57
Figura 3: Atual área de alagamento da UHE Belo Monte.....	59
Figura 4: Engenheiro José A. Muniz Lopes e a índia Tuíra.....	62
Figura 5: I Encontro dos povos indígenas do Xingu em Altamira	63
Figura 6: Mapa de localização do município de Altamira – PA.....	74
Figura 7: Antiga igreja Sagrado Coração de Jesus, em Altamira.....	76
Figura 8: Vista aérea da cidade de Altamira.....	78
Figura 9: Esgoto “a céu aberto” no Rio Xingu	79
Figura 10: Proporção de áreas proporção de áreas protegidas e projetos de assentamentos rurais – Altamira.....	81
Figura 11: Área desmatada na floresta nacional de Altamira.....	83
Figura 12: Visita à ilha do Arapujá – Rio Xingu.....	84
Figura 13: Portinho de Altamira.....	85
Figura 14: Orla do Rio Xingu	85
Figura 15: Reunião do PDRS Xingu.....	86
Figura 16: Mudança para o RUC.....	86
Figura 17: Obra de Belo Monte.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Atores sociais entrevistados na pesquisa de campo realizada em julho de 2015, na cidade de Altamira.....69-70

Quadro 2:Atores sociais que participaram da audiência pública da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA, em 08/07/2015.....71-72

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIAPA	Associação Comercial Industrial e Agropastoril de Altamira
AGU	Advocacia Geral da União
AIMA	Associação dos Índios Moradores de Altamira
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Águas e Energia Elétrica
BM	Belo Monte
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPEL	Centro de Pesquisa de Energia Elétrica
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CMI	Capitalismo Mundial Integrado
CMSE	Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
COHID	Coordenação de Energia Hidrelétrica e Transposição
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DILIC	Diretoria de Licenciamento Ambiental
DNAE	Departamento Nacional de Águas e Energia
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e de Energia Elétrica
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
DRDH	Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras
ENERAM	Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia
ENID	Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
EPE	Empresa de Pesquisa Energética

FADESP	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FORT-Xingu	Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental da Transamazônica e Xingu
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FVPP	Fundação Viver Produzir e Preservar
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade
II PND	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA	Instituto Socioambiental
JK	Juscelino Kubitschek
LI	Licença de Instalação
LP	Licença Prévia
MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MMA	Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MME	Ministério de Minas e Energia
MMTCC	Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade de Altamira
MPF	Ministério Público Federal
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MPST	Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica
MXVPS	Movimento Xingu Vivo para Sempre
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONGs	Organizações não Governamentais
ONS	Operador Nacional do Sistema
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PBA	Projeto Básico Ambiental
PDRS-X	Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNEE	Plano Nacional de Energia Elétrica
PPA	Plano Plurianual
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
PT	Partido dos Trabalhadores
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RUC	Reassentamento Urbano Coletivo
RPL	Relatório do Processo Ambiental
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SGP	Secretaria Geral da Presidência da República
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STF	Supremo Tribunal Federal
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
TI	Territórios Indígenas
TR	Termo de Referência
TVR	Trecho de Vazão Reduzida
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I	
ECOSOFIA: REVISITANDO AS 3 ECOLOGIAS SEGUNDO A PERSPECTIVA	
PSICOSSOCIAL.....	21
1.1 O olhar ecosófico: uma breve reflexão conceitual sobre o tem.....	21
1.2 As tensões molares e moleculares na produção da subjetividade.....	23
1.3 As 3 ecologias e a lógica da Participação dos atores sociais.....	27
1.4 O capitalismo rizomático e a ecosofia: a dissolução das fronteiras.....	29
CAPÍTULO II	
SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA NA ERA DO CAPITALISMO	
RIZOMÁTICO SOB A PERSPECTIVA ECOSÓFICA.....	33
2.1 Governo ou Governança? Algumas considerações sobre os conceitos de Governança e Participação.....	33
2.2 Governança e Sustentabilidade: é possível conciliá-las ao Desenvolvimento?.....	43
2.3 Uma reflexão sobre a temática da Sustentabilidade na Era do Capitalismo Contemporâneo sob o olhar ecosófico.....	50
CAPÍTULO III	
BELO MONTE: UMA HISTÓRIA DE CONFLITOS.....	54
3.1 A polêmica trajetória da hidrelétrica – de Kararaô à Belo Monte.....	54
CAPÍTULO IV	
METODOLOGIA DA PESQUISA.....	65
4.1 A Abordagem metodológica da pesquisa.....	65
4.2 Descrição do campo de estudo: o município de Altamira.....	73
CAPÍTULO V	
RESULTADO DA PESQUISA.....	87
5.1 O olhar psicossociológico e a polarização dos atores sociais em dois grupos – quem é contra e quem é a favor de Belo Monte.....	87
5.2 Belo Monte e a (in)definição de fronteiras de responsabilidades dos setores público e privado.....	99

5.3 Há governança? O posicionamento dos atores estatais no processo decisório de Belo Monte.....	110
5.4 Resolução de conflitos e coordenação de interesses diferentes: uma análise da participação dos atores sociais e estatais em audiência pública para tomada de decisão.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS.....	142

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada nesta dissertação de mestrado tem como objeto de estudo investigar as temáticas de governança e sustentabilidade sob a perspectiva ecosófica, através de um olhar psicossocial dos atores envolvidos no contexto da Usina de Belo Monte, que está sendo construída no Rio Xingu, no estado do Pará.

O foco central desta pesquisa é identificar como as temáticas de governança e sustentabilidade são percebidas no contexto da construção de Belo Monte, através da análise do papel dos atores sociais envolvidos, a partir de um viés psicossocial. Cabe ressaltar que o marco temporal dessa pesquisa é o ano de 2015. Sendo assim, a ênfase desse estudo recai na investigação dos seguintes temas de discussão: (a) o olhar psicossociológico sobre os atores sociais; (b) as fronteiras de responsabilidades dos setores público e privado; (c) o posicionamento dos atores estatais no processo decisório; e (d) a participação dos atores sociais na resolução de conflitos e coordenação de interesses diferentes.

A pesquisa procura investigar como a governança pode ser utilizada pelo governo como uma ferramenta auxiliar no sentido de orientá-lo em algumas de suas funções, tal qual coordenar os interesses privados e a resolução dos conflitos entre esses últimos no espaço público, assim como, estabelecer fronteiras de responsabilidades entre entes públicos e privados numa situação emergente de mitigação de impactos socioambientais, no sentido de preservar as instâncias ecológicas e fortalecer as relações sociais em processos de tomada de decisões. As questões são analisadas a partir do entendimento de que o conceito de governança extrapola ações de governo, conforme Carlsson & Sandstrom (2008), “enquanto o governo está associado a uma hierarquia político-administrativa, na governança, a política é produzida dentro de estruturas multi-ator, para além de uma hierarquia formal, sendo o governo considerado um possível, mas não necessariamente o mais importante ator”.

O estudo traz como eixo teórico principal o pensamento ecosófico de Felix Guattari (1990), dialogando com outros autores, tais como Zigmunt Bauman (2001), Gilles Deleuze (1992), Michael Hardt (2000), Antonio Negri (2001), Ignacy Sachs (2004), dentre outros. Nesse sentido, Guattari (1990) propõe uma nova perspectiva para lidar com questões ecológicas e sociais em uma era atravessada pelo capitalismo rizomático, o que ele chama

de uma articulação ético-política – a ecosofia – entre os três registros ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana. A concepção teórica proposta por Guattari, aprofundada ao longo do trabalho, advém do seguinte paradoxo, observado pelo autor, nos dias atuais:

“[...] de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos.” (GUATTARI, 1990, p. 12)

Para investigar os temas focais dessa dissertação, foi realizada pesquisa de campo na cidade de Altamira, no Pará, no período de 05 a 23 de julho de 2015. Foram considerados, também, os áudios da Audiência Pública realizada em Brasília, na Câmara dos Deputados, no dia 8 de julho de 2015 – durante a pesquisa de campo – que teve como objetivo o debate da viabilidade de liberação da Licença de Operação à Belo Monte. Em ambos os momentos, buscou-se atentar aos diferentes posicionamentos dos representantes dos atores sociais envolvidos no contexto de Belo Monte. Nesse sentido, o olhar psicossociológico sobre os diferentes atores sociais permite a compreensão da forma de organização desses atores, que se polarizam em dois grupos: de um lado, aqueles que são a favor de Belo Monte; do outro, aqueles que são contra.

A abordagem metodológica da pesquisa se fundamenta em um enfoque qualitativo exploratório e teve como principais alternativas metodológicas a pesquisa bibliográfica exploratória, o questionário semi-estruturado e a entrevista semi-estruturada. Dessa forma, a pesquisa foi desenvolvida com base em um estudo de caso na área onde está sendo construída a usina hidrelétrica de Belo Monte, especificamente no município de Altamira, no estado do Pará, região norte do Brasil. O caminho metodológico percorrido por esta pesquisa leva em consideração a perspectiva de Minayo *et al* (2007), para a qual metodologia é entendida como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Para Minayo (2007), “a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as

técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)” (p. 14).

A escolha da usina hidrelétrica de Belo Monte como objeto de estudo se justifica pelas características de seu processo de construção que, ao longo do tempo, foi marcado por conflitos, necessidade de mitigação de impactos socioambientais, falta de clareza nas definições de responsabilidades do poder público e do ente privado, dentre outras questões. Historicamente, segundo Pereira (2014), a usina tem sido considerada como um projeto prioritário por diferentes governos: desde o período da ditadura militar brasileira (1964-1985) – quando foi inserida no segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) – até a era da redemocratização – quando a usina foi considerada como projeto estratégico por diferentes planos governamentais, como o Plano Plurianual Avança Brasil e o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). O projeto da usina tem impactos negativos sobre grupos vulneráveis – como indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores, pescadores, etc. – que sempre tiveram dificuldades para influenciar os processos políticos cujas decisões dizem respeito a eles. Assim, esses atores sociais têm se organizado e utilizado diferentes estratégias desde os primeiros debates sobre a viabilidade da usina, na década de 1970, como uma tentativa de influenciar as decisões das agências estatais e incluir suas demandas no planejamento governamental sobre Belo Monte. Por outro lado, a construção da usina tem sido apoiada por atores associados a grupos econômicos locais e nacionais – como barrageiros e empresários dos ramos da mineração, da agropecuária, da indústria e do comércio.

Os debates sobre a viabilidade de Belo Monte, ainda conforme Pereira (2014), remontam à década de 1970 e se inserem na estratégia do governo militar de construir um complexo hidrelétrico no Rio Xingu como forma de diversificar a matriz energética brasileira em um contexto de crise do petróleo. Os primeiros planejamentos de Belo Monte posicionavam a usina como uma peça fundamental desse conjunto de hidrelétricas planejadas para o Rio Xingu que, somadas, gerariam severos impactos sociais e ambientais, como o alagamento de 13 Territórios Indígenas (TI) e de uma área equivalente a 18000 km² (BRASIL, 2010; JAICHAND E SAMPAIO, 2013, *apud* PEREIRA, 2014). Mais tarde, na década de 1980, após o Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, o plano original

foi alterado, resultando na diminuição do reservatório e o não alagamento de nenhum Território Indígena.

É importante destacar que esses debates, ainda segundo Pereira (2014), catalisaram diversas mobilizações e desencadearam processos de conflito e de negociação, o que fez com que Belo Monte se tornasse uma das hidrelétricas mais conhecidas do mundo. Na década de 1970, o governo militar ressaltava a necessidade da construção de grandes usinas hidrelétricas na Amazônia para solucionar a crise energética e, assim, viabilizar a implementação de diversos projetos desenvolvimentistas que dinamizariam a economia nacional e ajudariam a inserir a região amazônica ao espaço produtivo do país. Nessa linha, alguns grupos da região do Xingu – como empreendedores da indústria, do comércio, da agricultura, entre outros – viam Belo Monte com bons olhos por representar uma oportunidade de atrair investimentos e projetos de infraestrutura para uma região extremamente carente em serviços públicos e em infraestrutura básica (PEREIRA, A; 2014). Nesse sentido, cabe destacar que, historicamente, a região norte sempre foi deficitária em relação a políticas públicas e essa ausência secular do Estado teve um peso considerável ao se estabelecer as ações socioambientais compensatórias para o empreendedor de Belo Monte.

Mas a implementação de uma grande usina hidrelétrica em uma região com forte presença de populações indígenas, de Unidades de Conservação (UC) e com grande biodiversidade, segundo Pereira (2014), alertou ambientalistas nacionais e internacionais, grupos indígenas, organizações de direitos humanos, entre outros para os severos impactos de Belo Monte. Além disso, havia um grande medo de que as promessas de dinamização da economia e de melhoria de infraestrutura na região do Xingu teriam efeitos inversos, segundo Pereira (2014), já que a atração de um grande contingente populacional sobrecarregaria a estrutura de serviços básicos – como os da área de saúde e educação – da região, que já eram insuficientes para a própria população local. Ademais, o histórico de atuação do governo federal, na Amazônia, aumentava esse receio: as hidrelétricas construídas na região durante o governo militar – como Balbina, no Rio Uatumã, no estado do Amazonas; e Tucuruí, no Rio Tocantins, no estado do Pará – foram planejadas e implementadas sem muitos cuidados com questões ambientais e sociais; o projeto de colonização da região, na década de 1970, cujo carro chefe foi a construção da rodovia

Transamazônica, fracassou e foi abandonado pelo governo federal, deixando os colonos em uma região sem infraestrutura básica. Como a hidrelétrica afetaria grupos sociais vulneráveis – como ribeirinhos e indígenas – havia preocupações de que o governo federal não seria capaz de lidar de forma adequada com os impactos nessas populações.

Cabe destacar que a década de 1980 foi contextualizada pela redemocratização e pela consolidação da discussão sobre os direitos indígenas, fazendo com que Belo Monte apresentasse um forte simbolismo ao representar o modelo de desenvolvimento da época da ditadura militar, caracterizado, ainda segundo Pereira (2014), pelas decisões autoritárias de *cima-para-baixo* e pelo pouco cuidado com questões ambientais e com grupos vulneráveis, como os indígenas. Assim, o ano de 1989 foi marcado pelo Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Rio Xingu (contrários à usina), evidenciando a polarização entre os atores sociais que se colocavam contrários ou favor da usina, e pela criação do Movimento Pró-Kararaô (favorável à Belo Monte). O Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Rio Xingu, relatado em Pereira (2014), representou um marco do socioambientalismo brasileiro e foi capaz de reunir ambientalistas, artistas internacionais, indígenas, jornalistas, políticos e burocratas.

Nesses 46 anos de Belo Monte, muitas mudanças aconteceram. Ainda de acordo com Pereira (2014), o projeto saiu da agenda do governo federal em alguns momentos e foi considerado como projeto prioritário, em outros. O plano original da usina foi alterado, assim como, as previsões do governo federal de inauguração de Belo Monte. A usina começou a ser construída em 2011 e o início de sua operação deveria ocorrer em fevereiro de 2015, mas foi adiado por mais um ano, passando para fevereiro de 2016. Em 24 de novembro deste ano, o IBAMA concedeu a Licença de Operação à Belo Monte condicionando-a ao cumprimento de 41 condicionantes.

Assim, tendo esse cenário como pano de fundo, essa pesquisa busca investigar alguns aspectos relacionados às temáticas de governança e sustentabilidade no âmbito de Belo Monte, conforme apresentado no início desta introdução, a partir de um viés psicossocial sobre a percepção dos diferentes atores sociais que compõem este cenário, considerando como eixo teórico o pensamento ecosófico de Félix Guattari (1990). Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos: (1) analisar o olhar psicossociológico da percepção dos atores sociais; (2) identificar a existência de fronteiras de responsabilidade

do setor público e privado; (3) investigar ações de governança na última etapa de construção da usina; (4) analisar a participação dos atores sociais no processo de resolução de conflitos e coordenação de interesses diferentes.

A partir dos objetivos específicos, a pesquisa procura responder às seguintes questões: (1) O que revela o olhar psicossociológico sobre a percepção dos atores sociais envolvidos? (2) Existem fronteiras de responsabilidade bem definidas, entre os setores públicos e privado, no âmbito de Belo Monte? (3) Pode-se dizer que existe governança? Por que? (4) Há resolução de conflitos e coordenação de interesses, através da participação?

Sendo assim, essa dissertação encontra-se dividida em 5 capítulos, além desta introdução e da conclusão.

O Capítulo I – *Ecosofia: revisitando as 3 ecologias segundo a perspectiva psicossocial* – apresenta o pensamento ecológico-filosófico proposto por Félix Guattari (1990), chamado por ele de ecosofia, que seria uma articulação ético-política entre os três registros ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana. Nesse sentido, o capítulo I aborda as tensões molares e moleculares na produção da subjetividade; a relação das 3 ecologias e a lógica da participação dos atores sociais; e o capitalismo rizomático e a ecosofia: a dissolução das fronteiras. Essa percepção teórica é o que vai permitir a análise sobre o resultado obtido na pesquisa de campo, com relação às temáticas de governança e sustentabilidade.

O objetivo do Capítulo II – *Sustentabilidade e governança na era do capitalismo rizomático sob a perspectiva ecosófica* – é expor os conceitos de governança e sustentabilidade e estabelecer uma correlação desses conceitos ao pensamento ecosófico de Guattari (1990).

O Capítulo III – *Usina Hidrelétrica de Belo Monte: uma história de conflitos* – traz um pouco da história da construção da Usina de Belo Monte até os dias atuais, destacando os principais fatos que envolvem a participação dos diferentes atores sociais.

No Capítulo IV – *Metodologia da Pesquisa* – é apresentada a metodologia utilizada no trabalho. A pesquisa se fundamentou em um enfoque qualitativo exploratório, e teve como principais alternativas metodológicas a pesquisa bibliográfica exploratória, a pesquisa documental, o questionário semi-estruturado e a entrevista semi-estruturada. Outro método utilizado foi a pesquisa de campo a partir de uma visita realizada à cidade de Altamira, no

estado do Pará, no período de 05 a 23 de julho de 2015. O objetivo do trabalho de campo foi realizar entrevistas com atores chaves, além da participação – como observadora – de reuniões de movimentos sociais e do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRS-X. Nesse ponto, cabe destacar que tive grandes dificuldades em gravar as entrevistas, registrando apenas por meio de anotações. Foram analisados os vídeos da Audiência Pública realizada em Brasília, na Câmara dos Deputados, no dia 8 de julho de 2015 – que ocorreu durante meu trabalho de campo – referente ao debate da viabilidade de liberação da Licença de Operação à Belo Monte.

No Capítulo V – *Resultado da Pesquisa* – é apresentado o resultado da pesquisa de campo a partir dos objetivos estabelecidos, buscando-se responder às questões específicas: (1) O que revela o olhar psicossociológico sobre a percepção dos atores sociais envolvidos? (2) Existem fronteiras de responsabilidade bem definidas, entre os setores públicos e privado, no âmbito de Belo Monte? (3) Pode-se dizer que existe governança? Por que? (4) Há resolução de conflitos e coordenação de interesses, através da participação?

Por fim, são apresentadas as principais contribuições dessa dissertação para uma reflexão sobre as temáticas de Governança e Sustentabilidade, a partir de um olhar psicossocial da percepção dos diferentes atores sociais envolvidos no processo de construção de uma das maiores usinas hidrelétricas do país, mas sob uma nova perspectiva para se pensar ‘velhos’ problemas: a perspectiva ecosófica.

CAPÍTULO I

ECOSOFIA: REVISITANDO AS 3 ECOLOGIAS SEGUNDO A PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL

1.1 O OLHAR ECOSÓFICO: UMA BREVE REFLEXÃO CONCEITUAL SOBRE O TEMA

Nos últimos tempos, muito tem se falado acerca da questão ambiental em virtude do alto grau de degradação do meio ambiente, que vem comprometendo seriamente a qualidade de vida do planeta. Em *As Três Ecologias*, Felix Guattari (1990) traz a constatação de que “o planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico-científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçam a implantação da vida em sua superfície” (p. 7). É nesse cenário que ele faz um alerta aos modos de vida contemporâneos, que, segundo ele, evoluem no sentido de uma progressiva deterioração:

[...] os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração. As redes de parentesco tendem a se reduzir ao mínimo, a vida doméstica vem sendo gangrenada pelo consumo da mídia, a vida conjugal e familiar se encontra frequentemente, “ossificada” por uma espécie de padronização dos comportamentos, as relações de vizinhança estão geralmente reduzidas a sua mais pobre expressão...” (GUATTARI, 1990, p. 7)

O autor alerta, ainda, que as atuais formações políticas e instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações, e que as ameaças que pesam sobre o planeta hoje devem ser tratadas além da ecologia ambiental. Nesse sentido, Guattari (1990) sugere a busca por novos caminhos sustentáveis de interação com o meio ambiente, a partir da resignificação da relação da subjetividade do indivíduo com sua exterioridade. Assim, o autor propõe que somente uma

articulação ético-política – a que ele chama *ecosofia* – poderia esclarecer de forma adequada tais questões:

[...] só uma articulação ético-política – a que chamo de *ecosofia* – entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões (GUATTARI, 1990, p. 8)

Para Guattari (1990), essa resposta à crise ecológica só será verdadeira se ocorrer em uma escala planetária, envolvendo não só as relações de forças visíveis em grande escala, mas também os domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo:

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Esta revolução deverá concernir, portanto, não só às relações de forças visíveis em grande escala mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo. (GUATTARI, 1990, p. 9)

A crise ecológica, constatada por Guattari (1990), desenrola-se na era contemporânea, marcada pela expansão capitalística. A era do neoliberalismo, segundo Chomsky (2002), caracterizada por “políticas de livre mercado que incentivam o empreendimento privado e a escolha do consumidor, premiam a responsabilidade pessoal e a iniciativa empresarial e freiam a mão pesada do governo incompetente, burocrático e parasitário que não é capaz de fazer nada bem feito [...]” (p.7). Sob a concepção de Pelbart (2001) essa era de expansão capitalística é uma nova ordem global de soberania que se organiza sob uma outra lógica e estrutura de comando, a de um império, cuja expansão está na captura de novos consumidores e não territórios. Sob essa concepção, esse novo capitalismo circula em rede, enaltecendo as conexões, a movência, a fluidez, a produção de novas formas de exploração e de exclusão, novas elites e novas misérias. Assim, sob essa nova forma global de economia – que funciona “por meio do desejo e do prazer (o desejo

de mercadorias e o prazer do consumo)”, segundo Hardt e Negri (2001) – o desejo dos consumidores permite a fluidez do capital. Mas como se viabilizar outras redes que não as comandadas pelo capital? Que possibilidades restam de criar laço, de tecer um território existencial e subjetivo na contramão da serialização e das reterritorializações propostas a cada minuto pela economia material e imaterial atual?

1.2 AS TENSÕES MOLARES E MOLECULARES NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

A subjetividade, os bens e o meio ambiente encontram-se laminados sob a lógica de uma sociedade operada pelo Capitalismo pós-industrial – ou Capitalismo Mundial Integrado (CMI, como o denomina) – segundo Guattari (1990), que entende ser necessário, portanto, se debruçar sobre o que poderiam ser os dispositivos de produção de subjetividade, indo no sentido de uma ressingularização individual e/ou coletiva. Esta nova configuração do capital tende cada vez mais a

[...] descentrar seus focos de poder das estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade, por intermédio, especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade. (GUATTARI, 1990, p. 31).

O autor observa que o CMI tende a operar em outras esferas que não somente a produção econômica. Ele opera descentralizado, integrando diferentes dimensões (política, social, econômica, cultural, ambiental, etc) e produzindo comportamentos sociais. Para Pontes (2016), trata-se de um modelo de capital que se reinventa a todo o momento, com o objetivo de manter-se vivo e atuante. Segundo Bauman (2001), trata-se de um capitalismo que, ao contrário do modelo anterior, tende a ser obcecado por valores, e a conceber o mundo com uma coleção infinita de possibilidades.

Ampliando esse debate, Tavares e Pontes (2014) afirmam que este capitalismo, também entendido como conexcionista (PELBART, 2003), opera sob a lógica do controle e se estende por todas as dimensões psíquicas, sociais, políticas e culturais, por meio da

perspectiva de um enredamento. A busca por novos dispositivos de ressingularização pressupõe a subjetividade como meta a ser alcançada, a partir de um olhar transversal:

A subjetividade, por meio de chaves transversais, se instaura ao mesmo tempo no mundo do meio ambiente, dos grandes Agenciamentos sociais institucionais e, simetricamente, no seio das paisagens e dos fantasmas que habitam as mais íntimas esferas do indivíduo. A reconquista de um grau de autonomia criativa num campo particular invoca outras conquistas em outros campos. (GUATTARI, 1990, p. 55).

Ocorre que o Capitalismo Mundial Integrado opera na esfera psicossocial, produzindo subjetividades, que são reguladas pelo desejo e pelo consumo. Segundo Guattari (1990), a “máquina capitalística produz [...] aquilo que acontece conosco quando sonhamos, quando devaneamos, quando fantasiemos, quando nos apaixonamos e assim por diante. [...]” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 16). Ela torna-se responsável por uma inédita produção de subjetividade que, seja em seus aspectos materiais (bens de consumo) ou imateriais (desejos, afetos, etc.), sendo projetada de forma rizomática, na realidade do mundo e na realidade psíquica, produz os relacionamentos interpessoais até em suas representações inconscientes. E na cultura, como um todo. Além disso, fabrica a relação com a produção, com a natureza, com o movimento, com o corpo, com o tempo, em suma, ela fabrica a relação do homem com o mundo e consigo mesmo (GUATTARI; ROLNIK, 1996, *apud* Tavares, Pontes, 2014).

Guattari e Rolnik (1996) afirmam a existência de uma “cultura de massa” gerada pela grande máquina capitalística, que tende a produzir indivíduos normalizados, articulados uns com os outros, configurando-se como uma produção de subjetividade social – e não somente individual – que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo. Essa máquina capitalística produz uma culpabilização no indivíduo que, ao se deparar com uma imagem de referência – “quem é você?”, “que etiqueta poderia classificar você?” – sente-se obrigado a assumir a singularidade de sua própria posição com o máximo de consistência; e diante de uma exigência de referência, “acaba-se caindo, automaticamente, numa espécie de buraco, que faz com que a gente comece a se indagar: “afinal das contas quem sou eu?” (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 41).

Esse reconhecimento da singularidade da própria posição do indivíduo, com o máximo de consistência, é praticamente impossível de se fazer sozinho, pois uma posição implica sempre um agenciamento coletivo, segundo Guattari e Rolnik (1996). E um agenciamento comporta dois seguimentos, um de conteúdo, outro, de expressão, segundo Zourabichvili (2004)

De um lado ele é *agenciamento maquínico* de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo um sobre os outros; de outro, *agenciamento coletivo de enunciação*, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas atribuindo-se aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem ao mesmo tempo *lados territoriais* ou reterritorializados, que o estabilizam, e *pontas de desterritorialização* que o impelem. (GUATTARI, 1975, *apud* ZOURABICHVILI, 2004, p. 20).

Zourabichvili (2004) afirma ainda que o indivíduo está diante de um agenciamento toda vez em que puder identificar e descrever a junção de um conjunto de relações materiais e de um regime de signos correspondente. Para o autor, a discrepância dos casos de agenciamento deve ser sistematizada do ponto de vista da imanência, a partir do qual a existência do indivíduo se mostra intrínseca a agenciamentos variáveis e remanejáveis que não cessam de produzi-las.

Ocorre que cada indivíduo deve lidar com esses grandes agenciamentos sociais, caracterizados por uma forma relativamente invariável e por um funcionamento reprodutor – os agenciamentos “molares” –, que é o pólo estrato dos agenciamentos, segundo Zourabichvili (2004). Em contrapartida, a forma como o indivíduo interage e participa da reprodução desses agenciamentos sociais depende de agenciamentos locais, “moleculares”, onde o próprio indivíduo é tomado,

[...] seja porque, limitando-se a efetuar as formas socialmente disponíveis, a modelar sua existência segundo os códigos em vigor, ele aí introduz sua pequena irregularidade, seja porque procede à elaboração involuntária e

tateante de agenciamentos *próprios* que “decodificam” ou “fazem fugir” o agenciamento estratificado [...] (ZOURABICHVILI, 2004, p. 21).

Aprofundando a análise, Zourabichvili (2004) entende que “se a instituição é um agenciamento molar que repousa em agenciamentos moleculares”, deduz que o indivíduo “só se constitui ao se agenciar, ele só existe tomado de imediato em agenciamentos” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 21). Por outro lado, o autor alerta que os dois pólos de agenciamento não são o coletivo e o individual; existem dois sentidos, mas os dois se encontram na ordem do modo coletivo.

Não nos iludiremos, portanto, quanto ao caráter coletivo do “agenciamento de enunciação” que corresponde a um “agenciamento maquínico”: ele não é produzido *por*, mas por natureza é *para* uma coletividade. [...] É nisso que o desejo é o verdadeiro potencial revolucionário. (ZOURABICHVILI, 2004, p. 22).

Nesse sentido, só existe desejo agenciado ou maquinado, pois advém de uma relação complexa entrelaçada entre “conteúdo” (“agenciamento maquínico”) e “expressão” (“agenciamento coletivo de enunciação”), redefinidos como duas formas independentes; assim, “não é mais uma oscilação entre dois pólos, como visto acima, mas a correlação de duas faces separadas” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 23).

Guattari e Rolnik (1996) afirmam que a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação, visto que “os processos de subjetivação, de semiotização – ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica – não são centrados em agentes individuais [...] nem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados.” (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 31).

A constatação de uma “produção de subjetividade capitalística” – processo de subjetivação característico do capitalismo – leva à análise das implicações políticas desses processos, segundo Guattari e Rolnik (1996), a partir do reconhecimento dessa produção como indústria de base do sistema capitalista; da sensibilização de pontos de ruptura desse complexo industrial de subjetivação, “pontos nos quais se situariam, segundo esses autores [Guattari e Deleuze], muitos dos movimentos sociais atuais”; e de que esses pontos de

ruptura podem ser entendidos como focos de resistência política da maior importância (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 45).

A resistência a essa tentativa de controle social – que ocorre através da produção de subjetividade em escala mundial – são fatores de relutância consideráveis, processos de diferenciação permanente, chamados por Guattari e Rolnik (1996) de “revolução molecular”.

1.3 AS 3 ECOLOGIAS E A LÓGICA DA PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

Na perspectiva das 3 ecologias, um dos desafios da ecologia social, segundo Tavares e Pontes (2014), será a reconstrução das relações humanas em todos os níveis, sobretudo sem negligenciar o fato de que o capital se deslocou e se desterritorializou, ampliando seu império sobre o conjunto da vida social, econômica e cultural, infiltrando-se nos estratos subjetivos mais profundos. De acordo com Guattari (1990), a subjetividade torna-se capitalística sendo produzida pela mídia e pelos equipamentos coletivos, de modo geral, que impõem modelos de como se viver, não sendo, deste modo, uma posse do indivíduo, mas sim uma produção contínua que se estabelece a partir da relação com o outro, compreendendo-se esse “outro” como tudo o que produz efeito nos corpos e nas maneiras de viver (GUATTARI; ROLNIK, 1996 *apud* Tavares; Pontes, 2014). Se outrora o capitalismo da produção foi imóvel e fixo, operando por meio de uma lógica transcendente, agora ele é móvel e líquido, apresentando-se pela perspectiva de imanência, ou seja, o Capitalismo Mundial Integrado se constitui pelas lógicas do rizoma e do agenciamento.

Nesse contexto, a ideia de participação passa a configurar como importante ferramenta na articulação de uma “revolução molecular”, pois permitiria segundo Deleuze e Guattari (*apud* GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 45), “focos de resistência política da maior importância, já que atacam a própria raiz do sistema”. Para Bordenave (2013), existe uma tendência para intensificação dos processos participativos, “aqui e acolá surgem associações as mais diversas: amigos do bairro, movimentos ecológicos, associações de moradores, comunidades eclesiais de base, e outras” (BORDENAVE, 2013, p. 7).

Bordanave (2013, *apud* ALVES, 2015) aponta que existe uma necessidade de saber em que consiste a participação na construção de uma sociedade solidária. Para ele, o uso frequente da palavra participação também revela a aspiração de setores cada dia mais numerosos da população a assumirem o controle do próprio destino. No entanto, o autor ressalta que esse interesse pela participação “não parece estar acompanhado de um conhecimento generalizado do que ela é, de seus graus e níveis, de suas condições, sua dinâmica e suas ferramentas operativas” (BORDENAVE, 2013, p. 8). Loureiro, Marcus e França (2003) entendem que a participação é um “processo social que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino do coletivo”. Nesse sentido, Souza (2004) ressalta que é importante considerar que a participação se produz na dinâmica da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana dos diversos segmentos da população, podendo esta ser entendida como uma questão social, um processo contrário à dominação, à concentração de poder.

Para Guattari e Rolnik (1996), o que caracteriza os novos movimentos sociais não é somente uma resistência contra esse processo geral de serialização da subjetividade (que representa a dominação e a concentração de poder), mas também, a tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares, processos de singularização subjetiva. Por isso, a importância das representações em grupos, que passam a ter a autonomia de operar seu próprio trabalho de semiotização, de se inserir em níveis de força local, etc.

A função da autonomização num grupo corresponde à capacidade de operar seu próprio trabalho de semiotização, de cartografia, de se inserir em níveis de relações de força local, de fazer e desfazer alianças, etc. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 46)

Cabe ressaltar que a Psicologia Social Comunitária representa a possibilidade de desenvolvimento da consciência social de grupos e de relações sociais “que se efetivem através da comunicação e cooperação entre pessoas, relações onde não haja dominação de uns sobre os outros” (LANE, 1981, p.68). Para a autora, “cada grupo desenvolve um processo próprio, em função das suas condições reais de vida e das características peculiares dos indivíduos envolvidos” (LANE, 1981, p.70). Para Marcos Vieira Silva e Sheila F. Miranda (2013), “é em meio a este ambiente complexo e difuso que ocorre o

processo de produção das identidades, de forma que as experiências grupais entram em confluência com aquelas subjetivas, em um movimento de constante metamorfose”. Assim, os autores complementam que “a análise dos grupos implica percebê-los em um permanente movimento de produção e reprodução, um processo que permita elucidar as contradições constitutivas de uma das categorias fundamentais da Psicologia Social: identidade”.

Guattari e Rolnik (1996) reforçam a importância dos grupos no processo de singularização, destacando que a característica “autodelador” é o que vai permitir ao grupo captar os elementos da situação que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, “sem ficar nessa posição constante de dependência em relação ao poder global, a nível econômico, a nível do saber, a nível técnico, a nível das segregações, dos tipos de prestígio que são difundidos” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 46). E essa resistência à dominação de poder consiste numa revolução molecular, que cria mutações na subjetividade consciente e inconsciente dos indivíduos e dos grupos sociais; revolução caracterizada pela contestação do sistema de representação política, questionamento da vida cotidiana, da sua relação com o consumo, com a produção, com o lazer, com os meios de comunicação, com a cultura, e por aí fora. Assim, a revolução molecular consiste em “produzir as condições não só de uma vida coletiva, mas também da encarnação da vida para si próprio, tanto no campo material, quanto no campo subjetivo”. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 46).

1.4 O CAPITALISMO RIZOMÁTICO E A ECOSOFIA: A DISSOLUÇÃO DAS FRONTEIRAS

Para se refletir sobre as temáticas de governança e sustentabilidade através de uma perspectiva ecosófica, há que se pensar nas relações de poder que perpassam essas questões, partindo do pressuposto de que as relações psíquicas, sociais e ambientais são atravessadas pela lógica de um capitalismo rizomático e conexionista (PELBART, 2003). É importante que se parta de um olhar sobre a formação da sociedade com base na noção de transição entre o modelo de Sociedade Disciplinar, predominante entre os séculos XVIII e

XX e descrita por Michel Foucault (1987), para um conceito de Sociedade de Controle, abordado por Gilles Deleuze (1992), como tentativa de compreender os moldes da sociedade contemporânea.

Com a transição da disciplina para o controle, Deleuze (1992) destaca o fim das instituições de confinamento (disciplinar) e o aparecimento de novos dispositivos de controle, pela lógica de rede (rizoma). Ocorre que nessa nova lógica, o papel do Estado é reduzido e ressignificado. Guattari (1990) questiona o tradicional papel dos Estados ao tentar mediar as práticas “do império de um mercado mundial que lamina os sistemas particulares de valor, que coloca num mesmo plano de equivalência os bens materiais, os bens culturais, as áreas naturais e etc”, ao mesmo tempo em que se “coloca o conjunto das relações sociais e das relações internacionais sob a direção das máquinas policiais e militares” (Guattari, 1990, p.10) e constata que esse papel de mediador dos Estados vem se reduzindo cada vez mais, e que estes se colocam, na maioria das vezes, a serviço conjugado das instâncias do mercado mundial e dos complexos militar-industriais. Para Bauman (1999), esse enfraquecimento do Estado é provocado por um processo de “definhamento das nações-estados” decorrente de uma era de expansão capitalística que tem como característica um capital cada vez mais rápido e sem fronteiras, sem domicílio fixo, onde as ferramentas do Estado (territorial) não mais funcionam.

“A economia – o capital, que significa dinheiro e outros recursos necessários para fazer as coisas, para fazer mais dinheiro e mais coisas – move-se rápido; rápido o bastante para se manter permanentemente um passo adiante de qualquer Estado (territorial, como sempre) que possa tentar conter e redirecionar suas viagens” (David Harvey, *apud* Bauman, 1999)”

“Num mundo em que o capital não tem domicílio fixo e os fluxos financeiros estão bem além do controle dos governos nacionais muitas das alavancas da política econômica não mais funcionam. (Vincent Cable, *apud* Bauman, 1999)”

Entender a Sociedade de Controle em sua essência, para Hardt (1994 *apud* ALLIEZ, 2000), é pensá-la a partir do conceito de Biopoder, que se constitui como a nova ordem

mundial. Esta forma de poder tem por objetivo a natureza humana e é constituída nas entranhas do capital, das instituições transnacionais e do mercado global. Para Foucault (1986 apud HARDT; NEGRI, 2001, p. 43), “A vida agora se tornou objeto de poder”. Neste contexto, Pelbart (2003) afirma que:

É nesse sentido que a vida tornou-se um objeto de poder, não só na medida em que o poder tenta se encarregar da vida na sua totalidade, penetrando-a de cabo a rabo e em todas as suas esferas, desde a sua dimensão cognitiva, psíquica, física, biológica, até a genética, mas, sobretudo, quando esse procedimento é reformado por cada um de seus membros. O que está em jogo nesse regime de poder, de qualquer modo, é a produção e a reprodução da vida nela mesma (PELBART, 2003, p. 82).

Esta nova ordem mundial é constituída nas entranhas do capital, cuja desterritorialização está, segundo Deleuze e Guattari (1997), relacionada ao rizoma. Ou seja, a partir da transição entre um modelo de capital local e verticalizado, originado nas estruturas mecanicistas e rígidas da era industrial, para o capitalismo maleável, aberto, flexível e transnacional ou connexionista e em rede. Para Tavares e Pontes (2014), se outrora, o capitalismo foi imóvel e fixo, segundo a ideia da transcendência, agora este capitalismo mundial e integrado se constitui pelas lógicas do rizoma e do agenciamento, atuando em todas as instâncias. Até o que não era capitalizável, torna-se capital.

Para compreender a lógica desta nova configuração é essencial observar, ainda em Deleuze e Guattari, a existência de duas políticas: a macropolítica molar e a micropolítica molecular. Para Tavares e Pontes (2014), a primeira envolve grandes conjuntos binários, enquanto a segunda opera segmentações finas, dos devires, das transições. Como exemplo, as corporações e instituições são organizações de nível molar, enquanto as multidões são realidades moleculares. Neste contexto, é mister pensar que as relações psíquicas, sociais e ambientais são atravessadas, permanentemente, pelas estratégias do capitalismo rizomático como um processo molar/molecular que agencia e produz subjetivação (DELEUZE, 1992). O indivíduo participa da reprodução desses agenciamentos sociais que dependem de agenciamentos locais (moleculares), nos quais o próprio indivíduo modela a sua existência,

influenciado pelo capital, que, sob a forma de empresas transnacionais, atua por meio da ótica de um agenciamento molar, porém também a partir de movimentos moleculares.

Para Hardt e Negri (2001), este movimento é conduzido no âmbito do capitalismo globalizado contemporâneo sob a lógica de um Biopoder, conforme citado anteriormente, que articula a vida social por dentro de forma rizomática. E esse poder, transpassado por esse capitalismo conexcionista (PELBART, 2003), é expresso como um controle, que se estende e se amplia por todas as dimensões psíquicas, sociais, políticas e culturais, sob a lógica de um enredamento.

E nesse cenário, de um capitalismo globalizado e flexível, sob a lógica de um Biopoder, o que (ou quem) ditaria as regras, se não o próprio capital? O que (ou quem) poderia empreender a lógica de governança defendida por Born *et al* (1996, *apud* Gomides e Silva, 2009, *in* Zarattini, 2013) no sentido de que governança está associada à capacidade social – seja de sistemas, instrumentos ou instituições, de influenciar e direcionar comportamentos e procedimentos dos Estados, das empresas ou das pessoas, em torno de questões que interessam ao conjunto de atores sociais? Como se pensar em Sustentabilidade e Governança, articulando os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) propostos por Guattari (1990), no sentido de esclarecer convenientemente questões de desequilíbrios ecológicos, distorções nos modos de vida humanos individuais e coletivos, nesse cenário contemporâneo do capitalismo?

CAPÍTULO II

SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA NA ERA DO CAPITALISMO RIZOMÁTICO SOB UMA PERSPECTIVA ECOSÓFICA

O objetivo deste capítulo, como o próprio título aponta, é propor uma reflexão sobre as temáticas de sustentabilidade e governança nessa era do capitalismo rizomático a partir de um olhar crítico: o paradigma das 3 Ecologias (Guattari, 1990).

Nesse sentido, o termo “governança”, utilizado nesse trabalho, está associado a aspectos relacionados a governo, participação social e resolução de conflitos de interesse entre o setor público e o setor privado. O esclarecimento faz-se necessário visto que esse termo é utilizado por diferentes áreas do conhecimento – Sociologia, Administração, Geografia, Economia, dentre outras – e nem sempre sua utilização tende a expressar o mesmo sentido.

2.1 GOVERNO OU GOVERNANÇA? ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO

O termo governança origina-se de análises sobre o mundo das empresas, segundo Dallabrida e Becker (2003). Os autores afirmam que a partir do artigo *The Nature of the Firm* de Ronald Coase (1937), retomado nos anos 70 por Oliver Williamson, o termo governança passa a ser utilizado para designar “os dispositivos operacionalizados pela firma para conduzir coordenações eficazes”, referindo-se aos protocolos internos, quando a firma desenvolve suas redes e questiona as hierarquias internas, os contratos e a aplicação de normas quando ela se abre à terceirização. Mais tarde o termo foi importado do mundo das empresas ao mundo do poder e das organizações.

Pierron (2012) compartilha esse entendimento ao afirmar que a ideia de governança foi herdada do mundo dos negócios e da responsabilidade social das empresas – a unidade do corpo comum seria originária então de modos de decisão não hierárquicos e não centralizados da ordem da rede. Mas será essa analogia profícua ou enganadora? Em que

medida a governança de empresa pode servir de modelo para pilotar a política? Segundo o autor, a categoria de governança é utilizada em inúmeros níveis, do local ao mundial, e também em inúmeros lugares.

Em 1975, segundo Dallabrida e Becker (2003), o tema da governabilidade das democracias foi objeto de um relatório da Comissão Trilateral em que a hipótese central era de que os problemas de governabilidade na Europa ocidental, no Japão e nos Estados Unidos fundavam-se na fratura entre o aumento das demandas sociais e a falta de recursos (financeiros e humanos) e de capacidade de gestão, o que exigiria mudanças no seio das instituições e organizações e no comportamento dos cidadãos.

A partir de então, o debate em ciências políticas em torno do Estado centrou-se em suas falhas diante das funções regalianas associadas à regulação, ao bem-estar e ao desenvolvimento social. A partir da constatação das deficiências do Estado, as teorias políticas passaram a reconhecer que os atores não-estatais se forjam cada vez mais um legitimidade para defender e promover o bem público. O Estado não mais deteria, de maneira exclusiva, o monopólio da promoção desse bem público, nem sua definição. Tratar-se-ia também de definir o espaço público no qual se produz a democracia atualmente, um espaço público constituído de uma rede complexa de interesses, de interações entre atores e escalões de intervenção políticas (MILANI; SOLINÍS, 2002, p. 271).

O vocábulo *governance*, ainda segundo Dallabrida e Becker (2003), ressurgiu no seio do Banco Mundial no final dos anos 80. Segundo os autores, os economistas neoliberais do Banco passaram a entender que deveria responsabilizar a incompetência institucional dos Estados de nações em desenvolvimento pelos fracassos constatados na implementação dos programas de ajuste estrutural por eles sugeridos e entendidos como necessários para a abertura generalizada dos mercados. Tais programas de ajuste eram legitimados pelo objetivo da luta contra a pobreza.

A concepção de governança para o Banco Mundial, em 1991, foca o exercício da autoridade, controle, administração, e poder de governo; isto é, o modo pelo qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país, visando o

desenvolvimento. A governança implica na capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções. Nesse sentido, a definição geral de governança consiste nas tradições e instituições pelas quais é exercida a autoridade de um país e isso inclui o processo pelo qual os governos são escolhidos, monitorados e substituídos; a capacidade do governo de efetivamente formular e implementar políticas sólidas; e o respeito dos cidadãos e do Estado para as instituições que governam as interações econômicas e sociais entre eles (BANCO MUNDIAL, 2011).

Para Rosenau (2000) a governança, como conceito mais amplo que governo, abrange além das instituições governamentais, mecanismos informais de caráter não-governamental “que fazem com que as pessoas e as organizações dentro de sua área de atuação tenham uma conduta determinada, satisfaçam suas necessidades e respondam às suas demandas”. O autor destaca, ainda, o papel da cidadania em uma ordem mundial em mutação, considerando a possibilidade do surgimento de novas formas de “governança sem governo”. Admite que é provável que neste mundo em mutação se desenvolvam novas dimensões da cidadania em reação à ordem global emergente, porém questiona: como elas influenciarão as novas instituições de governança? Afirma que “transformações da magnitude representada pelo surgimento de uma nova ordem no nível macro da política não podem ocorrer sem alterações correspondentes ou pelo menos compatíveis no nível micro, entre os cidadãos” (ROSENAU, 2000, p. 364).

O autor destaca o papel da articulação, da negociação e dos princípios democráticos quando apresenta:

Os dois conceitos [governo e governança] referem-se a um comportamento visando a um objetivo, atividades orientadas por metas, a sistemas de ordenação; no entanto, governo sugere atividades sustentadas por uma autoridade formal, pelo poder de polícia que garante a implementação das políticas devidamente instituídas, enquanto governança refere-se a atividades apoiadas em objetivos comuns, que podem ou não derivar de responsabilidades legais e formalmente prescritas e não dependem, necessariamente, de poder de polícia para que sejam aceitas e vençam resistências. (ROSENAU, 2000, p. 15)

A percepção de Pierron (2012) é de que a “governança” opera no sentido de uma renovação semântica de um tema político antigo: “agir com” – várias pessoas decidindo a respeito de realidades que fazem parte do mundo comum sem que haja perda de legitimidade ou de soberania. De acordo com o autor, a governança nasce de uma crise de representatividade, ao se despolitizar o tratamento dos fatores públicos. Para ele, opera-se um deslizamento da ideia de povo soberano para a de sociedade civil (inclusive mundial), fragilizando, assim, a ideia de representação, impelindo a encontrar outras vias de expressão. Segundo Pierron (2012), a governança nos põe, então, no coração da fragilidade nativa da democracia, que segundo Claude Lefort (*apud* PIERRON,2012) é um regime político necessariamente marcado pela instabilidade de seu princípio de legitimidade na medida em que ela é “um regime fundado sobre a legitimidade de um debate sobre a legitimidade e a ilegitimidade”, e portanto, a crise “é consubstancial à democracia”. Assim, Pierron (2012) afirma que essa fragilidade traz, permanentemente, o risco de uma captação da soberania, seja pela ideologia de expertise (tecnocracia) seja pela emoção (política humanitária) seja pela rede de influência (*lobbying*) seja a competição eleitoral (uma política dos partidos ditos de governo).

Considerando que a democracia é um regime político que organiza uma representação do poder estabelecendo “um lugar vazio” que não pertence a ninguém, segundo Pierron (2012), compreende-se que ela faça apelo à vigilância, sabendo do risco de uma captação da soberania, mas também a um trabalho sobre a governança. E nesse sentido, como inovação semântica, o autor aponta que a governança é o governo sem sua dimensão autoritária. Em outras palavras, a uma definição fixa e estável do lugar onde se concentram a decisão e o poder executivo – o governo – dá-se preferência a uma concepção mais branda, relacional e rizomática da decisão: a governança.

Na idade governamental, o Estado, guardião severo da unidade, é um guia ideológico, difusor da fé nacional. Na era da governança, o político, esvaziado de toda finalidade, não serve mais senão para fiscalizar para que a vida social não se desenvolva mal demais. (Moreau-Defarges, 2008)

Nesse sentido, a governança seria assim reveladora de uma nova maneira de pensar a decisão pública ligada a um novo quadro e contexto culturais: a globalização, a sociedade do risco (BECK, 1986), o meio ambiente cada vez mais precário e a preocupação com o reconhecimento das diversidades culturais (PIERRON, 2012).

Tubiana *et al* (2009, *apud* MACIEL, 2012) considera o termo governança um neologismo útil porque trata de refletir a forma como a economia mundial é governada, e o termo usual de “governo” leva a uma conotação de centralização suscetível de afetar a compreensão. Para a autora, governança implica o conjunto de que fazem parte os estados, organizações internacionais, ONG’s, empresas, etc, como um modo de resolução dos problemas que pressupõe uma ação coletiva, fundada na coordenação e na cooperação (sem imposição). Assim, “governança é um conceito gerado pela mundialização e pela globalização, pelos processos socioculturais e vinculado à cultura local” (TUBIANA *et al*, 2009, *apud* MACIEL, 2012).

Para Jordan *et al* (2003, *apud* ZARATTINI, 2013), a noção de governança, desde 1990, tem sido empregada refletindo o sentido de transformação do conceito de “governo”. De acordo com Stoker (1998, *apud* JORDAN *et al*, 2003), “governo”, por sua vez, refere-se às atividades de competência dos órgãos de Estado, particularmente “aquelas que operam ao nível do Estado de modo a manter a ordem pública e que facilitam a ação coletiva”. Contudo, o debate atual sobre governança associa este termo a novo estilo de governar, no qual as fronteiras ente o público e o privado e os níveis nacional e internacional são indistintas (JORDAN *et al*, 2003, *apud* ZARATTINI, 2013).

Nogueira (2001) aponta que a ação de governar significa “deter uma posição de força a partir da qual seja possível desempenhar uma função imediatamente associada ao poder de decidir e implementar decisões ou, ainda, de comandar e mandar nas pessoas” (NOGUEIRA, 2001, p. 99). Entretanto, ao sentido das expressões governança e governabilidade estão associadas características específicas, que distinguem os termos e qualificam a ação de governar. Assim, segundo o autor (*op cit*), governabilidade refere-se, principalmente, à dimensão estatal do exercício de poder e está associada ao potencial que o governo dispõe para: (i) identificar problemas críticos e formular políticas ajustadas ao seu enfrentamento; (ii) mobilizar os meios e recursos necessários à execução dessas políticas; e (iii) capacidade de liderança do Estado.

E para Santos (1997, *apud* ZARATTINI, 2013), a expressão governança engloba um sentido mais amplo, que transcende a noção de governabilidade conforme apresentado por Nogueira (2001). Para a autora, governança está vinculada

ao *modus operandi* das políticas governamentais – que inclui, dentre outras, questões ligadas ao formato político-institucional do processo decisório, a definição do “*mix*” apropriado de financiamento de políticas e ao alcance geral de programas. (SANTOS, 1997, p. 341)

Pierron (2012) também chama a atenção para a diferença entre os conceitos de “governo” e “governança” ao afirmar que a governança, antes de ser um conceito, indica certo desencanto diante da posição clássica da política – desgaste dos conceitos de soberania, de democracia representativa, impotência do governo –, mas também da expectativa de uma forma de decisão pública plástica.

Sob outro aspecto, a categoria de governança pode ser entendida como o sinal de uma demanda por novos modelos de organização da decisão ligados à mutação ocasionada pela civilização tecnológica. A governança, nesse sentido, é utilizada para fins de coordenação e da ação de regatear, e também na gestão das grandes empresas. Ela procede de uma lógica centrada na eficácia (PIERRON, 2012).

A governança é infrapolítica e se origina de interações sociais. Ela não leva em conta a especificidade do poder político e funciona de maneira pouco transparente. Ela é responsável diante dos interesses organizados que participam dele [...] A governança constitui uma ferramenta auxiliar do governo e certamente não é uma modalidade intercambiável com ele. No entanto, poderia ser utilizada como uma orientação para o governo em algumas de suas funções, como a coordenação dos interesses privados e a resolução dos conflitos entre esses últimos no espaço público (KAZANCIGIL, 2010)

Ampliando esse olhar, Kazancigil (2002, *apud* SANTOS *et al*, 2015) retoma o conceito de governança de Gerry Stoker (1998), de forma que a governança é uma maneira

de governar onde os limites entre o setor público e privado são tênues. A ideia não é compactuar com a corrupção, mas mostrar que os interesses que fazem parte das esferas públicas e privadas podem convergir para o bem social. Por esse motivo, Kazancigil afirma que é necessário ampliar esse conceito de governança agregando

[...] o envolvimento no processo de se fazer política, das autoridades estatais e locais, bem como o setor de negócios, os sindicatos de trabalhadores e os agentes da sociedade civil, tais como as ONGs e os movimentos populares (KAZANCIGIL, 2002, p. 53)

Para Kazancigil (2002, p. 53) “*governance* é caracterizado pelo envolvimento no processo de fazer política, das autoridades estatais e locais, bem como o setor de negócios, os sindicatos de trabalhadores e os agentes da sociedade civil, tais como ONGs e os movimentos populares”. Todos os envolvidos “participam neste tipo de negociação, um processo de tomada de decisão relativamente horizontal, em oposição ao estilo mais hierárquico do governo tradicional”.

Para Santos *et al* (2015), fica evidente o limite entre os setores público e privado para a constituição de uma sociedade mais justa. E nessa concepção, Kazancigil (2002) apresenta a questão da governança global, ao afirmar que as ONGs, por exemplo, possuem um papel importante nesse processo, pois ao serem incorporadas às instâncias de negociação e tomadas de decisão sobre os rumos do processo de desenvolvimento, o problema social se torna mais relevante. Além disso, o processo de governança visa também maior transparência na gestão, sendo, por esse motivo, que o termo governança é utilizado juntamente com o termo democracia, efetivando a participação da sociedade nas instâncias de decisão.

Uma ideia mais recente é a incorporação do conceito de governança à abordagem do desenvolvimento, conforme afirma Bandeira:

Até a década de setenta predominavam, ainda, as abordagens focalizadas na ação do governo, que viam na atuação do setor público o motor do processo de desenvolvimento. Na década de oitenta, essa compreensão ampliou-se, passando a estar focalizada na administração do desenvolvimento,

incorporando a avaliação da capacidade do estado para integrar e liderar o conjunto da sociedade. Na década de noventa, a abordagem ampliou-se ainda mais, passando a ser focalizada tanto na capacidade do estado quanto da iniciativa privada e da sociedade civil como atores do desenvolvimento. Passou a ser crescentemente enfatizada a natureza democrática da governância, abrangendo os mecanismos de participação, de formação de consensos e de envolvimento da sociedade civil no processo de desenvolvimento (BANDEIRA, 2000, p. 38-39)

Para tanto, o foco principal nas discussões e debates sobre a governança passa a ser a “maneira” e “os meios” utilizados para o exercício do poder, em detrimento ao sentido original meramente associado aos resultados produzidos pelas políticas governamentais e à capacidade de governar, para a qual resultados da ação governamental são aferidos sob uma ótica econômica. Diniz (1995) aponta nesse sentido, ao afirmar “(...) deslocou o foco da atenção das implicações estritamente econômicas da ação estatal para uma visão mais abrangente, envolvendo as dimensões sociais e políticas da gestão pública” (Diniz, 1995, p. 400).

Segundo Zarattini (2013), ao envolver as dimensões sociais e políticas da gestão pública, revela-se a complexidade que existe para se ‘por em prática’ a ideia de governança. Esta complexidade traz para o centro do debate a relação entre Estado e sociedade, com destaque para os mecanismos de controle social. E questões como a discussão sobre as instâncias de participação social passam a ser, gradativamente, incorporadas nas políticas públicas, como estratégias de aproximação entre Estado e sociedade. Nesse sentido, Irving *et al* (2007) faz a seguinte observação:

O conceito de governança vem sendo construído e adquirindo novos significados em políticas públicas, notadamente a partir dos anos 80, quando passa a aparecer, com maior visibilidade e frequência, em documentos sobre gestão pública, designando os processos de tomada de decisão e controle social, nos quais são incluídos outros atores além das instituições formais de governo (IRVING *et al*, 2007, p. 83)

E essa noção de governança mencionada por Irving *et al* (2007) traz ao debate a percepção da necessidade de cooperação e colaboração entre Estado e sociedade civil, para almejar ações de interesse coletivo. Esta ideia está também intrinsecamente relacionada à capacidade de uma determinada sociedade em criar e desenvolver relações de confiança entre os atores sociais.

Nesse sentido, Born *et al* (1996, *apud* Gomides e Silva, 2009) acrescentam ao debate quando afirmam que o sentido de governança está associado à capacidade social – seja de sistemas, instrumentos ou instituições, de influenciar e direcionar comportamentos e procedimentos dos Estados, das empresas ou das pessoas, em torno de questões que interessam ao conjunto de atores sociais. Para esses autores, o conceito de governança

refere-se ao conjunto de iniciativas e processos que permitem às pessoas, por meio de suas comunidades e organizações civis, a exercer o controle social, público e transparente, das estruturas estatais e das políticas públicas, por um lado, e das instituições de mercado por outro, visando atingir objetivos comuns (GOMIDES E SILVA, 2009, p. 183)

Observa-se, então, que a noção de governança, nessa perspectiva, diz respeito à existência de mecanismos que possibilitem e garantam um ambiente no qual haja o fortalecimento do poder individual de cada cidadão, nos processos de negociação; o “empoderamento” dos atores sociais, para que estes possam reconhecer os desafios e interferir na sua realidade concreta.

Neste aspecto, a noção de empoderamento e controle social está relacionada à capacidade democrática-participativa, que não exime o Estado do seu papel de mediação e coordenação das decisões e ações em prol da própria sociedade, mas considera, como premissa do próprio processo de decisão e execução dessas ações, a participação ativa e democrática da sociedade. Graham *et al* (2003) contribui para este entendimento, para os quais governança envolve

as interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidos, como as decisões são tomadas e como os cidadãos ou outros grupos de interesse (*stakeholders*) podem dar a sua opinião. (GRAHAM et al, 2003 p. 2)

Assim, os autores destacam a importância da interação entre governos e organizações sociais com os cidadãos, para a tomada de decisão em um mundo entendido como complexo. Desta forma, governança é percebida como um processo pelo qual a sociedade toma suas decisões. E nesse entendimento, deve-se observar a necessidade de identificação de quem são os atores que participam do processo e os mecanismos envolvidos de prestação de contas, para a sociedade, sobre as ações empreendidas (ZARATTINI, 2013).

Nesse sentido, ressalta-se que para a sociedade “tomar decisões” é necessária a participação dos indivíduos, no sentido real da palavra – reconhecendo a capacidade desses indivíduos de construir seus próprios caminhos e de intervirem em suas realidades. Irving (2009) afirma que “a participação é premissa para qualquer projeto de desenvolvimento, constituindo a garantia ética da sustentabilidade”. Entretanto, na prática, na maioria das vezes, os projetos de desenvolvimento se fazem no contexto de uma centralização político-administrativa, jogando as decisões para o centro, distorcendo-a ou até mesmo, violando-a, de todo real (ALVES, 2015).

Para tornar efetiva a participação como meio de redefinir os atores do desenvolvimento, segundo Hô (*apud* MACIEL, 2006, p. 82), faz-se necessária uma descentralização, “tendo como corolário o deslocamento da tomada de decisão concernendo às comunidades para elas próprias”. Para o autor, essas estratégias têm mais chances de prosperar, porque através da participação, em um cenário sociocultural que lhe é habitual, a população é mais capaz de imprimir um sentido ao desenvolvimento ao qual aspira. Bordenave (2013) complementa que a participação não consiste na recepção passiva dos benefícios da sociedade, mas, na intervenção ativa na sua construção, o que é feito através de atividades sociais em todos os níveis. Dessa forma, a participação assume caráter de processo coletivo transformador, importante característica das boas práticas de governança.

De forma complementar, Maciel (2012) entende que o processo de governança é um modo de resolução dos problemas que pressupõe uma ação coletiva fundada na coordenação e na cooperação, que pode ser entendida como o conjunto dos mecanismos de gestão de um sistema social em vista de assegurar os objetivos comuns. Segundo a autora, seus sistemas em nível local, nacional e internacional são capazes de assegurar a participação das sociedades visando processos de desenvolvimento comprometidos com a sustentabilidade.

A autora observa, criticamente, a ausência de mudanças significativas nos modos de vida e nas sociedades na busca por alternativas de desenvolvimento, alertando para a necessidade de se obter um equilíbrio na prática de um exercício de governança na tentativa de se encontrar soluções para os problemas contemporâneos, assim como, na conscientização de uma nova cultura, relacionada com preocupações de uma vida em comum.

Maciel (2102) observa que a ética da governança pode vir a se consolidar quando essas questões forem tratadas diante não só de uma análise macrossocial, que indica as grandes tendências da globalização, mas, ao mesmo tempo, diante de uma percepção local; sob o olhar de Guattari (1990), a partir de uma “revolução molecular”.

2.2 GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE: É POSSÍVEL CONCILIÁ-LAS AO DESENVOLVIMENTO?

Ao propor investigar as temáticas de governança e sustentabilidade no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que está sendo construída no Rio Xingu, no estado do Pará – com objetivo de gerar 11.233,1 MW de energia e consequentes impactos ao crescimento econômico do país – não se poderia deixar de abordar o tema *desenvolvimento* e o amplo campo que esse termo abrange enquanto conceito de grande influência sobre o pensamento e comportamento humano.

Na segunda metade do século passado, impulsionado pelos processos de descolonização e de emancipação do Terceiro Mundo e pela emergência do

sistema das Nações Unidas, o desenvolvimento, um avatar do progresso iluminista, firmou-se como uma das idées-force das ciências sociais, configurando uma problemática ampla de caráter pluri e transdisciplinar, atravessada por polêmicas vivas de caráter ideológico e teórico (SACHS, 2004, p.214).

Para Sachs (2004) as discussões em torno deste tema contribuíram para o refinamento do conceito, porém, contrastam com o sombrio histórico do desenvolvimento existente em muitas partes do mundo, ressaltando, assim, a necessidade de se revisitar a ideia de desenvolvimento, ou seja, de torná-lo mais operacional. O debate em torno do desenvolvimento começa a ser construído em decorrência da insatisfação com os limites (ou falta de limites) da abordagem predominante. Essa insatisfação pode ser vista como reflexo da conscientização da progressiva deterioração das condições de vida da maior parte da população e da crescente pressão da degradação ambiental (ALVES, 2015).

Alves (2015) destaca, ainda, que a enorme variedade de conotações absorvidas pela palavra *desenvolvimento* acabou por desgastar uma suposta precisão de seu significado, cuja compreensão depende do contexto em que é utilizada. Para Sachs (2004), tudo indica que a ideia do desenvolvimento não perderá a sua centralidade nas ciências sociais durante esse século. Desde a década de 1970, quando o paradigma econômico começou a ser questionado, a humanidade vem se dando conta do limite dessa perspectiva, que não tem sido capaz de sozinha, dar conta de alcançar o bem estar humano. Para ele, evidencia-se a necessidade do questionamento constante da noção de desenvolvimento, tão intrínseca ao projeto capitalista e tradicionalmente centrada na aceleração do crescimento econômico. Entretanto, há que se observar que desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, que constitui apenas a sua condição necessária, porém, não suficiente. Para Sachs (2004) o desenvolvimento engloba não só as questões econômicas, mas também as questões ambientais, sociais, culturais e políticas.

[...] podemos resumir a evolução da ideia de desenvolvimento, no último meio século, apontando para sua complexificação, representada pela adição de sucessivos adjetivos – econômico, social, político, cultural, sustentável –

e, o que é mais importante, pelas novas problemáticas (SACHS, 2004, p.37).

Um dos grandes problemas na simplificação e interpretação do termo desenvolvimento como crescimento econômico, segundo Santos (2005), está na “marginalização de outros adjetivos sociais, econômicos e políticos, como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição equitativa dos frutos do desenvolvimento e a preservação do meio ambiente” (SANTOS, 2005, p.45).

Nesse mesmo sentido, Veiga (2009) critica a forma de análise do Produto Nacional Bruto – PNB absoluto e per capita como medida de ‘desenvolvimento’, ignorando todos os impactos sociais e ambientais inerentes a esse sistema de produção e acumulação dominante. Portugal (2002, *apud* ALVES, 2015) acrescenta que igualmente sem condições de refletir a inteira complexidade do desenvolvimento é o Índice do Desenvolvimento Humano – IDH, que apesar de considerar dimensões sociais de educação, natalidade e expectativa de vida, não estima aspectos como desigualdade social e injustiças ambientais, sendo, portanto, inadequado para refletir a realidade social.

Veiga (2010) também questiona se a continuidade do crescimento econômico pode ser realmente compatibilizada à exigência de sustentabilidade e se a prosperidade – ou desenvolvimento – sempre vai depender do crescimento econômico (VEIGA, 2010, p. 14).

E esse olhar crítico também é compartilhado por Souza (2002, p. 18) que alerta que o desenvolvimento “não deve ser entendido, sublinhe-se, como sinônimo de desenvolvimento econômico, embora muitos, e não só os economistas, continuem a reduzir este a aquele”. Para Alves (2015), o desenvolvimento, entendido como um construto ocidental abarca e implica em ideias como crescimento, transformação e acumulação, que invariavelmente são utilizadas enquanto princípios-guia de uma série de políticas. E no âmbito destas políticas, a lógica da racionalidade e do mercado, leva vantagem muitas vezes sobre a lógica das necessidades reais da população. Alves (2015) alerta que o crescimento econômico por si só não traz desenvolvimento, visto que na grande maioria das vezes não altera a realidade local, mas pelo contrário, continua a acentuar os níveis de desigualdade social.

Essa interpretação limitada do desenvolvimento é, de certa forma, conveniente às ciências econômicas que permitem ocultar o problema da finalidade do desenvolvimento, segundo Hô (*apud* MACIEL, 2006):

[...] focalizando-o na realização material, na acumulação de riquezas, em suma, no crescimento econômico, justificando assim a classificação das sociedades na escala única dos níveis de crescimento econômico, calculados a partir de critérios que achatam as diferenças socioculturais, mas que fazem aparecer o critério fundamental do domínio mais ou menos avançado da ciência e da tecnologia para explorar os recursos da natureza e lutar contra a pobreza (HÔ, 1988 *apud* MACIEL, 2006, p.45).

Nessa lógica, Souza (1997) complementa que, ainda que dificilmente alguém possa sugerir que crescimento e modernização tecnológica sejam os principais objetivos dos esforços desenvolvimentistas, “a ideologia do desenvolvimento dominante, além de flagrantemente etnocêntrica, costuma abrigar uma confusão entre meios e fins” (SOUZA, 1997, p.18 *apud* ALVES, 2015).

Sem se aprofundar, nesse momento, na questão do discurso desenvolvimentista – e seus aspectos ideológicos e imperialistas implícitos – faz-se necessário destacar que o modelo proposto na década de 1950 era algo desejável a todos os demais países, na medida em que se intentava disseminar este modelo como o único possível, totalmente controlável, a-histórico, e que desconsiderava a realidade e especificidade dos diversos espaços em que ocorria (FARIA, 2006; CORIOLANO, 2003). Assim, Santos (2005, *apud* ALVES, 2015) aponta que os planos e projetos de desenvolvimento formulados à época refletiam tal situação,

Concebidos e implementados a partir de cima (*top-down development*), com base em políticas traçadas e implementadas por agências tecnocráticas nacionais e internacionais sem a participação das comunidades afetadas por essas políticas (SANTOS, 2005, p.45).

Guattari (1991) considera o modelo em declínio, pois até mesmo nos países desenvolvidos, estão instauradas regiões crônicas de pobreza e de marginalização de uma

parcela cada vez maior de populações jovens, de pessoas idosas, de trabalhadores “assalariados” e desvalorizados (GUATTARI, 1991).

Sachs (1998) alerta que os resultados apresentados por essas políticas variam, precisamente, dependendo do contexto sociocultural de cada região. E sendo assim, o ‘modelo padrão’ de desenvolvimento dificilmente será adequado quando aplicado de forma linear a todas as regiões. Para ele, o desenvolvimento de cada país deve partir de sua própria história, sua cultura e seus recursos próprios (SACHS, 1986), visto que o desenvolvimento não se presta a ser encapsulado em fórmulas simples e universais. A sua multidimensionalidade e complexidade explicam o seu caráter efêmero. E como seria de se esperar, o conceito tem evoluído durante os anos, incorporando experiências positivas e negativas, refletindo as mudanças nas configurações políticas e as modas intelectuais (SACHS, 2004).

Nesse cenário, Sachs (1998) defende a ideia da arte de se reinventar e de fazer progredir a teoria a partir de situações concretas, dando a oportunidade de equipes interdisciplinares pesquisar no local e com a participação da comunidade a solução dos problemas colocados pelo desenvolvimento de uma localidade. O autor mostra a necessidade de a universalidade abrir-se à prática cotidiana, “se quiser ocupar-se seriamente de sua função de formação de agentes capazes de enriquecer a teoria do desenvolvimento” (SACHS, 1998, p. 32).

Para Alves (2015), os aspectos qualitativos do desenvolvimento não podem ser negligenciados. Entretanto, o que se constata é que crescimento não é sinônimo de desenvolvimento, visto que não amplia o emprego, não se reduz a pobreza, não se atenua desigualdades e não busca o avanço da qualidade de vida da população através de melhorias na educação, saúde, moradia, alimentação, lazer, dentre outras condições básicas da vida.

Em uma crítica mais profunda à economia do lucro e das relações de poder, Guattari (1991) questiona os modos dominantes da valorização das atividades humanas, que segundo ele, encontra-se laminado por um império,

o do império de um mercado mundial que lamina os sistemas particulares de valor, que coloca num mesmo pano de equivalência os bens materiais, os bens culturais, as áreas naturais, etc. (GUATTARI, 1991, p.10)

Sachs (2004) reforça a ideia de que desenvolvimento vai muito além de crescimento econômico, de mera multiplicação de riqueza material,

o desenvolvimento distinto do crescimento econômico, cumpre esse requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos (SACHS, 2004, p.13).

Maciel (2012) destaca a percepção de que “é essencial pensar a integração da cultura como dimensão e finalidade do desenvolvimento, porque é nela que o desenvolvimento encontra seu impulso fundador, nas necessidades e nas aspirações dos indivíduos como coletividades, nos fins a que eles se propõem e nos projetos que os concretizam” (MACIEL, 2012, p.182).

Para a autora, o verdadeiro desenvolvimento deve ser pautado em projetos mais democráticos e participativos, considerando as necessidades, as aspirações, os valores e limites da população local. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento deve considerar, portanto, as tradições culturais, os costumes e as tradições locais. A partir de um resgate das culturas locais, investimento em qualidade de vida sustentada por laços sociais e fundamentada em valores éticos, a ideia de desenvolvimento torna-se mais factível (MACIEL, 2012, p.186).

D’Avila e Maciel (1992) também não desconsideram a importância da dimensão local e o respeito às tradições locais no processo de desenvolvimento:

O meio ambiente não pode ser encarado como um dado isolado, mas sim, como um dado da cultura de uma comunidade, isto é, um processo de interação entre o sociocultural, gerado pelo homem e a natureza. Não são

possíveis ações ditas de desenvolvimento, sejam de preservação ou modificações sobre o meio ambiente, dissociadas do homem que a habita e, por conseguinte, de sua dinâmica cultural (D'AVILA; MACIEL, 1992).

Mas como se pensar o sentido de “sustentabilidade” nessa lógica de desenvolvimento? Há como conciliar essas diferentes percepções? Nesse sentido, Veiga (2010) faz duras críticas à banalização do conceito e alerta que “a noção de sustentabilidade foi colocada sob suspeita, tanto por adeptos do culto ultraliberal aos mercados, quanto por seus oponentes, temerosos da concorrência que os temas ambientais poderiam vir a oferecer às suas prioridades sociais” (VEIGA, 2010, p. 12).

Maciel (2012) ratifica que o termo sustentabilidade está “tão usado e desgastado, que podemos falar em sustentabilidade sustentável, e agora a moda é o termo ‘ecologia verde’, retomando Moscovici, que desde o século XX sempre falou da natureza e da ecologia, dizendo ser o termo desenvolvimento sustentável um modismo” (MACIEL, 2012, p. 189).

Já Irving (2014) aprofunda a discussão, ao afirmar que sustentabilidade constitui um termo polissêmico que transcende o mero debate de inspiração ambiental ou a noção de enfrentamento de riscos em uma sociedade em crise. Para ela implica uma reflexão crítica sobre o modo de funcionamento da sociedade contemporânea e pressupõe também um posicionamento político e ideológico (IRVING, 2014, p. 14).

Tavares (2014) critica o conceito atual de sustentabilidade que evidencia a condição de integração entre os parâmetros ecológicos, sociais e a prática econômica neoliberal de aceleração do desenvolvimento contemporâneo. A interface entre economia, ambiente e sociedade rumo ao denominado “desenvolvimento sustentável” pressupõe certo desequilíbrio estrutural (LOUREIRO, 2003, *apud* Tavares, 2014). Segundo o autor, se a questão ambiental for analisada, tal como expressa no discurso hegemônico da prática da sustentabilidade, parece sugerir que a estratégia a ser adotada por diferentes atores sociais (sobretudo as corporações e a mídia) se volta a integrar os ciclos da natureza à lógica de produção de lucro e da acumulação capitalista, na qual a perspectiva econômica é preponderante na mediação e na interpretação da noção de sustentabilidade.

2.3 UMA REFLEXÃO SOBRE A TEMÁTICA DA SUSTENTABILIDADE NA ERA DO CAPITALISMO RIZOMÁTICO SOB O OLHAR ECOSÓFICO

Tavares (2014) destaca que a concepção de sustentabilidade passa a incorporar, no plano global, novos valores e novas perspectivas no debate sobre desenvolvimento, transversalizando as relações entre sociedade e natureza, de forma ecosófica (GUATTARI, 1991, *apud* TAVARES, 2014).

Continuando sua investigação na relação entre natureza, capital e consumo, a partir de um olhar que valoriza a fluidez da temática da sustentabilidade, tanto nas redes do mercado quanto na produção da ideia do que poderia ser designado como estratégia de “sustentabilidade líquida”, no âmbito da sociedade de controle, Tavares (2014) traz à discussão como pensar a noção da ideia de “sustentabilidade líquida” a partir das relações entre capital, consumo e natureza, sob a ótica das redes do mercado, agenciadas pelas corporações e pela mídia.

Para ele, a concepção de sustentabilidade passa a incorporar, no plano global, novos valores e novas perspectivas no debate sobre desenvolvimento, transversalizando as relações entre sociedade e natureza, de forma ecosófica (GUATTARI, 1991).

O paradigma das 3 Ecologias, proposto por Felix Guattari (1991), apresenta uma nova concepção de olhar, para além da lógica cartesiana, sugerindo um novo caminho para a visão do homem e sua relação com a exterioridade, afastando-se da separação ambientalista dualística do humano (cultural) e não humano (natural), refletindo sobre o conceito de Ecosofia como um estudo de fenômenos complexos, incluindo a subjetividade humana, o meio ambiente e as suas relações sociais, intimamente interconectados entre si. (TAVARES, PONTES, 2014). Guattari (1991) propõe uma articulação ético-política entre os chamados 3 registros ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana, que conectados entre si, apresentam-se não somente como forma de compreender as relações da humanidade com o *socius*, com a psique e com a natureza, mas, principalmente, de inventar novos dispositivos de produção de subjetividade para exercer, como modo de autopreservação, a “recomposição das práxis humanas nos mais variados domínios” (GUATTARI, 1990).

Para o autor, o equilíbrio ambiental será cada vez mais dependente da prática humana e, paralelamente a tais “perturbações”, de modo que os modos de vida humanos e individuais e coletivos estariam evoluindo ao encontro de uma progressiva deterioração, o que torna urgente a adoção de uma ética ecosófica adaptada a esse panorama (TAVARES, PONTES, 2014).

Nesse contexto, Guattari (1990) propõe que apenas uma “revolução” em grande escala, nas esferas política, social e cultural, ensejando movimentos moleculares de sensibilidade, de inteligência e desejo, poderiam responder à atual crise ecológica e propor um modelo sustentável de sobrevivência.

Não haverá verdadeira resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais. Esta revolução deverá concernir, portanto, não são às relações de forças visíveis em grande escala mas também aos domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo. (GUATTARI, 1990, p.9)

Desta forma, Guattari discorre sobre a atual forma de controle capitalístico nessa era pós-industrial, chamado de Capitalismo Mundial Integrado (CMI), que se desloca das estruturas de produção de bens e de serviços para as estruturas produtoras de signos, de sintaxe e de subjetividade, por intermédio, especialmente, do controle que exerce sobre a mídia, a publicidade, as sondagens, etc.

Assim, esta nova configuração do capital utiliza-se, basicamente, de quatro “tentáculos” para operacionalizar essa nova estrutura de poder:

Proponho reagrupar em quatro principais regimes semióticos os instrumentos sobre os quais repousa o CMI:

- as semióticas econômicas (instrumentos monetários, financeiros, contábeis, de decisão...);
- as semióticas jurídicas (título de propriedade, legislação e regulamentações diversas...);

- as semióticas técnico-científicas (planos, diagramas, programas, estudos, pesquisas...);
- as semióticas de subjetivação, das quais algumas coincidem com as que acabam de ser enumeradas, mas conviria acrescentar muitas outras, tais como aquelas relativas à arquitetura, ao urbanismo, aos equipamentos coletivos, etc.” (GUATTARI, 1990, p.31-32)

Nessa concepção, Guattari alerta sobre a “captura” da subjetividade para essa nova lógica capitalística, onde toda singularidade deveria ou ser evitada, ou passar pelo crivo de aparelhos e quadros de referências especializados, assegurando-se do poder sobre o máximo de mecanismos existenciais para controlá-las e neutralizá-las. “A subjetividade capitalística, tal como é engendrada por operadores de qualquer natureza ou tamanho, está manufaturada de modo a permitir a existência contra toda intrusão de acontecimentos suscetíveis de atrapalhar e perturbar a opinião.” (GUATTARI, 1990, p.34).

Tecer considerações críticas à condução da temática da sustentabilidade no contexto da UHE Belo Monte – estudo de caso dessa dissertação – requer, inicialmente, uma observância às ideologias implícitas na concepção do próprio termo “Sustentabilidade”. O conceito de sustentabilidade proposto na Conferência de Estocolmo, em 1972, que apresentou um modelo de desenvolvimento que conseguisse minimizar os efeitos de alguns processos degenerativos do ambiente foi elaborado a partir da concepção ideológica dos vinte e três países membro, liderados pela Noruega, que propagam apologias de sentido hegemônico sobre desenvolvimento sustentável compartilhadas pelos empresários membros da *Business Charter for Sustainable Development*. (LOUREIRO, 2003).

Ainda segundo Loureiro (2003), no Brasil, por exemplo, o documento oficial para a Rio-92, bem como o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável e seus documentos, evidencia que a lógica é a de integrar critérios ecológicos às práticas econômica mercantil e liberal para acelerar o desenvolvimento. Ou seja, a lógica que rege o discurso hegemônico de sustentabilidade indica que a solução a ser adotada pelo conjunto da sociedade é integrar os ciclos da natureza à lógica de acumulação capitalística – a propriedade privada assegura melhor a proteção ao meio ambiente, onde a palavra chave é eficiência do processo produtivo. Ou seja, a proteção ao meio ambiente e as questões sociais ficam imperativamente submetidas ao modelo econômico.

Considerando o paradigma das 3 Ecologias, Guattari (1990), ao propor que apenas uma “revolução” em grande escala, nas esferas política, social e cultural, ensejando movimentos moleculares de sensibilidade, de inteligência e desejo, poderiam responder à atual crise ecológica, propondo um modelo sustentável de sobrevivência, oferece pistas para uma nova construção de sujeito, de ressignificação subjetiva, pois o sujeito atual encontra-se moldado pela lógica de um mercado mundial globalizado, regulado pela atuação de corporações transnacionais que parecem produzir “subjetivação capitalística” de modo permanente. Assim, Guattari propõe encarar os efeitos desse “controle capitalístico” por meio do domínio da ecologia mental, no seio da vida cotidiana individual, doméstica, conjugal, de vizinhança, de criação e de ética pessoal, ao mesmo tempo em que a ecologia social atuará na reconstrução das relações humanas em todos os níveis do *socius*. (GUATTARI, 1990).

Dessa forma, o que se propõe é uma percepção de sustentabilidade totalmente inversa, onde a cidadania seja a base do desenvolvimento, onde o econômico se subordine aos sujeitos sociais distintos, em estratégias localizadas inseridas em um sentido de globalização que concretize a interdependência sem dependência ou submissão.

Sob o olhar de Guattari (1981), sem um cunho ideológico, essa reformulação deve partir de uma articulação que leve em consideração todas as mutações de desejo, todas as revoluções moleculares, todas as lutas pelos espaços de liberdade, de modo que a junção delas promova transformações sociais e econômicas em grande escala. Em as “3 ecologias”, Guattari deixa como pistas para essa possível transformação, a concepção de um processo contínuo de re-singularização do indivíduo, através de revoluções moleculares, que incluam lutas micro políticas para trazer novas agendas de discussão.

Nesse processo, o indivíduo busca se tornar a um só tempo solidário e cada vez mais diferente (no que ele chama de *heterogênese*). Assim, a subjetividade se instaura, através de chaves transversais, ao mesmo tempo no mundo do meio ambiente, dos grandes Agenciamentos sociais e institucionais e nas esferas mais íntimas do indivíduo. Talvez, nesse sentido, seja possível pensar uma temática de sustentabilidade na qual as dimensões psíquica, social e ambiental possam implodir velhos modelos.

CAPÍTULO III

BELO MONTE: UMA HISTÓRIA DE CONFLITOS

O objetivo deste capítulo é apresentar um pouco da história de Belo Monte desde quando a hidrelétrica se chamava Kararaô (primeiro nome dado à usina) até os dias atuais, trazendo à tona seu contexto histórico e político marcado ao longo do tempo por conflitos entre os diferentes atores sociais – indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores, pescadores; barrageiros e empresários dos ramos da mineração, da agropecuária, da indústria e do comércio; empreendedor (o consórcio Norte Energia S.A) e representantes do poder público – e por uma ampla discussão (antes local, que se tornou nacional e internacional) sobre a viabilidade do empreendimento. A polêmica sobre a factibilidade do projeto envolveu povos indígenas, ONGs, antropólogos, ambientalistas, setores da Igreja Católica (na figura do Conselho Indigenista Missionário – CIMI) e líderes políticos que levantaram questionamentos sobre os severos impactos socioambientais decorrentes da instalação do empreendimento na região; a efetiva participação dos atores sociais mais frágeis no processo de tomada de decisão (tais como indígenas e ribeirinhos); assim como, questões relacionadas às responsabilidades do poder público e do ente privado com relação à mitigação desses impactos.

3.1 A POLÊMICA TRAJETÓRIA DA HIDRELÉTRICA – DE KARARAÔ À BELO MONTE

Como já dito na introdução, a usina tem sido considerada um projeto prioritário por diferentes governos, desde o período da ditadura militar brasileira (1964-1985) até a era da redemocratização, quando, por fim, começou a ser construída em 2011. Em 1970, a história da exploração econômica da Amazônia brasileira teve inaugurada uma nova etapa (LOUREIRO 2009; 34-45), marcada por um discurso de desenvolvimento de moldes tradicionais. O governo federal lançou, nesse período, o Programa de Integração Nacional – PIN por meio do Decreto Lei nº 1.106 em resposta às preocupações oriundas de problemas sociais atribuídos à falta de terras *produtivas* no Nordeste e à cobiça de países estrangeiros

sobre os recursos naturais cada vez mais conhecidos da Amazônia (GIOVANELLI, 2015). O objetivo do Programa de Integração Nacional – PIN, segundo o Ministro da Fazenda à época, Delfim Neto, era “deslocar o centro de gravidade da economia, empurrando para o Norte, e tentar repetir naquela região o que já se [havia conseguido] na região Centro-Sul do país” (SKIDMORE, 1988; 291-292, *apud* GIOVANELLI, 2015). Assim, o regime militar tentava “adiantar o relógio amazônico”, ou seja, “desenvolver a Amazônia solidária ao Nordeste [e] em consonância com o desenvolvimento de todo o Brasil” (MÉDICI, 1971; 147-148; SKIDMORE, 1988; 290).

A exploração mineral e a produção de energia elétrica na Amazônia ganharam força nos planos militares, conforme consta do II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND 1975-1979 (MME, SD; 48, 49 e 65 *apud* GIOVANELLI, 2015). No capítulo referente à política energética nacional, por exemplo, o II PND destacou o potencial hidráulico amazônico na execução do Programa Ampliado de Energia Elétrica, por meio do qual o governo federal pretendia aumentar a capacidade de geração de energia e expandir os sistemas de transmissão e distribuição. Em Giovanelli (2015), alguns autores (LOUREIRO, 2009; PAULA, 2005: 122-124) explicam, assim como o próprio II PND (MME, SD; 4-6, 11-14, 19, 24-26, 49, 62-65) que o cenário econômico internacional e o lugar ocupado pelo Brasil na geopolítica do desenvolvimento contribuíram para esse quadro, afinal, a proposta de exploração dos recursos amazônicos, constante do II PND, fazia parte de uma estratégia de crescimento econômico que, dentre outros fatores, tentava se aproveitar da crise internacional do petróleo dos anos 1970. E de fato, países desenvolvidos buscaram transferir atividades de alto consumo energético para países não desenvolvidos como forma de superar essa crise.

Os debates sobre a viabilidade de Belo Monte, segundo estudo apresentado por Pereira (2014), remontam a esse período e se inserem nessa estratégia do governo militar de construir um complexo hidrelétrico no Rio Xingu como forma de diversificar a matriz energética brasileira em um contexto de crise do petróleo. Assim, em 1975, a Eletronorte – subsidiária da Eletrobras¹ criada em 1973 para atuar na região Norte (BRASIL, 1973, *apud*

¹ De acordo com o artigo 2º da Lei 3.890-A, de 1961, são objetivos da Eletrobrás “a realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a (...) celebração dos atos de comércio decorrentes dessas atividades” (BRASIL, 1961).

GIOVANELLI, 2015) – iniciou a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins; após a conclusão da obra, em 1984, a usina passou a produzir energia elétrica e suprir a demanda, dentre outras, da Albrás, uma das maiores fábricas de alumínio do mundo instalada no Pará como resultado da associação da NAAC (consórcio de trinta e duas empresas japonesas) com a Companhia Vale do Rio Doce (PINTO, 2005: 97-98; PAULA, 2005: 116, 123; SEVÁ, 2005: 30-31; SEVÁ FILHO, 2014: 173-175, *apud* GIOVANELLI, 2015). Foi nesse contexto que, em 1974, a Eletronorte contratou o CNEC para avaliar o potencial hidráulico do Rio Xingu (KRAÜTER, 2005: 10; DO VALLE, 2005: 63; FALCÃO, 2010: 86, *apud* GIOVANELLI, 2015).

A figura 1 localiza o Rio Xingu no mapa político do Brasil:



Figura 1 – Localização do Rio Xingu (Fonte: IBGE, SD - adaptado)

Assim, os primeiros planejamentos de Belo Monte, inicialmente chamada de Kararaô, posicionavam a usina como uma peça fundamental desse conjunto de hidrelétricas planejadas para o Rio Xingu que, somadas, gerariam severos impactos sociais e ambientais, como o alagamento de 13 Territórios Indígenas (TI) e de uma área equivalente a 18 mil km² (BRASIL, 2010; JAICHAND E SAMPAIO, 2013, *apud* PEREIRA, 2014). Switkes e Sevá (2005, *apud* GIOVANELLI, 2015) contam que os Estudos de Inventário propunham, para o aproveitamento ideal da bacia do Xingu, a construção de cinco usinas hidroelétricas ao longo do rio Xingu (eixos Jarina, Kokraimoro, Ipixuna, Babaquara e Kararaô) e uma no rio Iriri (eixo Cachoeira Seca), cujas represas alagariam uma área aproximada de 20 mil km².

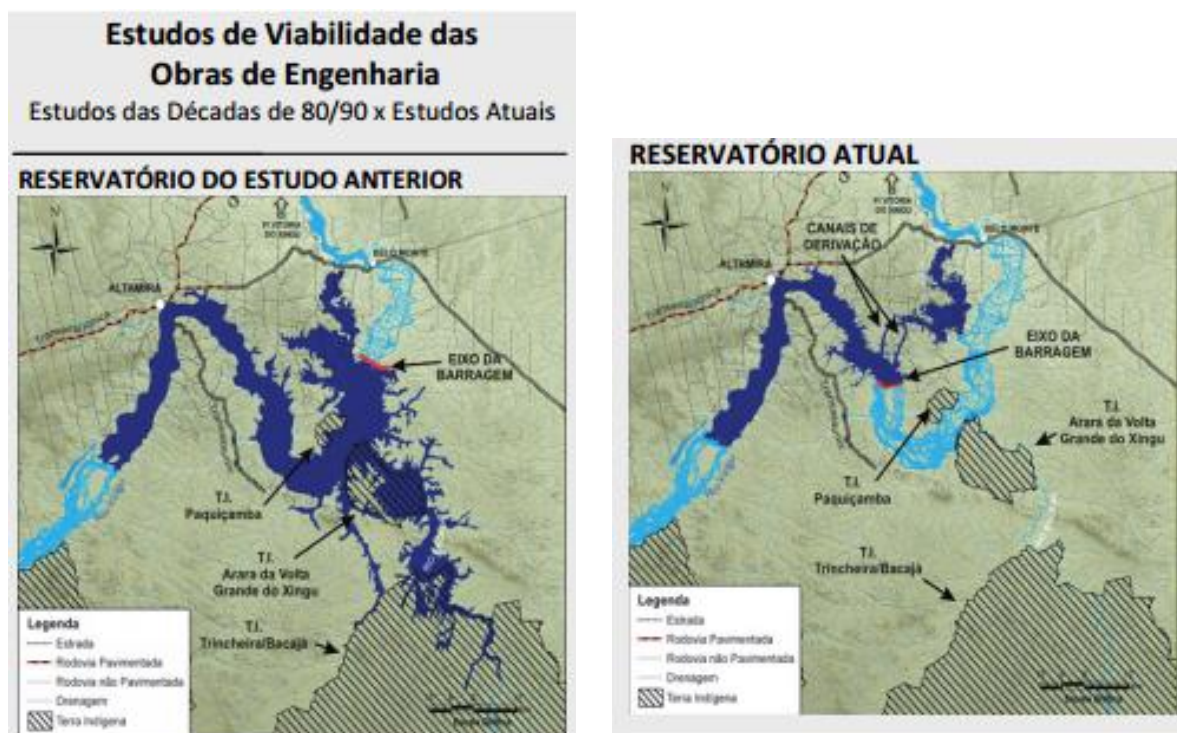


Figura 2 – Comparação da área de alagamento das Terras Indígenas - estudo das décadas de 80/90 e atualmente (Fonte: EPE, 2011)

Pereira (2014) destaca que, nessa época, havia uma grande preocupação de que as promessas de dinamização da economia e de melhoria de infraestrutura na região do Xingu teriam efeitos inversos com a construção da nova usina, já que a chegada de um grande

contingente populacional sobrecarregaria a estrutura de serviços básicos – como os da área de saúde e educação – da região, que já eram insuficientes para a própria população local. Além dessas preocupações, o histórico de atuação do governo federal, na Amazônia, aumentava esse receio: as hidrelétricas construídas na região durante o governo militar – como Balbina, no Rio Uatumã, no estado do Amazonas; e Tucuruí, no Rio Tocantins, no estado do Pará – foram planejadas e implementadas sem muitos cuidados com questões ambientais e sociais; o projeto de colonização da região, na década de 1970, cujo carro chefe foi a construção da rodovia Transamazônica, fracassou e foi abandonado pelo governo federal, deixando os colonos em uma região sem infraestrutura básica. Como a hidrelétrica afetaria grupos sociais vulneráveis – como ribeirinhos e indígenas – havia um temor de que o governo federal não seria capaz de lidar de forma adequada com os impactos nessas populações.

Os Estudos de Inventário encomendados pela Eletronorte previam, segundo a Funai (2009), que o rio Xingu garantiria 20.375 MW, caso fosse aproveitado de forma ampla. Entretanto, (como já dito acima) tal aproveitamento traria como consequência direta o alagamento de 13 Territórios Indígenas (TI) e de uma área equivalente a 18 mil km². Para Do Vale (2005) e Magalhães (2005), esse empreendimento afetaria aproximadamente quarenta povos indígenas, localizados desde a Volta Grande do Xingu, no Pará, até o Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso. Segundo Eduardo Viveiros de Castro e Lúcia M.M. de Andrade (1988), os povos indígenas Juruna, Arara, Kararaô, Xicrin, Asuriní, Araweté e Parakanã seriam “imediate e diretamente ameaçados” pelo empreendimento, que inundaria total ou parcialmente seus territórios.

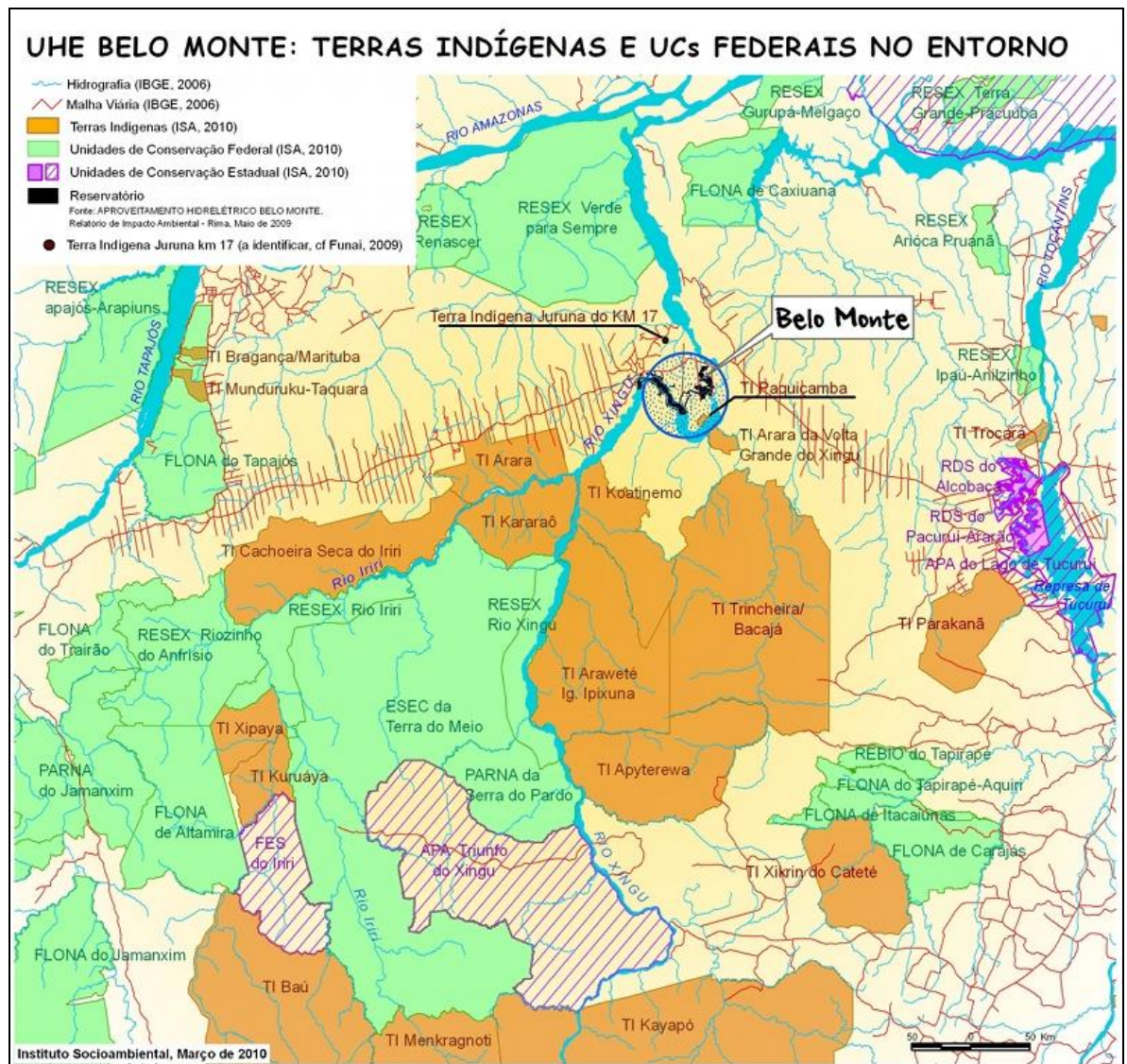


Figura 3 – Atual área de alagamento da UHE Belo Monte (Fonte: Instituto Socioambiental, 2010)

Cabe destacar que o plano original foi alterado mais tarde, após o Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, o que resultou na diminuição do reservatório e o não alagamento de nenhum Território Indígena, segundo Pereira (2014). Para a autora, os debates sobre a viabilidade de Belo Monte catalisaram diversas mobilizações e desencadearam processos de conflito e de negociação, fazendo com que Belo Monte se tornasse uma das hidrelétricas mais conhecidas do mundo. A implementação de uma grande usina hidrelétrica em uma região com forte presença de populações indígenas, de

Unidades de Conservação (UC) e com grande biodiversidade, alertou ambientalistas nacionais e internacionais, grupos indígenas, organizações de direitos humanos, entre outros para os severos impactos de Belo Monte.

A década de 1980 foi contextualizada pela redemocratização e pela consolidação da discussão sobre os direitos indígenas, fazendo com que Belo Monte apresentasse um forte simbolismo ao representar o modelo de desenvolvimento da época da ditadura militar, caracterizado, ainda segundo Pereira (2014), pelas decisões autoritárias de cima-para-baixo e pelo pouco cuidado com questões ambientais e com grupos vulneráveis, como os indígenas.

Em março de 1988, os Estudos de Inventário foram aprovados pelo DNAE, que autorizou, em agosto, a realização dos Estudos de Viabilidade Técnica² do Complexo Hidrelétrico de Altamira – projeto que compreendia a construção dos Aproveitamentos Hidrelétricos Kararaô e Babaquara, (KRAÜTER, 2005: 10; MOYA, FRANCO E REZENDE, 2007; FALCÃO, 2010; DO VALLE, 2005; DNAE, 1988, 1988^a, *apud* GIOVANELLI, 2015). De acordo com Moya, Franco e Rezende (2007), esses Estudos de Viabilidade foram iniciados em 1980, apesar de a autorização constar da Portaria 1.107, de 30 de agosto de 1988.

Os Estudos de Viabilidade Técnica do Aproveitamento Hidrelétrico de Kararaô foram concluídos e encaminhados ao DNAE (DO VALLE, 2005: 68; MOYA, FRANCO E RESENDE, 2007: 7-8, *apud* GIOVANELLI, 2015) em outubro de 1989, indicando que a expectativa de capacidade do Complexo Hidrelétrico de Altamira era de gerar cerca de 15.000 MW de energia elétrica – 8.380 MW pela Usina Kararaô, 6.274 MW pela Usina Babaquara –, alagando uma área de mais de 7 mil km² – 1.225 km² pelo reservatório de Kararaô, 6.140 km² pelo de Babaquara (SEVÁ, 2005: 41-46; FUNAI, 2009: 10, *apud* GIOVANELLI, 2015). Apesar de o empreendimento estar adequado às diretrizes do Plano Nacional de Energia 1987/2010 – elaborado pelo Ministério de Minas e Energia – que seguia atribuindo grande importância para os potenciais energéticos dos rios amazônicos (MME, 1987: 25-26; 40-62), o Departamento manifestou-se contra, em 1993, quando

2 Nesses estudos, de maneira geral, procura-se avaliar a “viabilidade econômica do empreendimento”, identificar as “condicionantes físicas para sua implantação (estrutura geológica do local de implantação, disponibilidade de material para construção, dentre outros)” e tentar prever o tempo e os recursos financeiros e tecnológicos requeridos pelo projeto (DO VALLE, 2005: 65-66).

desaprovou os Estudos de Viabilidade e exigiu sua revisão, principalmente em relação a questões “sócio-políticas” (DO VALLE, 2005: 68; MOYA, FRANCO E REZENDE, 2007: 7-8, apud GIOVANELLI, 2015). Assim, em 1994, foi feita a revisão dos Estudos de Viabilidade com diminuição da área inundada e não inundação das áreas indígenas.

Desse modo, desde finais da década de 1980 até a sua retomada em meados dos anos 1990, o projeto de construir barragem no rio Xingu foi deixado de lado (KRAÜTER, 2005: 10; DO VALE, 2005: 67; SWITKES E SEVÁ, 2005: 15; PINTO, 2005: 101-102; FALCÃO, 2010: 110-113; SEVÁ FILHO, 2014: 176-177, apud GIOVANELLI, 2015).

Pereira (2014) destaca a importância do Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Rio Xingu (contrários à usina) – evento de protesto que reuniu mais de três mil pessoas na cidade de Altamira, em fevereiro de 1989 – na interrupção do processo de construção da barragem. A autora destaca que o evento evidenciou a polarização entre os atores sociais que se colocavam contrários ou favor da usina e a criação do Movimento Pró-Kararaô (favorável à Belo Monte). Para a autora, o I Encontro dos Povos Indígenas do Rio Xingu, representou um marco do socioambientalismo brasileiro e foi capaz de reunir ambientalistas, artistas internacionais, indígenas, jornalistas, políticos e burocratas.

Para Giovanelli (2015), essa interrupção no projeto teve duas interpretações: de um lado, importantes funcionários da Eletronorte à época – como o diretor José Antônio Muniz Lopes e o engenheiro e geólogo John Denys Cadman – relacionaram a chegada de Fernando Collor de Mello à Presidência da República, por volta do início dos anos 1990, à paralisação dos projetos nacionais de geração de energia hidrelétrica, o que incluía o Complexo Hidrelétrico de Altamira (FALCÃO, 2010: 102 e 110). José Antônio Muniz Lopes declarou, à época, segundo Falcão (2010: 110, apud GIOVANELLI, 2015), [...] “em 1989 o setor elétrico estava praticamente quebrado [...]. Todos os projetos pararam: Tapajós, Madeira...”. Outra interpretação para essa paralisação, segundo Giovanelli (2015), seria o resultado da mobilização social contrária ao Complexo Hidrelétrico de Altamira (KRAÜTER, 2005: 10; SWITKES E SEVÁ, 2005: 15; DO VALLE, 2005: 67; PINTO, 2005: 101-102; SEVÁ, 2005: 46-49; SEVÁ, 2013: 37-39; FISHER, 2014; FLEURY, 2013: 37-39; SEVÁ FILHO, 2014: 175-176). Para o autor, a articulação local, nacional e internacional de povos indígenas, ONGs, antropólogos, ambientalistas, setores da Igreja Católica (na figura do Conselho Indigenista Missionário – CIMI) e líderes políticos no

sentido de formarem um movimento de oposição alcançou grande repercussão. O autor destaca, ainda, que a ampla divulgação da imagem da índia Tuíra, da etnia Kayapó, empunhando um facão contra o rosto de José Antônio Muniz Lopes, no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, teve grande impacto na opinião pública e contribuiu para a decisão do Banco Mundial em retirar o financiamento anterior previsto para a viabilização do empreendimento (KRAÜTER, 2005: 10-11; SEVÁ, 2005: 15; SWITKES E SEVÁ, 2005: 15; DO VALLE, 2005: 67; PONTES JR; BELTRÃO, 2005:84; HOCHSTETLE, 2011:1; FLEURY, 2013:37-39). Segundo Fisher (2014), a rejeição da opinião pública internacional e o recuo do Banco Mundial teriam sido fatores determinantes para que o Estado brasileiro – com sua economia frágil e seu regime democrático recém inaugurado – abandonasse o projeto de Altamira à época. De acordo com Fleury (2013: 38), já no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, o diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, teria “[anunciado] que, por implicar agressão cultural aos índios, a usina Kararaô – nome que é um grito de guerra em Kayapó – receberia outro nome (...), [sendo] posteriormente rebatizada de Usina Hidrelétrica de Belo Monte”.



Figura 4 – Engenheiro José Antonio M. Lopes e a índia Tuíra
(Fonte: e-ditoraeletronica.com, 2012)



Figura 5 – I Encontro dos povos indígenas do Xingu em Altamira

(Fonte: e-ditoraeletronica.com, 2012)

O projeto da hidrelétrica Kararaô foi retomado sob o nome de Belo Monte, por volta de meados da década de 1990 (GIOVANELLI, 2015). O DNAE, ao final de 1994, por meio da Portaria nº 769, de 25 de novembro, criou um Grupo de Trabalho para reavaliar o empreendimento, atualizar seus estudos e analisar sua viabilidade “sócio-política” (DNAE, 1994; DO VALLE, 2005: 67; MOYA, FRANCO, REZENDE, 2007: 8; FALCÃO, 2010:113). Giovanelli (2015) aponta em seu estudo que o referido Grupo de Trabalho apresentou à Eletrobras uma proposta para “minimizar os impactos ambientais de qualidade da água no rio Bacajá; eliminar a interferência do reservatório com a Terra Indígena Paquiçamba e diminuir a área de inundação do reservatório do AHE Belo Monte, minimizando os custos com realocações” (FALCÃO, 2010: 113; MOYA, FRANCO, REZENDE, 2007:8). Com isso, em 1999, a Eletrobras foi autorizada pelo Ministério de

Minas e Energia a prosseguir com os estudos técnicos necessários para a execução do empreendimento (FALCÃO, 2010: 113; MOYA, FRANCO, REZENDE, 2007:8). Não seria equivocado dizer que essa retomada permanecia adequada aos planos do Poder Executivo Federal para a Amazônia brasileira, afinal, como conta Ricardo Verdum (2007: 20-22), também no Plano Plurianual 1996-1999 constava a estratégia de integrar a região amazônica ao “espaço produtivo brasileiro”, além do objetivo de consolidação de uma “política de integração regional da América do Sul” (VERDUM, 2007: 20 *apud* GIOVANELLI, 2015).

Fato é que nesses 46 anos de Belo Monte, muitas mudanças aconteceram. O projeto saiu da agenda do governo federal em alguns momentos e foi considerado como projeto prioritário, em outros. O plano original da usina foi alterado. As previsões do governo federal de inauguração de Belo Monte foram modificadas diversas vezes, sendo que a usina começou a ser construída em 2011 e o início de sua operação deveria ocorrer em fevereiro de 2015, mas foi adiado por mais uma vez. Em 24 de novembro deste ano, o Ibama concedeu a Licença de Operação à Belo Monte condicionando-a ao cumprimento de 41 condicionantes. Recentemente, em 14 de janeiro de 2016, a Justiça Federal de Altamira determinou a suspensão da Licença de Operação da usina até que o empreendedor (Norte Energia SA) e o governo brasileiro cumpram a obrigação de reestruturar a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na região para atender os índios impactados pelo projeto. Mas no mês a justiça suspendeu a liminar que impedia o início da operação, previsto par março de 2016.

CAPÍTULO IV

METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar, de caráter exploratório, que objetiva investigar as temáticas de governança e sustentabilidade sob a perspectiva ecosófica através de um olhar psicossocial dos atores envolvidos no contexto da Usina de Belo Monte, usina que está sendo construída no Rio Xingu, no estado do Pará.

Nesse sentido, o foco central desta pesquisa é identificar como as temáticas de governança e sustentabilidade são percebidas no contexto da construção de Belo Monte, através da análise do papel dos atores envolvidos e a partir de um viés psicossocial. Assim, a ênfase do estudo recai na investigação dos seguintes temas: (a) o olhar psicossociológico sobre os atores sociais; (b) as fronteiras de responsabilidades dos setores público e privado; (c) o posicionamento dos atores no processo decisório; e (d) a participação dos atores sociais na resolução de conflitos e coordenação de interesses diferentes.

As práticas de pesquisa interdisciplinares, conforme coloca Vasconcelos (2011), incluem a construção e pactuação de uma axiomática comum a um grupo de campos de saber conexos, definida no nível hierarquicamente superior, introduzindo a noção de finalidade maior que redefine os elementos internos dos campos originais, gerando reciprocidade, enriquecimento mútuo, com uma tendência à horizontalização das relações de poder entre os campos implicados.

4.1 A ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

A abordagem metodológica da pesquisa se fundamenta em um enfoque qualitativo exploratório, e teve como principais alternativas metodológicas a pesquisa bibliográfica exploratória, o questionário semi-estruturado, entrevista semi-estruturada e análise de áudios e vídeos. Dessa forma, a pesquisa foi desenvolvida com base em um estudo de caso, na área onde está sendo construída a usina hidrelétrica de Belo Monte, especificamente no município de Altamira, no estado do Pará, região norte do Brasil. O caminho metodológico percorrido por esta pesquisa leva em consideração a perspectiva de Minayo *et al* (2007), para a qual metodologia é entendida como “o caminho do pensamento e a prática exercida

na abordagem da realidade”. Para Minayo (2007), “a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)” (p. 14).

A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas, relacionadas abaixo:

- **Corpus documental**

A **primeira etapa** do trabalho correspondeu à fase exploratória e compreendeu o período de reconhecimento teórico sobre a produção documental e bibliográfica relacionada ao objeto da pesquisa. Nesta fase da pesquisa foram realizadas as buscas *onlines* em periódicos, sites e bancos de artigos, dissertações e teses nacionais e internacionais. Foi realizada também pesquisa documental que buscou levantar relatórios técnicos e de pesquisa emitidos por órgãos oficiais – tais como IBAMA, FUNAI, MPF, ANEEL, MME, Eletrobras, dentre outros – e organizações não governamentais, como exemplo, o Instituto Socioambiental e o Movimento Xingu Vivo sobre temas relacionados a Belo Monte.

Foi objeto ainda da pesquisa documental e bibliográfica, nesta fase, o referencial teórico dirigido aos conceitos de psicossociologia, sustentabilidade, governança, ecosofia e globalização – nas suas diversas nuances de interpretação, visto ser objeto de estudo a problematização destas temáticas – os quais se encontram relacionados nas referências bibliográficas.

- **Pesquisa de campo**

A **segunda etapa** de pesquisa consistiu na mobilização para a fase de campo, envolvendo a elaboração de instrumentos de pesquisa e seleção dos entrevistados. Durante esta fase, foram contatados, por telefone, representantes do Movimento Xingu Vivo, do Instituto Socioambiental – ISA e da empresa Norte Energia S.A com objetivo de viabilizar um cronograma de entrevista.

Durante esta etapa preparatória, foram elaborados os principais instrumentos metodológicos que seriam utilizados na pesquisa de campo (questionários e roteiros de

entrevista). Ambos os instrumentos metodológicos – questionários e roteiros de entrevistas – foram semiestruturados, contendo perguntas abertas e fechadas.

A importância destes instrumentos para obtenção de informações a serem sistematizadas e interpretadas para análise é de fato relevante, conforme Minayo (2008):

Entrevista é uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo. A entrevista semi-estruturada combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada. (MINAYO, 2008, p. 261)

A **terceira etapa** metodológica correspondeu à pesquisa de campo propriamente dita. Para investigar os temas focais dessa dissertação, foi realizada pesquisa de campo na cidade de Altamira, no Pará, no período de 05 a 23 de julho de 2015. Cabe destacar que durante esta etapa encontrei muitas dificuldades para aplicar os questionários semiestruturados e realizar gravações das entrevistas, tanto para a população local quanto para os gestores da empresa Norte Energia S.A e representantes do poder público. Em conversa com outros pesquisadores na cidade, constatei que os mesmos enfrentavam dificuldade semelhante. A percepção é de que existe um grande desgaste por parte dos atores envolvidos no processo já que os mesmos vêm se submetendo às mais variadas pesquisas e questionamentos ao longo dos últimos anos. Observei ainda, um clima de insegurança e desconfiança instalado devido a uma resistência cada vez maior no tocante à construção da usina, que vem se intensificando à medida que a cidade sofre com os efeitos colaterais da instalação da hidrelétrica (como por exemplo, o aumento da violência, populacional, do custo de vida, etc) e com conflitos relacionados a valores de indenização, dentre outros. Além disso, verifiquei ainda que a menção à palavra “entrevista” causa certo desânimo ao entrevistado, principalmente em relação à população local, pois esse é o instrumento mais utilizado pela empresa Norte Energia para coletar informações e realizar cadastros junto aos moradores. Diante deste cenário, procurei adaptar meus instrumentos e

tentar obter informações de maneira mais informal – no sentido de uma “conversa” – e assim, conquistar a confiança do entrevistado e sua colaboração com a pesquisa.

Durante o meu trabalho de campo na cidade de Altamira, foi realizada a audiência pública da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA, na Câmara dos Deputados em 8/7/2015, em Brasília, – que contou com a presença de atores envolvidos no processo de Belo Monte. A audiência teve como objetivo discutir as condições de liberação da Licença de Operação à Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Sendo assim, os áudios da audiência – disponibilizados ao público pelo sítio da Câmara dos Deputados – foram utilizados para complementar a pesquisa.

Durante a fase da pesquisa de campo, procurei conhecer a realidade local e levantar conteúdo material, referentes às temáticas de sustentabilidade e governança, através de um olhar psicossocial. Participei de reuniões abertas à população – no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu que tem a finalidade de implementar políticas públicas e iniciativas da sociedade civil para promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida de mais de 400 mil pessoas que habitam os Municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu – e conversei com moradores, comerciantes, ex-pescadores, ribeirinhos, representantes de movimentos sociais (Xingu Vivo), ONG’S (Instituto Socioambiental), e da empresa Norte Energia SA. Cabe ressaltar que não foi possível estabelecer contato com os indígenas da região pois era necessária uma autorização prévia da FUNAI. Ademais, todo contato com os índios deve ser intermediado pela presença de um representante do órgão – por força de legislação – o que acabou dificultando bastante, devido a escassez de funcionários da FUNAI na região.

Mesmo diante de tantos obstáculos, foram ouvidos oito atores sociais locais, escolhidos de forma aleatória, e um gestor da empresa Norte Energia S.A, conforme apresentado no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Atores sociais entrevistados na pesquisa de campo – julho/2015

Atores Locais	Perfil
A	<p>Sexo: masculino</p> <p>Faixa etária: acima de 70</p> <p>Escolaridade: analfabeto funcional</p> <p>Histórico: ex-pescador, morador há 32 anos da Vila Santo Antônio (comunidade que foi dissolvida há 3 anos para construção de Belo Monte), onde ele era o presidente da Associação de Moradores. Atualmente, mora em um bairro muito distante do centro e sobrevive de serviços avulsos (como pedreiro, por exemplo) nas cidades vizinhas.</p>
B	<p>Sexo: feminino</p> <p>Faixa etária: acima de 60</p> <p>Escolaridade: analfabeta funcional</p> <p>Histórico: moradora do ‘beiradão’ Bom Jardim há 38 anos, em um sítio com agricultura de subsistência e criação de animais para consumo. A família recebeu indenização, pois o local será alagado pelo reservatório da hidrelétrica.</p>
C	<p>Sexo: feminino</p> <p>Faixa etária: 27 anos</p> <p>Escolaridade: superior completo</p> <p>Histórico: moradora de Altamira, ex-prestadora de serviços da Norte Energia.</p>
D	<p>Sexo: masculino</p> <p>Faixa etária: acima de 60</p> <p>Escolaridade: 1º grau</p> <p>Histórico: morador do Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) São Joaquim há mais de 1 ano, pois a área em que morava será alagada.</p>
E	<p>Sexo: feminino</p> <p>Faixa etária: acima de 50</p> <p>Escolaridade: analfabeto funcional</p> <p>Histórico: moradora do RUC São Joaquim. Antes, morava na Perimetral, perto da ponte, área que será alagada.</p>
F	<p>Sexo: feminino</p> <p>Faixa etária: 58 anos</p>

	Escolaridade: analfabeto funcional Histórico: ex-moradora de palafita, que atualmente mora no RUC Jatobá.
G	Sexo: masculino Faixa etária: 60 anos Escolaridade: analfabeto funcional Histórico: morador da Ilha do Arapujá (ilha do Rio Xingu que será submersa pelo reservatório) durante toda a vida.
H	Sexo: feminino Faixa etária: 40 anos Escolaridade: 2º grau Histórico: proprietária de uma pousada na ilha Vista Bela (ilha do Rio Xingu que será submersa pelo reservatório).
I	Sexo: masculino Faixa etária: acima de 40 Escolaridade: superior completo / especialização Histórico: gestor na empresa Norte Energia
J	Sexo: Feminino Faixa etária: acima de 40 anos Histórico: representante da Fundação Viver, Produzir e Preservar - FVPP
K	Sexo: Feminino Faixa etária: acima de 40 anos Histórico: representante Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira

Cabe esclarecer que os atores estatais e sociais que participaram da Audiência Pública da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA, realizada na Câmara dos Deputados em 8/7/2015, em Brasília, serão identificados ao longo do Capítulo V – Resultado da Pesquisa, conforme Quadro 2, visto que os áudios e vídeos analisados nessa pesquisa encontram-se disponibilizados no sítio da Câmara dos Deputados, e, portanto de amplo acesso público.

Quadro 2: Atores sociais que participaram da audiência pública da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA – em 08/07/2015, citados na Pesquisa.

Atores	Características
IBAMA	Ator Estatal Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA Representado por: Tomas Toledo – Diretor de Licenciamento Ambiental
DPU	Ator Estatal Defensoria Pública da União – DPU Representado por: Cláudio Luiz dos Santos – Defensor Chefe da Defensoria Pública da União do Estado do Pará
MPOG	Ator Estatal Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG Representado por: Celso Knijnik – Diretor do Departamento de Infraestrutura de Energia da Secretaria do PAC (SEPAC)
Cláudio Curuaia (indígena)	Ator Social Representando o Movimento Xingu Vivo para Sempre
Empresa Norte Energia	Ator Social Representada por: José Anchieta dos Santos – Diretor Socioambiental
Deputado José Geraldo	Ator Social
Deputado Arnaldo Jordy	Ator Social
FUNAI	Ator Estatal Fundação Nacional do Índio - FUNAI Representado por: Artur Nobre Mendes – Assessor da Presidência da FUNAI
MPF	Ator Estatal Ministério Público Federal do Estado do Pará- MPF Representado pela Procuradora da República no Município de Altamira - Thais Santi

ISA	Ator Social Instituto Socioambiental - ISA Representado por: Carolina Piwowarczyk Reis
MME	Ator Estatal Ministério de Minas e Energia – MME Representado por: Domingos Romeu Andreatta – Diretor do Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico, da Secretaria de Energia Elétrica
Gracinda (moradora)	Ator Social Moradora do município de Altamira
ANEEL	Ator Estatal Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL Representado por: Helvio Neves Guerra – Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração (SCG)
Município Vitória do Xingu	Ator Estatal Município Vitória do Xingu Representado por: Paulo Renato – Secretário de Administração

A **quarta e última etapa** metodológica consistiu na sistematização e análise das informações, propriamente dita, obtidas por meio dos questionários, entrevistas, conversas, observação direta e áudios de gravação da audiência pública. Para o tratamento das informações geradas, optei pelo recurso metodológico de Análise de Conteúdo, baseada em Bardin (1977), que significa:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Nesse sentido, foi adotada a abordagem qualitativa a partir das informações coletadas nas entrevistas e nos questionários semi-estruturados. A análise qualitativa que “corresponde a um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável, mais

adaptável, e índices não previstos ou à evolução das hipóteses” (*op.cit.*, p.115) permite trabalhar com *corpus* reduzidos. Bardin (1977) observa que, nesta abordagem, “as hipóteses inicialmente formuladas, podem ser influenciadas no decorrer do procedimento, por aquilo que o analista compreende da significação da mensagem” (*op.cit.*, p. 115). Essa etapa encontra-se detalhada no Capítulo V – Resultado da Pesquisa.

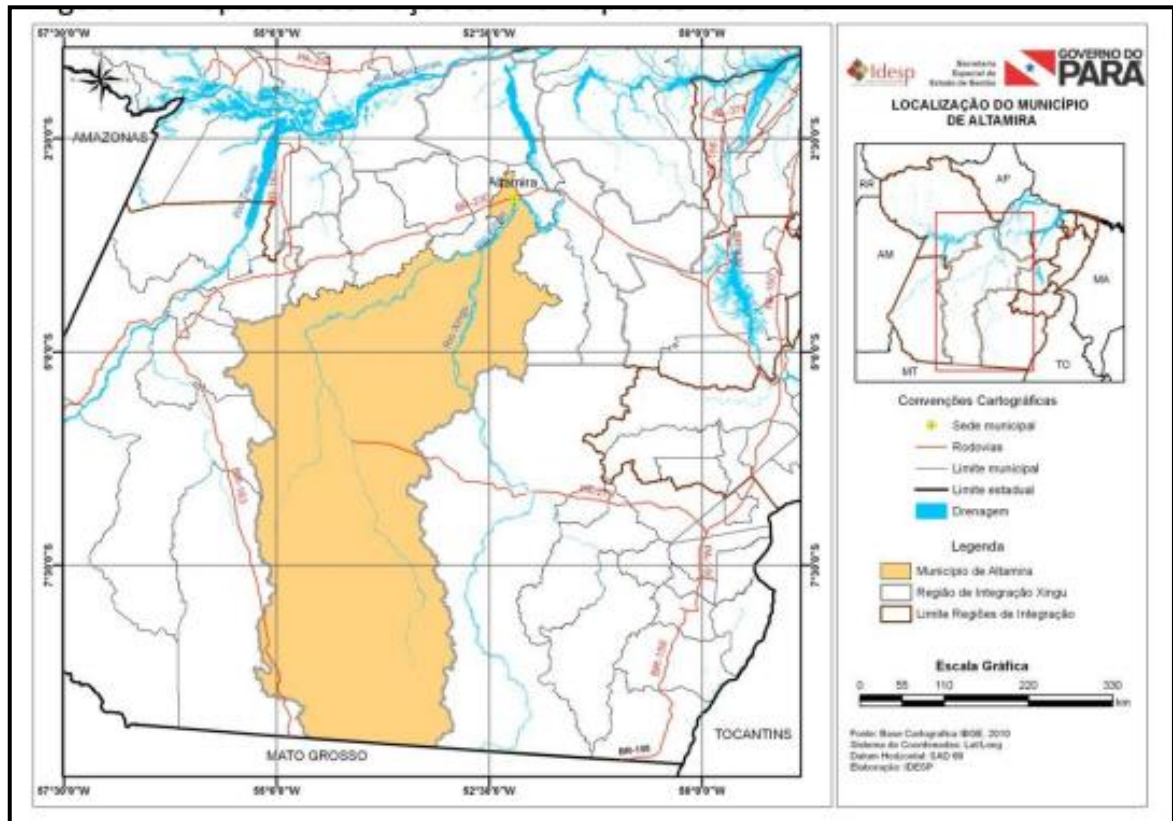
4.2 DESCRIÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO: O MUNICÍPIO DE ALTAMIRA

Localizado no estado do Pará, na região norte do país, na Região de Integração do Xingu (RI Xingu), Altamira possui uma área territorial de 159.533,255 km², correspondendo a, aproximadamente, 64% da RI Xingu e 13% do estado do Pará – que o torna o maior município do Brasil em extensão territorial e um dos maiores do mundo³.

A rodovia Transamazônica atravessa o município no sentido leste-oeste numa extensão de 60 km e liga Altamira à Belém, Marabá, Itaituba e Santarém. Uma característica notória do município é sua hidrografia: Altamira está cravada às margens do rio Xingu, com sua série de afluentes e cachoeiras que se distribuem por toda a região. No município de Altamira inicia-se a "volta grande do Xingu", trecho sinuoso e cheio de cachoeiras do Rio Xingu onde, no final do trecho, está sendo construída a Hidrelétrica de Belo Monte.

³ Dados obtidos em trabalho divulgado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP (2013)

Figura 6: Mapa de Localização do Município de Altamira - PA



Fonte: IBGE/SEIR – Elaboração: IDESP, 2013

A origem do município de Altamira está atrelada às missões jesuítas e às drásticas reformas do Período Pombalino que vai de 1760 a 1808. Seu crescimento e desenvolvimento giraram em torno da construção da estrada que fazia ligação do povoado de Altamira, acima da foz do rio Ambé - antiga missão religiosa da Companhia de Jesus, com a foz do rio Tucuruí⁴. Assim, Altamira consolidou-se como centro polarizador do sul do estado. Sua origem oficial esteve diretamente ligada: a) à colonização das Missões Jesuíticas, na primeira metade do século XVIII; b) à extração de borracha que perdurou até a metade do século XX; e c) ao processo de interiorização do Brasil com a abertura da

⁴ Dados obtidos em trabalho divulgado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP (2013)

fronteira amazônica, a partir da década de 1970. Entretanto, toda a história da cidade sempre esteve ligada à presença indígena nesse território⁵.

O município de Altamira recebeu esse título pelo Decreto Legislativo nº 1.234 de 6 de novembro de 1911, devido a necessidades político-administrativas, como o desmembramento do município de Souzel - maior extensão político-geográfica da época, atualmente denominado Senador José Porfírio, e o estabelecimento de um governo municipal no alto Xingu, que era uma região mais desenvolvida do que o baixo Xingu. O quadro da divisão territorial do município sofreu várias modificações até 1991, quando seu desmembramento deu origem aos municípios de Brasil Novo e Vitória do Xingu, e o definiu como distrito sede (PARÁ, 2013).

Desde o ciclo da borracha, a rede urbana da região do Xingu estrutura-se a partir de Altamira. A agricultura – principalmente arroz, cacau, feijão, milho e pimenta-do-reino –, a extração de borracha e da castanha-do-pará, assim como a pecuária, são as principais atividades econômicas do município. A cidade, entretanto, defronta-se com problemas econômicos e sociais à medida que não houve investimentos necessários em infraestrutura, como ocorre em quase toda região norte do Brasil. O ecoturismo tem um grande potencial no município, mas é muito pouco explorado.⁶

Em 1972 foi implantado nesse município o marco zero da Rodovia Transamazônica (BR-230) pelo presidente brasileiro Emílio Garrastazu Médici. Iniciava-se um período de intensa exploração da floresta amazônica, com assentamentos de colonos e abertura de vias terrestres, algumas já abandonadas e outras que geraram alguns dos municípios da região (como Medicilândia, Anapu, Vitória do Xingu etc.).

⁵ Dados obtidos a partir do sítio www.wikipedia.com.br

⁶ Dados obtidos a partir do sítio www.wikipedia.com.br

Figura 7: Foto antiga da Igreja Sagrado Coração de Jesus, em Altamira



Fonte: www.panoramio.com

A população estimada de Altamira para 2015 foi de 108.382 pessoas, sendo que em 2010 era de 99.075 – equivalente a 29,9% da população total da RI Xingu – o que o torna o município mais populoso da região, com densidade demográfica de 0,62 hab/km². Sua população masculina corresponde a 50,3%, enquanto a feminina a 49,7% do total dos residentes no ano 2010. Essa distribuição populacional por sexo, com a quantidade de homens sutilmente superior a de mulheres, segue o mesmo padrão ao longo de décadas (IBGE, 2010).

Ainda de acordo com o Censo Demográfico 2010 (IBGE), 84,9% da população altamirense reside na zona urbana, estando apenas 15,1% na zona rural, o que mostra uma tendência à concentração em áreas urbanas. Estudo realizado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP (2013) alerta sobre o intenso fluxo migratório que a usina hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) tem provocado – cerca de 96 mil pessoas se deslocaram para os municípios de Altamira e

Vitória do Xingu, principalmente, no período de pico da obra, segundo Estudo de Impacto Ambiental-EIA. A atração por essas áreas deu-se por apresentarem infraestrutura básica para realização das obras, como alojamentos, canteiros de obras, vilas residenciais e acampamentos. O estudo alerta ainda que este contingente populacional tende a permanecer na região, principalmente no município de Altamira, devido a maior facilidade de acesso, através da rodovia Transamazônica - que atravessa o município, e por ser o mais desenvolvido entre os municípios da RI Xingu, apresentando melhores condições de habitação, infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos.

Com relação à escolaridade, cabe destacar a redução do número de analfabetos no município de Altamira. No censo de 1991, a população de analfabetos acima dos 15 anos se aproximava de 30,2%; essa porcentagem diminuiu para 18,4% em 2000 e para 12,5% em 2010 (IBGE, 1991; 2000 e 2010). Em 2011, foram registrados 171 estabelecimentos educacionais no município de Altamira, sendo 47 de ensino pré-escolar, 114 de ensino fundamental e 10 de ensino médio. Estes valores representam acréscimo de 6,8% no número de pré-escolas em relação ao ano anterior, bem como a redução de 1,7 % e 9,1 % de estabelecimentos de ensino fundamental e médio, respectivamente. Não há registros de número de estabelecimentos de ensino superior no município, contudo, em 2010, registrou-se um total de 14 cursos oferecidos pelas universidades federal e estadual (MEC/INEP, 2011). Com relação às matrículas em quatro níveis de ensino: pré-escola, fundamental, médio e superior, o estudo do IDESP (2013) aponta que, em 2011, foram registradas 2.903 matrículas na pré-escola, 19.488 no ensino fundamental e 5.926 no ensino médio, que representam um acréscimo de 124,7%, 8,9% e 44,3%, respectivamente, em relação aos ingressos de 12 anos atrás. Em 2010 foram registradas 1.366 matrículas no ensino superior, o que representa um salto de 45,5% em relação ao ano anterior. Não há registros de matrículas no ensino superior para o ano 2011.

Segundo estudo do IDESP (2013) merecem destaques as redes municipal e estadual de Altamira, entre as esferas administrativas mais atuantes na última década. Em 2011, foram matriculados na rede municipal 89,5% das crianças da pré-escola e 92,8% jovens do ensino fundamental; cerca de 95% dos alunos matriculados no ensino médio faziam parte da rede estadual de ensino; e 73,6% eram de universidade federal e os restantes 26,4% de universidade estadual (MEC/INEP, 2011).

Figura 8: Vista aérea da cidade de Altamira - PA



Fonte: Ministério Público do Pará (www.mppa.mp.gov.br)

Ainda de acordo com estudo do IDESP (2013), apenas as esferas administrativa pública estadual e privada oferecem serviços de ensino médio em Altamira, enfatizando que, assim como observado no ensino fundamental, esta última apresenta taxas de rendimento escolares significativamente melhores que as instituições públicas. Em 2011, a taxa de aprovação no ensino privado foi de 95,6%, enquanto que o ensino público estadual apresentou taxa de 62,1%; a taxa de reprovação na rede estadual foi 3,14 vezes maior que na privada; e não houve evasão de alunos na rede privada, enquanto que na rede estadual a evasão foi de 24,1%.

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM do município de Altamira foi de 0,665 e suas dimensões longevidade, educação e renda foram de 0,811, 0,548, 0,662, respectivamente (PNUD, 2013). Estes índices indicam um município com evidentes desigualdades sociais, apontando a disparidade na distribuição de renda da sua população, apesar da tendência de progresso observada nos últimos anos. Altamira ocupa a 2.776ª posição entre os municípios brasileiros e a 12ª no estado do Pará, segundo estudo do IDESP (2013).

A população do município ocupava, em 2010, 26.427 mil unidades domiciliares, com 3,75 habitantes/unidade (IBGE, 2010). Deste total, apenas 18,9% eram abastecidas por uma rede geral municipal de distribuição de água, sendo poços ou nascentes na própria propriedade a forma mais comum de abastecimento de água do município, presente em 68% de domicílios. Já com relação à rede de esgoto, 77,4% do esgoto sanitário de Altamira possui outros destinos que não os convencionais como fossa séptica (17,2%). Em 2010, segundo censo do IBGE, a rede geral de esgoto da cidade abastecia apenas 1,59% destes domicílios. Atualmente, essa questão do saneamento e da qualidade da água é uma das condições estabelecidas para que Belo Monte entre em operação. Sendo assim, a Norte Energia tem como responsabilidade construir 250 km de rede de esgoto e 180 km de rede de água tratada. Segundo o Diretor Socioambiental da empresa⁷, serão entregues ao município de Altamira 08 reservatórios de água tratada e 13 reservatórios de área de saneamento. O diretor afirmou ainda que a administração do sistema de saneamento será do município, mas o custo da infraestrutura e das ligações intradomiciliares é da empresa.

Figura 9: Esgoto “a céu aberto” no Rio Xingu - PA



Fonte: arquivo pessoal (julho/2015)

⁷ Durante Audiência Pública da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA, realizada na Câmara dos Deputados em 8/7/2015, em Brasília.

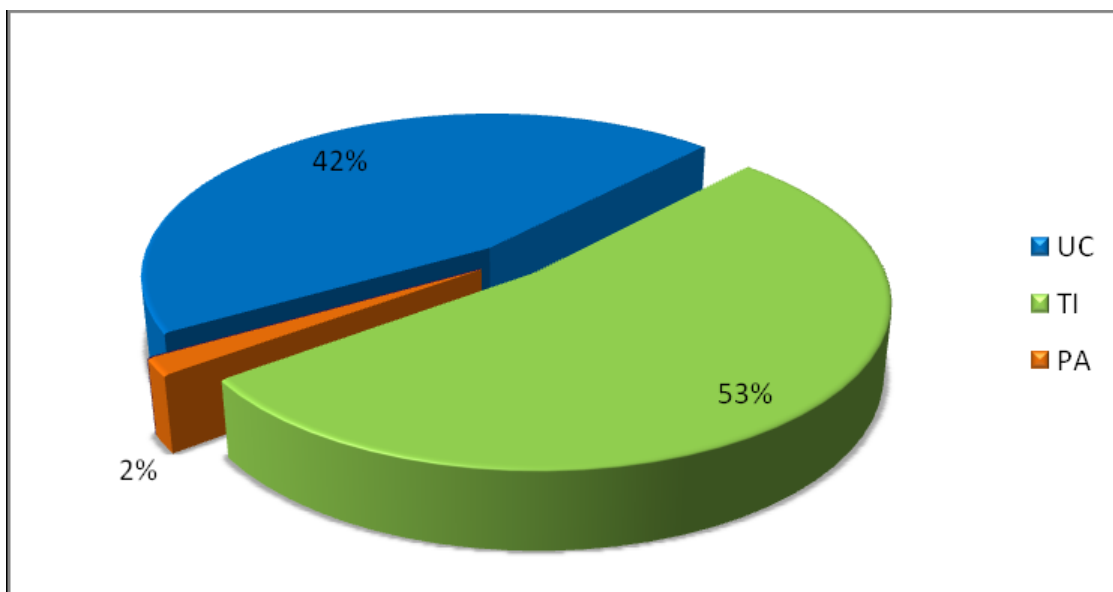
Com relação às atividades econômicas de Altamira, a agricultura foi durante muito tempo a principal forma de subsistência dos moradores, ainda segundo estudo do IDESP (2013). Sua ascensão deu-se no início na década de 70, com a implementação do Projeto Integrado de Colonização (PIC-Altamira), quando o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) concedia a agricultores o direito a terras com solos férteis e o governo do Estado os incentivava a permanecerem nestas através de créditos rurais e assistência técnica agrícola (HEBÉTTE, 2004, *apud* IDESP, 2013). Entre os produtos agrícolas cultivados no município destacam-se cacau, arroz, feijão, mandioca e milho, cujas áreas plantadas somam mais da metade (74,7%) de toda área destinada à agricultura no município. Contudo, o cupuaçu, o açaí e a acerola, apesar de suas pequenas áreas de cultivo, são os maiores responsáveis pelo aumento do valor de produção, com participação de 53,1%, 18,9% e 22%, respectivamente.

Entretanto, no início da década de 1980, dificuldades com a comercialização de produtos agrícolas favoreceram o desenvolvimento da pecuária no município, especialmente nos pequenos e médios estabelecimentos (TOURRAND et al., 1998, *apud* IDESP, 2013). Em 2013, o município de Altamira contava com efetivos de grande, médio e pequeno porte, e o rebanho bovino era sem dúvida o mais representativo, com 87,2% de participação em cabeças de gado. Ainda segundo estudo do IDESP (2013), o rebanho bovino vem aumentando a cada ano, de modo que, em 2011, alcançou um total de 688.901 cabeças, o que representa uma participação de 24,7% no efetivo de toda RI Xingu e 3,8% do estado do Pará. Contudo, sua produção leiteira ainda era bastante discreta, atingindo em 2011 uma produção de um pouco mais que 4 mil litros de leite, ou seja, 12,9% da produção da RI Xingu e 0,73% do Estado. O município conta ainda com uma economia baseada no extrativismo vegetal ativa, ainda de acordo com estudo do IDESP (2013). O produto que rende maior receita ao município é a madeira em tora, seguida pela castanha do Pará, açaí e lenha.

Altamira conserva em seu território 92,37% de cobertura florestal (*Terraclass*, 2010, *apud* IDESP, 2013). O município situa-se em uma unidade territorial designada para contenção das frentes de expansão através da delimitação de áreas protegidas e usos alternativos (IPAM, 2011, *apud* IDESP, 2013). Por isso, as áreas protegidas do município, que incluem Unidades de Conservação (UC's) e Terras Indígenas (TI's), ocupam uma área equivalente a 90,61% da área total do município, ou seja, 144.707,27 km² de área (INPE, 2010, *apud* IDESP, 2013). Enquanto os Projetos de Assentamentos rurais (PA's) ocupam uma área de 2.452,5 km² (ITERPA, 2013, *apud* IDESP, 2013). As UC's ocupam uma extensão territorial de 66.881 km²,

o que representa 41,92% da área total de Altamira; já as TI's estão distribuídas em uma área de 77.826,27 km². Não há registros de comunidades quilombolas no município.

Figura 10: Proporção de áreas protegidas e projetos de assentamentos rurais - Altamira



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (Elaboração: IDESP/2013)

A questão fundiária no Pará está atrelada a conflitos no campo e no município de Altamira não é diferente, conforme apresenta estudo do IDESP (2013). Ressalta-se que a região da transamazônica, desde o início da colonização, é palco de muitos conflitos sociais associados principalmente à propriedade de terras. Estes conflitos resultam até hoje em expulsão de colonos de suas propriedades e assassinatos de pequenos produtores, líderes sindicais, religiosos, e outros representantes do meio rural. Altamira, Anapu e Pacajá são os municípios da região onde há maior incidência de conflitos por terra que culminam em mortes, segundo IDESP (2013). Embora estes assassinatos tenham provocado fortes impactos sociais e ampla cobertura da mídia local, nacional e internacional, os desdobramentos dificilmente resultaram em prisões dos responsáveis, que na maioria das vezes são pessoas influentes na região, o que agrava a situação de impunidade na região.

Estudo do IDESP (2013) revela que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou uma lista com nome de trabalhadores rurais ameaçados de morte (CPT, 2011, *apud* IDESP, 2013). Dessa lista, 37,7% dos trabalhadores rurais de toda RI Xingu são de Altamira, ou seja, estes

estão com “cabeças a prêmio” devido à resistência pela luta por permanência no campo, denúncia de grilagem de terra, entre outros motivos.

O estudo IDESP (2013) revela, ainda, outras penúrias ocorrentes na região que dizem respeito ao uso de mão de obra escrava e ao trabalho rural infantil. No primeiro caso, famílias inteiras são usadas por fazendeiros, grileiros ou madeireiros para atividades agropecuárias ou florestais sem qualquer tipo de apoio, segurança, estrutura ou conforto. Dados levantados durante 10 anos (2002- 2011) pela Comissão Pastoral da Terra - CPT revelam 2.784 casos de trabalho escravo em toda RI Xingu, destes 14,6% ocorreram no município de Altamira.

Com relação ao desmatamento, o IDESP (2013) aponta que, entre os municípios da RI Xingu, Altamira é o que apresenta as maiores perdas de cobertura florestal ao longo de 10 anos. Até o final do ano de 2011, o município apresentava 7.071,60 km² de área desmatada, o que corresponde a 26,8% da área da RI Xingu, seguido de Pacajá e Uruará, com 5.174,70 km² (18,9%) e 3.076,40 km² (11,2%), respectivamente. O estudo traz uma observação, entretanto, que o incremento de áreas desmatadas no município vem reduzindo. Picos de desmatamento em Altamira ocorreram em 2002 e 2004, com a devastação de 671,4 km² e 708,2 km² de área florestal, respectivamente. Já em 2005, ainda segundo IDESP (2013), houve um decréscimo de 23,6% de área desmatada no município, possivelmente influência da implementação, em 2004, de políticas públicas contra o desmatamento da Amazônia, como o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, o PPCDAM. Com este plano, ações de combate ao desmatamento foram fortalecidas e intensificadas com ações do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a criação de novas unidades de conservação e aumento do valor total de multas emitidas, respectivamente. Os resultados destas medidas são notáveis em 2010, ano com a menor taxa de desmatamento (196 Km²), quando o incremento de desmatamento foi 3,6 vezes menor que no ano de maior pressão; e em 2011, que apesar do leve aumento em relação no ano anterior, apresentou uma taxa de desmatamento 64,1% menor que a observada em 2004.

Para o IDESP (2013), com a implantação da UHE Belo Monte espera-se um aumento nas taxas de desmatamento no município não apenas devido a fatores diretos, como a utilização de áreas para a construção e instalações da obra (estradas, canteiro de obras, linhas de transmissão, acampamentos, área para estoques de solo e madeira) e para o reservatório de água, mas principalmente devido fatores indiretos. O estudo aponta que a migração é um desses fatores, considerado de suma importância, haja vista o histórico da Amazônia, marcado pela implantação de grandes projetos incentivados pelo governo federal, que além de grandes fluxos

migratórios provocou significativas mudanças na paisagem, nos meios social e econômico, culminando em um cenário marcado pela ampliação das atividades de exploração madeireira, pecuarista e pelo florescimento do garimpo.

Figura 11: Área desmatada na floresta nacional de Altamira



Fonte: Rodrigo Baleia (www.amazonia.org.br)

Figura 12: Visita à ilha do Arapujá – Rio Xingu



Fotos: arquivo pessoal (julho/2015)

Figura 13: Portinho de Altamira – Rio Xingu



Figura 14: Orla do Rio Xingu



Fotos: arquivo pessoal (julho/2015)

Figura 15: Reunião do PDRS-Xingu



Foto: André Luiz – MME (julho/2015)

Figura 16: Mudança para o RUC



Foto: André Luiz – MME (julho/2015)

Figura 17: Obra de Belo Monte



Foto: arquivo pessoal (julho/2015)

CAPÍTULO V

RESULTADO DA PESQUISA

Para entender a dinâmica da pesquisa que tem por objetivo investigar as temáticas de Governança e Sustentabilidade sob um olhar psicossocial dos atores envolvidos no caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, bem como, refletir sobre essas questões, são apresentados, a seguir, os resultados obtidos no trabalho de campo, realizado em Altamira, no Pará no período de 05 a 23 de julho de 2015. A pesquisa também se baseou nos áudios disponibilizados no sítio da Câmara dos Deputados referentes à Audiência Pública da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA, realizada na Câmara dos Deputados em 8/7/2015, em Brasília – que ocorreu durante o meu trabalho de campo na cidade de Altamira e contou com a presença da maioria dos atores envolvidos – e que teve como objetivo discutir as condições de liberação da Licença de Operação à Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O roteiro de entrevista utilizado para a coleta dos dados baseou-se em quatro eixos principais de análise, organizados em categorias (BARDIN, 2011): (a) percepção psicossociológica da polarização dos atores sociais; (b) responsabilidade do setor público e privado; (c) ações de governança; (d) participação dos atores sociais no processo de resolução de conflitos e coordenação de interesses diferentes.

5.1 O OLHAR PSICOSSOCIOLOGICO E A POLARIZAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS EM DOIS GRUPOS – QUEM É CONTRA E QUEM É A FAVOR DE BELO MONTE

A partir dessa categoria prévia de análise, foi possível perceber, através da experiência vivenciada no trabalho de campo, nos depoimentos dos entrevistados e nas falas dos atores sociais na Audiência Pública da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA, do dia 8/7/2015, em Brasília, que existe uma polarização dos atores sociais em dois grupos: quem é a favor e quem é contra Belo Monte.

Estudo apresentado por Pereira (2014), que aborda a capacidade de influência de atores sociais e estatais no processo de tomada de decisão em Belo Monte, aponta que o projeto da usina tende a afetar negativamente grupos mais vulneráveis – como indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores, pescadores etc. – e que esses grupos, historicamente, têm se organizado e utilizado estratégias variadas desde os primeiros debates sobre a viabilidade da usina, na década de 1970, para influenciar as decisões das agências estatais e inserir suas demandas no planejamento governamental sobre Belo Monte. Nesse período, portanto, a resistência à construção da usina era muito grande por parte desses grupos; por outro lado, a usina tem sido apoiada por atores associados à elite econômica local e nacional – como barrageiros e empresários dos ramos da mineração, da agropecuária, da indústria e do comércio – desde essa época.

A pesquisa de campo foca a posição desses atores sociais, sendo que a compreensão dos diferentes posicionamentos – suas subjetividades e seus pontos de vista – só é possível a partir de um olhar psicossociológico. Nasciutti (1996) observa que a psicossociologia ocupa um lugar interdisciplinar no estudo das ciências do homem ao considerar de forma complexa o campo de reflexão em que insere os sujeitos a saber “as relações que o indivíduo mantém com o social, os determinismos sociais e psíquicos que atuam nessas relações, o modo como estas se estruturam e os efeitos da interação desses determinantes sobre os indivíduos” (op.cit., p. 54). Assim, o meio social, que pré existe ao sujeito, contribui para a construção de seus valores e modelos como mediação do que é da ordem do imaginário individual e do imaginário coletivo, devendo ser compreendido de uma forma ampla:

o social é tudo aquilo que é da ordem do coletivo, que ultrapassa o indivíduo (...) [um coletivo que] é organizado política, econômica e culturalmente, possuindo um sistema simbólico e atravessado pela ideologia. Esse coletivo é ainda atravessado por um imaginário que ele próprio se constrói continuamente, através do qual a sociedade designa sua identidade e se representa. O social não atua simplesmente sobre o comportamento individual, mas faz parte dele, se inscreve no corpo, no psiquismo mais profundo, na representação que o indivíduo faz de si

mesmo e dos outros, nas relações que ele mantém com o mundo que lhe é exterior (NASCIUTTI, 1996, p. 51)

Sob o viés psicossocial, o trabalho de campo junto aos atores da sociedade civil – e a contribuição dos resultados apresentados na tese de doutorado de Pereira (2014) – permitiu entender um pouco do histórico de seus posicionamentos e atuações ao longo do processo de construção de Belo Monte.

Inicialmente, o sentimento em relação à construção da usina era um misto de incerteza e de rejeição generalizado, por grande parte da população. Pereira (2014) afirma que a desmobilização do movimento contrário à Belo Monte ocorreu no início da década de 1990, quando a usina havia sido suspensa e, por alguns anos, não se teve notícias sobre planos do governo federal de retomar o projeto de Belo Monte. Dessa forma, as organizações que, na década de 1980, se uniram para combater o complexo de usinas planejado para o Rio Xingu, passaram a se ocupar com outros problemas relacionados com a depredação dos recursos naturais na região (Souza, 2006) e com a necessidade de lutar por demandas sociais básicas e de desenvolvimento regional, em uma região de difícil alcance pelo Estado. Mas por volta de 2000, movimentos indígenas retomaram à mobilização contra Belo Monte.

Cabe ressaltar que os resultados dessa pesquisa se restringem às entrevistas levantadas no campo e aos áudios da audiência pública ocorrida no dia 08/07/2015, de modo que os aspectos históricos da militância dos movimentos contrários à usina apresentados no estudo de Pereira (2014) serão abordados apenas para melhor contextualizar os posicionamentos observados em campo.

Tanto entre os entrevistados quanto os participantes da audiência pública do dia 08/07/2015, foi possível observar que as relações entre os atores sociais e estatais se organizam de forma polarizada, evidenciando firmes posicionamentos “a favor” ou “contra” a construção da usina, mas que, no entanto, essas posições foram firmadas de maneiras diferentes ao longo do tempo.

Com relação aos atores sociais, observou-se que algumas posturas foram mudando no decorrer do tempo. E um dos motivos para essa mudança está diretamente relacionado à percepção subjetiva de *ganho* ou de *perda* com relação à construção da usina na localidade.

Quem inicialmente viu algo positivo na construção da usina, como a possibilidade de empregos e de melhoria de vida, acabou mudando de posicionamento ao longo do tempo, à medida que percebe que suas expectativas não são mais atendidas.

“No início, trabalhei na SANTA FÉ IDEIAS (também prestadora de serviços para a Norte Energia), indo nas casas das pessoas com folders, falando sobre saneamento básico, de saúde, e só levava informações positivas às pessoas. Isso ocorreu na fase bem inicial do projeto, quando a cidade funcionava bem. Hoje, muita coisa mudou e eu teria dificuldades em falar positivamente do projeto, pois a cidade enfrenta um trânsito pesado, aumento da violência, enfim, não houve um planejamento para receber a obra e as conseqüências dela. Lembro que os folders que eu distribuía tinha informações de que a Norte Energia atuaria em conjunto com a Prefeitura Municipal de Altamira, mas não vi essa atuação em conjunto. Hoje, o que vejo de bom na construção de Belo Monte para a cidade, são as famílias que viviam nos baixões estarem reassentadas nos Reassentamentos Urbanos Coletivos - RUCs. (Interlocutora C – moradora de Altamira)

“Antes, os comerciantes eram a favor de Belo Monte. Hoje, acredito que não. Belo Monte empregou cerca de 15% das mulheres daqui; só que é emprego temporário... Isso enfraqueceu o movimento das mulheres” (Interlocutora J- Fundação FVPP)

“No início, o sindicato se colocou a favor. Entendemos que as hidrelétricas são melhores que as termelétricas. O sindicato foi muito presente no PBA (Projeto Básico Ambiental).” (Interlocutora K- Sindicato Produtores Rurais de Altamira)

Observa-se ainda, nos depoimentos dos entrevistados, que a questão do direito à indenização e o valor a ser pago pela Norte Energia impactou significativamente as percepções dos atores locais no sentido de ser *a favor* ou *contra* Belo Monte. Para os entrevistados, as primeiras pessoas cadastradas que receberam indenizações (com base no 1º caderno de preços da empresa) ficaram muito bem financeiramente. Isso despertou uma

expectativa positiva nas pessoas que ainda não haviam sido cadastradas; durante esse período, predominava um sentimento favorável em relação à empresa. Entretanto, de acordo com os depoimentos dos entrevistados, quando ocorreu o segundo cadastramento, a empresa utilizou uma tabela de preços inferior à primeira para avaliar os imóveis e terrenos. Isso frustrou as expectativas iniciais, contribuindo para um sentimento *contra* a usina.

“[...] a meu ver, as primeiras indenizações deixou pessoas milionárias. O primeiro caderno de preços da Norte Energia deixou muita gente rica. Já no segundo caderno de preços, as coisas ficaram um pouco diferentes. [...]”
(Interlocutora K- Sindicato Produtores Rurais de Altamira)

“A empresa que trabalhei, VIDA SER, fazia dois programas: acompanhamento e monitoramento das famílias e educação ambiental nos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs). A empresa que atualmente está fazendo esse trabalho é a DIAGONAL. Então, no começo, teve gente que ficou milionário (as indenizações eram boas). Agora, não. O cadastro inicial considerava tudo que a pessoa tinha: pés de cacau, animais, etc. Depois, não consideravam mais... (Interlocutora C – moradora de Altamira)

Pessoas que viviam nos bolsões de pobreza de Altamira – os chamados *baixões* – também passaram por momentos de muita incerteza com relação à construção da usina. Em diversos momentos se posicionaram contra a obra, militando junto a grupos de oposição. Hoje, após a mudança para os novos bairros construídos pela Norte Energia, chamados de RUC (Reassentamento Urbano Coletivo) ter se concretizado, a opinião sobre Belo Monte é *positiva*, na maioria dos entrevistados.

“Moramos aqui há 1 ano. Nossa família ganhou 4 casas... Antes da mudança, a gente ficou muito preocupado. A gente não sabia como ia ser aqui. Lá onde a gente morava era perto de tudo (mas não morávamos nas palafitas não). Aqui, tem ônibus que leva as crianças para a escola. Antes da gente vim pra cá, teve muito boato negativo das casas. O pessoal falava que ia durar só 3 anos. Mas aqui é bom. O pessoal do Jatobá reclama do mau cheiro do esgoto, da falta de água. Mas aqui não. Mas a gente não gostou do

aumento da conta de luz, a gente acha que é por conta das instalações novas. [as pessoas têm o costume de deixar as lâmpadas acesas, pois já eram acostumadas]. Têm umas coisas que ainda não funcionam: o coletivo, transporte é só para as crianças; e o posto de saúde de São Joaquim ainda não está funcionando. O que a gente acha que Belo Monte trouxe de bom: aumento de emprego, exigiu que as pessoas se especializassem e ganhassem mais. De ruim: mexeu muito com o modo de vida das pessoas. [...] Aqui tem um plantão social, onde a gente responde umas perguntas que eles fazem. Esse plantão social acompanhou a gente na mudança e continuam fazendo o acompanhamento.” (Interlocutor D – moradora do RUC São Joaquim)

“Antes morava na Perimetral, perto da ponte. Eu não tive dúvidas de escolher a casa, não quis o dinheiro, pois não dava pra comprar nada. Estou gostando muito daqui, mas a energia é muito cara.” (Interlocutor E – moradora do RUC São Joaquim)

“Aqui não tem nem comparação com as palafitas, onde eu morava. Aqui é muito melhor.” (Interlocutor F – moradora do RUC Jatobá)

Mas há situações em que o sentimento de perda do indivíduo é tão grande, que as discussões de valor de indenização só potencializam essa perda, mas não se torna a questão principal. O cerne da questão, aqui, é a *perda da identidade, de referência de vida, da autoestima* do indivíduo. E infelizmente, nesses casos, a pessoa e a empresa não conseguiram construir, em nenhum momento, uma relação não conflituosa; mas ao contrário, o sentimento predominante com relação à Belo Monte, é de *total rejeição*. Um exemplo dessa situação é o interlocutor A, pescador, antigo morador da Vila Santo Antônio – comunidade dissolvida há 03 anos para construção de Belo Monte – que ocupava um papel relevante nessa comunidade (presidente da Associação de Moradores). Hoje, o entrevistado vive num bairro muito distante do centro e vive de ‘bicos’, como pedreiro, nas cidades vizinhas e perdeu sua atividade de pesca, pois segundo ele, os peixes estão morrendo devido ao impacto da obra.

“Não foram só as máquinas chegarem e derrubarem as casas, foi a destruição dos nossos sonhos, dos vínculos de amizade. Para a Norte Energia não existe direito. Eu olho para um lado e não vejo mais meu filho, olho para o outro e não está mais o meu compadre, olho para frente e não tem mais o agente de saúde, nem o vizinho que rezava. Todos os moradores perderam seu sustento e não tem mais como pescar nem plantar. Se eu não tivesse aprendido a ser pedreiro, estava passando fome. Não tem ninguém para quem a vida tenha melhorado. Todos nós estamos impedidos de pescar”. (Interlocutor A)

“Em 2011 a Norte Energia apresentou 4 áreas para os moradores escolherem onde seria ‘reinstalada’ a Nova Santo Antônio. Os moradores escolheram uma área, mas nada foi feito. Finalmente arrumaram um ‘jeito’: espalharam os moradores por aí. Sempre apresentavam novas propostas, mas no final trouxeram os ‘valores’ das indenizações, que foram baixíssimos: R\$ 14.000,00; R\$ 17.000,00; R\$20.000,00. Com esses valores não dá pra comprar nada! As pessoas se sentiram pressionadas e passaram a exigir uma nova casa e a indenização da casa antiga. A Norte Energia rechaçou a proposta. As pessoas da comunidade aceitaram a proposta da Norte Energia por medo e pressão. (Interlocutor A)

A remoção de pessoas com formas de vida tão características e peculiares – como pescadores e ribeirinhos, por exemplo –, segundo depoimentos de alguns atores sociais, *não considerou os modos de vida tradicionais* dessas minorias e sua complexa relação com o ambiente em que estavam inseridos. O mapeamento dessas populações locais, conforme relato dos atores da sociedade civil, não considerou a complexidade dos diferentes grupos que vivem na região, que foram assim, invisibilizados pelo empreendedor. Nesse sentido, a psicossociologia pressupõe que a complexidade da inserção dos sujeitos na contemporaneidade “não permite que ele seja estudado sob um único ângulo”, mas a partir de um olhar interdisciplinar. (NASCIUTTI, p. 54).

“Minha ilha era a área de lazer da comunidade Sto Antônio; mas tacaram fogo, acabaram com tudo. Me ofereceram R\$ 3.400,00 pelas coisas que

tinham lá; depois, caiu pra R\$ 2.900,00. Acabaram com o cemitério da comunidade (acho que hoje é estacionamento)... Derrubaram a casa da dona Socorro, senhora negra, trabalhadora, e não pagaram nada a ela. A Norte Energia nunca pagou pela igreja, pelo campinho de futebol, por tudo que tinha na nossa comunidade.” (Interlocutor A)

“A questão do pescador, por exemplo, a gente tá aí numa briga na área do Pedral, há dois ou três anos, a Norte Energia joga pra prefeitura, a prefeitura joga pra Norte Energia; os pescador, eles moravam lá na Invasão dos Padres, eles foram obrigados a sair lá de perto do rio pra ir pra um reassentamento há quase 8 km de distância! Quer dizer, eles forçaram o pescador a sair, humilharam e tão humilhando todo mundo lá! (índio Claudio Curuaia Cambui, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

“Todos estão saindo com valores de indenizações que negam o que significa o rio, o que significa a natureza para o pescador. Você chegar numa ilha que a pessoa ocupa, que a família ocupa, que o grupo indígena ocupa, há trinta e seis anos, e entregar pra eles o que vale a palafita e a rede, 15 mil reais, 20 mil reais, isso não apenas é uma ofensa à dignidade do ser humano, mas à realidade da região norte.” (Dra. Thais Santi – Procuradora da República no Município de Altamira, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

“A remoção forçada das famílias e a perda do modo de vida ribeirinho, elas vêm com as constatações que o Ministério Público Federal teve depois das inspeções realizadas: pescadores sem rio, pescadores indo para longe do rio, ganhando indenizações irrisórias” (Carolina Piwowarczyk Reis, do Instituto Socioambiental – ISA, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

“Uma outra população que foi invisibilizada foram os ribeirinhos extrativistas da Terra do Meio. Existe um mosaico de Unidades de Conservação, vizinho às terras indígenas, que não recebeu nenhum

pacote de medidas de compensação e mitigação, apesar de estarem na margem do rio do outro lado das terras indígenas. Então, as audiências, antes da Licença Prévia apontavam a necessidade de estudos e definição de medidas para os ribeirinhos. O Ministério Público Federal pediu, mas não foram feitos; as Unidades de Conservação foram consideradas como área de influência indireta do meio socioeconômico, sem nenhuma medida de mitigação e hoje os ribeirinhos que têm moradia sazonal (moram parte do tempo na reserva extrativista, parte em Altamira) têm uma piora no acesso à saúde pública, denúncias de sobrepesca dentro da Resex, e a moradia sazonal não reconhecida”. (Carolina Piwowarczyk Reis, do Instituto Socioambiental – ISA, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Durante as conversas com os interlocutores, ficou muito evidente a percepção da maioria dos entrevistados, de que houve uma *piora na qualidade de vida* na região. Até mesmo atores favoráveis a Belo Monte concordam que à medida que a construção da usina foi avançando problemas foram se instalando na cidade e impactando o dia-a-dia das pessoas. Durante a realização do trabalho de campo, por exemplo, verifiquei que os custos com hospedagem, alimentação e transporte eram bem semelhantes (em algumas situações, até maiores) aos do Rio de Janeiro. E essa constatação foi reiterada, continuamente, pelas falas dos atores sociais. Reclamações sobre aumento do custo de vida, aumento da violência, aumento populacional, piora na qualidade dos serviços hospitalares, de transporte, trânsito, escolares, e etc, são constantes entre os moradores de Altamira.

“Hoje, muita coisa mudou e eu teria dificuldades em falar positivamente do projeto, pois a cidade enfrenta um trânsito pesado, aumento da violência, enfim, não houve um planejamento para receber a obra e as conseqüências dela.” (Interlocutora C)

“O que a gente acha que Belo Monte trouxe de bom: aumento de emprego, exigiu que as pessoas se especializassem e ganhassem mais. De ruim: mexeu muito com o modo de vida das pessoas.” (Interlocutor D)

“Está havendo um crescente de violência na cidade, na polícia. Parece que a Norte Energia e o governo do estado fecharam um acordo em que a empresa ia liberar 115 milhões pra investir na segurança daqui. Mas ninguém vê esse investimento.” (Interlocutora J)

“Na segurança houve um acordo de cooperação técnica entre o estado do Pará e a Norte Energia, mas os 115 milhões que foram investidos em segurança, que estão destinados (70% já executados) não fizeram de Altamira uma cidade mais segura. Pelo contrário, o número de homicídios aumentou em 80%, segundo dados da Delegacia de Altamira, enquanto a população cresceu 50%” (Carolina Piwowarczyk Reis, do Instituto Socioambiental – ISA, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

“A entrega do Hosp. Geral de Altamira não mitigou o impacto da sobredemanda em serviços no Hospital Municipal São Rafael. Segundo o próprio Secretário de Saúde de Altamira, ficou 100% lotado nos últimos 3 anos.” (Carolina Piwowarczyk Reis, do Instituto Socioambiental – ISA, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

“Na educação o empreendedor alega que a oferta de vagas é mais do que suficiente para atender a demanda, mas dados oficiais do INEP mostram excesso de alunos nas salas de aula do nível fundamental no meio urbano, além de índices alarmantes de queda e piora na qualidade do ensino, tanto do abandono escolar no ensino fundamental, quanto na reprovação no ensino médio” (Carolina Piwowarczyk Reis, do Instituto Socioambiental – ISA, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

O resultado da pesquisa de campo junto aos atores sociais evidencia, dentre outros aspectos, as relações de subjetividades que perpassam esses sujeitos de uma forma singular. Diferentes posicionamentos referentes à Belo Monte – como “bom” ou “ruim”, por exemplo – não são afirmações superficiais; ao contrário, refletem as esferas mais profundas

dos indivíduos, construídas, em parte, por *inputs* desse modo de vida contemporâneo e expostas aos controles exercidos pela mídia, publicidade e outros. Da análise do conteúdo das entrevistas com a população local, depreende-se repetidas citações a *perda, valor de indenização, piora de vida, melhora de vida, aumento do custo, insegurança, etc.*, que exemplifica, de certa forma, que a vida atual se encontra perpassada por um capitalismo “também entendido como conexcionista (PELBART, 2003, apud TAVARES E PONTES, 2014), que opera sob a lógica do controle e se estende por todas as dimensões psíquicas, sociais, políticas e culturais, por meio da perspectiva de um enredamento”. Para Tavares e Pontes (2014) – amplamente debatido no capítulo I dessa dissertação – a busca por novos dispositivos de ressingularização pressupõe a subjetividade como meta a ser realçada, a partir de um olhar transversal:

A subjetividade, por meio de chaves transversais, se instaura ao mesmo tempo no mundo do meio ambiente, dos grandes Agenciamentos sociais institucionais e, simetricamente, no seio das paisagens e dos fantasmas que habitam as mais íntimas esferas do indivíduo. A reconquista de um grau de autonomia criativa num campo particular invoca outras conquistas em outros campos. (GUATTARI, 1990, p. 55).

Outras facetas desse capitalismo podem ser identificadas nas análises dos depoimentos dos atores locais que possuíam modos de vida tradicionais, tais como pescadores e ribeirinhos, configurados por uma complexa relação com o ambiente em que estavam inseridos, mas que, no entanto, esta complexidade não foi levada em consideração durante o mapeamento de remoção desses indivíduos – segundo depoimentos dos atores sociais (relatados acima). De acordo com ONGs que atuam na região, essas populações foram invisibilizadas pelo empreendedor. Ao trazer essas questões à luz do recorte teórico abordado no capítulo II, cabe ressaltar a afirmação de Maciel (2012) de que “é essencial pensar a integração da cultura como dimensão e finalidade do desenvolvimento, porque é nela que o desenvolvimento encontra seu impulso fundador, nas necessidades e nas aspirações dos indivíduos como coletividades, nos fins a que eles se propõem e nos projetos que os concretizam” (MACIEL, 2012, p.182).

Para Maciel (2012), o verdadeiro desenvolvimento deve ser pautado em projetos mais democráticos e participativos, considerando as necessidades, as aspirações, os valores e limites da população local, considerando, portanto, as tradições culturais, os costumes e as tradições locais. A autora vai mais além, ao afirmar que “a partir de um resgate das culturas locais, investimento em qualidade de vida sustentada por laços sociais e fundamentada em valores éticos, a ideia de desenvolvimento torna-se mais factível” (MACIEL, 2012, p.186). O não reconhecimento de modos de vida tradicionais, nesse primeiro momento – o IBAMA estabeleceu metas ao empreendedor para corrigir essas distorções – realça que a lógica que rege o discurso hegemônico de sustentabilidade nos dias atuais segue a ideologia de que proteção ao meio ambiente e questões sociais ficam imperativamente submetidas ao modelo econômico, segundo Loureiro (2003).

Considerando os resultados da pesquisa, há que se destacar que o olhar teórico de Guattari (1990) propõe que apenas uma “revolução” em grande escala, nas esferas política, social e cultural, ensejando movimentos moleculares de sensibilidade, de inteligência e desejo, poderiam responder à atual crise ecológica, propondo um modelo sustentável de sobrevivência, oferecendo pistas para uma nova construção de sujeito, de ressignificação subjetiva, pois o sujeito atual encontra-se moldado pela lógica de um mercado mundial globalizado, regulado pela atuação de corporações transnacionais que parecer produzir “subjetivação capitalística” de modo permanente. Assim, o autor sugere encarar os efeitos desse “controle capitalístico” por meio do domínio da ecologia mental, no seio da vida cotidiana individual, doméstica, conjugal, de vizinhança, de criação e de ética pessoal, ao mesmo tempo em que a ecologia social atuará na reconstrução das relações humanas em todos os níveis do *socius* (GUATTARI, 1990).

Para Tavares e Pontes (2014) – discutido no capítulo II dessa dissertação – um dos desafios da ecologia social será a reconstrução das relações humanas em todos os níveis, sobretudo sem negligenciar o fato de que o capital se deslocou e se desterritorializou, ampliando seu império sobre o conjunto da vida social, econômica e cultural, infiltrando-se nos estratos subjetivos mais profundos.

5.2 BELO MONTE E A (IN)DEFINIÇÃO DE FRONTEIRAS DE RESPONSABILIDADES DOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO

No período anterior à concessão da Licença Prévia – LP à Belo Monte, por volta de 2009, a análise do Estudo de Impactos Ambientais – EIA já evidenciava que a fragilidade social da região onde seria construída a hidrelétrica se mostraria como um impasse para a aprovação da Licença Prévia, segundo Pereira (2014). A autora cita como exemplo a situação precária da educação nesse período: alguns municípios afetados pela obra possuíam média de escolaridade de apenas dois anos, o que implicaria em enormes dificuldades para capacitar e aproveitar a mão de obra local nos trabalhos ofertados na obra da usina. Pereira (2014) destaca que essa situação criou um desconforto entre os analistas do IBAMA, pois a falta de estrutura na região se revelava como um grave problema, mas não poderia ser considerado como motivo de negativa da Licença Prévia.

Sendo assim, como aprovar a construção de uma usina hidrelétrica em uma região quase totalmente esquecida pelo Estado, onde a prefeitura não tinha condições de arcar com médicos no hospital? Como pensar em receber um afluxo tão grande de pessoas para trabalhar na obra, em uma região tão carente de segurança, educação, alimentação, habitação, saneamento básico? Tais questões, aponta Pereira (2014), colocou o IBAMA em uma situação delicada, visto que a competência do órgão se limita a atestar a viabilidade do empreendimento, de modo que o órgão não poderia colocar a “culpa” da inviabilidade do empreendimento no fato da prefeitura local não ter as mínimas condições socioeconômicas necessárias.

Diante desse cenário, Pereira (2014) afirma que seria extremamente difícil para o empreendedor, sem a ajuda do governo federal, preparar a região para receber uma obra do porte de Belo Monte. A partir de então, passa-se a pensar em uma forma de “transferência” das responsabilidades primárias do Estado para o entre privado, o consórcio Norte Energia.

“feita a escolha, diria, governamental, audaciosa, por construir Belo Monte num local extremamente inapto, num local extremamente distante e principalmente, num local carente, historicamente, de políticas públicas. A gente vai aos estudos de Belo Monte, a gente vai encontrar ali que construir

essa hidrelétrica, que essa empreitada na Amazônia, não seria fácil. Portanto, a obra vem com compromisso, que nada mais é do que obrigação de respeito à lei, portanto, não é simplesmente um compromisso de se estar bem, da visão, da imagem que se pretende passar, mas um compromisso de que o Estado brasileiro, para implementar Belo Monte, levasse àquela região políticas que estavam deficitárias”. (Dra. Thais Santi – Procuradora da República no Município de Altamira, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Assim, uma das estratégias adotadas pelo IBAMA, segundo Pereira (2014), foi assumir uma postura política a fim de defender, dentro do governo federal – mais especificamente junto ao MME e a Casa Civil, que realizava a gestão das obras do PAC –, a retomada e a aceleração da implementação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, o PDRS-X. Como resultado dos esforços do IBAMA, a Casa Civil e o setor elétrico iniciaram as primeiras ações para realmente implementar o plano, segundo Pereira (2014), como a criação do Grupo de Trabalho Intergovernamental, em 2009, que tinha a missão de finalizar o PDRS-X.

Assim, o PDRS-X nasce da concepção de que a implantação de grandes obras de infraestrutura – pavimentação da Transamazônica e construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – seria uma oportunidade para prover uma região historicamente caracterizada pela presença frágil do Estado de políticas públicas necessárias para seu desenvolvimento, durante e após a construção dessas obras.⁸ Hoje, o PDRS-X tem a finalidade de implementar políticas públicas e iniciativas da sociedade civil que promovam o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes dos municípios impactados pela obra – Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Pacajá, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.⁹

Nesse sentido, verifica-se que a “preocupação” em preparar a região para receber uma obra do porte de Belo Monte, só começa a existir, de fato, a partir desse momento. Percebe-se que a visibilidade dos problemas históricos gerados pela omissão do Estado

⁸ Extraído do sítio www.pdrsxingu.org.br

⁹ Extraído do sítio www.pdrsxingu.org.br

nessa região só é alcançada após a percepção do IBAMA sobre as dificuldades que enfrentaria para licenciar o empreendimento.

Retomando a perspectiva teórica proposta no capítulo I dessa dissertação, cabe destacar que a ausência e a omissão do Estado em relação às políticas públicas na região amazônica é reflexo de uma sociedade moldada na lógica de um capitalismo rizomático e conexcionista (PELBART, 2003) que atravessa as relações psíquicas, sociais e ambientais. Ocorre que nessa nova lógica, o papel do Estado é reduzido e ressignificado. Guattari (1990) questiona o tradicional papel dos Estados ao tentar mediar as práticas “do império de um mercado mundial que lamina os sistemas particulares de valor, que coloca num mesmo plano de equivalência os bens materiais, os bens culturais, as áreas naturais e etc”, ao mesmo tempo em que se “coloca o conjunto das relações sociais e das relações internacionais sob a direção das máquinas policiais e militares” (Guattari, 1990, p.10) e constata que esse papel de mediador dos Estados vem se reduzindo cada vez mais, e que estes se colocam, na maioria das vezes, a serviço conjugado das instâncias do mercado mundial e dos complexos militar-industriais. Para Bauman (1999), esse enfraquecimento do Estado é provocado por um processo de “definhamento das nações-estados” decorrente de uma era de expansão capitalística que tem como característica um capital cada vez mais rápido e sem fronteiras, sem domicílio fixo, onde as ferramentas do Estado (territorial) não mais funcionam.

“Embora a gente esteja tratando das responsabilidades do empreendedor, Belo Monte inicia com as obrigações do Estado de se fazer presente na região, para que Belo Monte pudesse ser instalado. Suprir o déficit histórico com relação às políticas públicas no norte do país”. (Dra. Thais Santi – Procuradora da República no Município de Altamira, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Suprir o déficit histórico de políticas públicas nessa região não seria uma tarefa fácil para o empreendedor. Assim, após a emissão da Licença Prévia, segundo Pereira (2014), foi iniciado um trabalho de forte interação entre IBAMA, Eletrobras e Norte Energia a fim de viabilizar a elaboração de um Plano Básico Ambiental - PBA adequado para o empreendimento em questão. Cabe ressaltar que, após a realização do leilão, a

responsabilidade pelo cumprimento das condicionantes e pelos estudos ambientais passou da Eletrobrás para a empresa Norte Energia. Assim, após vários ajustes solicitados pelo IBAMA, a última versão do PBA tem sido considerada pela agência ambiental e pela Casa Civil como de excelente qualidade, já que, se fielmente implementado, levará a um grande desenvolvimento social e de infraestrutura para a região.

Ressalta-se, entretanto, que o PBA traz algumas condicionantes cujas responsabilidades de execução e operacionalização não estão claramente definidas entre poder público e empreendedor, o que gera dificuldades para garantir seu efetivo cumprimento.

A prefeitura já sinalizou que a Norte Energia vai pagar a conta de fazer as ligações intradomiciliares, mas a gente sabe que isso não é tão simples, porque tem que entrar na casa das pessoas; e a sociedade civil quer saber como vai ser o controle social disso? E qual é o cronograma de execução desse plano? Como vai ser o engajamento da população? Como a equipe da prefeitura vai entrar de casa em casa e garantir a adesão das pessoas ao sistema e garantir a ligação do ramal domiciliar? E principalmente, se o IBAMA vai considerar a condicionante atendida sem a ligação domiciliar? (Carolina Piwowarczyk Reis – representando o Projeto Xingu do Instituto Socioambiental – ISA, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

São [...] 13 reservatórios da área de saneamento. Esse sistema de saneamento, tínhamos uma pendência, por força constitucional ele tem que ser entregue ao município; o município demonstrou interesse e estamos nas tratativas para repassá-lo ao município. Ele então vai definir qual operação que vai dar e nós vamos [...] subsidiar as ligações intradomiciliares. (José Anchieta dos Santos – Diretor Socioambiental do Consórcio Norte Energia SA, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Observa-se, da análise das falas acima, que a questão do saneamento é um exemplo. A empresa construiu a rede de saneamento, mas não pode colocá-la em operação em 2015 devido às ligações intradomiciliares que deveriam ser feitas pelo município, por força de lei. Segundo entrevistados, houve um “jogo de empurra” de responsabilidades entre a empresa Norte Energia e o município de Altamira, ocasionando a paralisação das obras de

saneamento. Assim, enquanto não se definia de quem era a responsabilidade das ligações intradomiciliares, a população continuou sem infraestrutura de saneamento básico.

Nota-se, ainda, que a ausência de definições claras de responsabilidades do poder público e da Norte Energia também dificulta o pleno cumprimento de condicionantes relacionadas às áreas da saúde, segurança, educação, moradia e componente indígena, por exemplo. Cabe destacar que, por natureza, tais obrigações são responsabilidade do poder público.

Um governo que pega 100 milhões para segurança pública pra 10 municípios [...] pegou 40 milhões e comprou um helicóptero. E o povo tá lá sem segurança! Isso é papel do estado, não é papel da Norte Energia! (José Geraldo – Deputado, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Das 32 escolas que a Norte Energia construiu [...], foram construídas 12 em área alagada; não foi o governo de Vitória que indicou as localidades das escolas. E hoje eu preciso assumir a responsabilidade, como gestor municipal, para fazer a diferença para que as pessoas tenham dignidade (Paulo Renato – Secretário de Administração do município de Vitória do Xingu, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

[...] a garantia da execução do [bairro] Pedral sair desse jogo de empurra entre a Prefeitura e a Norte Energia, e que já está há mais de 2 anos de atraso. (Carolina Piwowarczyk Reis – representando o Projeto Xingu do Instituto Socioambiental – ISA, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

[...] 42% das condicionantes indígenas ainda não foram atendidas ou apresentam pendências, sendo que a maior parte delas é de responsabilidade do poder público, ou compartilhada com poder público e Norte Energia. Então, das 31 condicionantes indígenas, apenas 18 estão plenamente atendidas ou em processo de atendimento. (Carolina Piwowarczyk Reis – representando o Projeto Xingu do Instituto Socioambiental – ISA, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Resgatando a concepção teórica do capítulo II, Kazancigil (2002, *apud* SANTOS *et al*, 2015) retoma o conceito de governança de Gerry Stoker (1998) no sentido de que governança é uma maneira de governar onde os limites entre o setor público e privado são tênues. Destaca, ainda, que a ideia é mostrar que os interesses que fazem parte das esferas públicas e privadas podem convergir para o bem social.

Assim, da análise de conteúdo das falas acima, dentro dessa categoria de pesquisa, observa-se a necessidade de um envolvimento maior entre as ações ditas de “governo” e de “governança”. Retomando o conceito teórico, Stoker (1998, *apud* JORDAN *et al*, 2003) afirma que ações de “governo” referem-se às atividades de competência dos órgãos de Estado, particularmente “aquelas que operam ao nível do Estado de modo a manter a ordem pública e que facilitam a ação coletiva”. Contudo, o debate atual sobre governança associa este termo a novo estilo de governar, no qual as fronteiras ente o público e o privado e os níveis nacional e internacional são indistintas (JORDAN *et al*, 2003, *apud* ZARATTINI, 2013).

Nesse sentido, ao examinar as falas dos interlocutores abaixo, verifica-se a importância da presença do Estado – em suas 3 esferas de poder – nessa região, com objetivo de compor o equilíbrio de uma governança que efetivamente represente todos os atores envolvidos no processo, e garanta, assim, o pleno cumprimento das ações compensatórias – tanto aquelas de sua responsabilidade quanto as de responsabilidade do empreendedor.

Eu entendo e não cobro só da Norte Energia, porque as condicionantes é de responsabilidade dos três níveis de gestão, viu sr. do IBAMA: o governo municipal tem responsabilidade; o ponto de mototáxi é de responsabilidade da prefeitura de Altamira; o CEP (nós não temos nem CEP!) é responsabilidade da prefeitura de Altamira; a coleta de lixo regular (que só é uma vez por semana no RUC) também é responsabilidade da prefeitura de Altamira. Mas o governo do estado também tem que fazer a sua parte: ficou ausente na discussão. (Grassinda – moradora de Altamira, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

É muito fácil a Norte Energia fazer uma UBS [Unidade Básica de Saúde]... mas quem banca os enfermeiros, os remédios, os equipamentos, os exames, o transporte, o combustível da ambulância, todo o resto que produz a assistência e atenção à saúde? Prédios não cuidam da saúde de ninguém. (Arnaldo Jordy - Deputado, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

[...] no contexto de uma decisão judicial que impôs ao Estado a realização de concursos; que impôs ao empreendedor a construção da sede que não era para ser iniciada agora [...] a sede da FUNAI era pra ter sido iniciada em 2010. (Dra. Thais Santi – Procuradora da República no Município de Altamira, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Poder Judiciário: as Comarcas não têm promotor regular; Defensoria Pública: os defensores foram tirados da região. Então a segurança pública tem que ser olhada com carinho e a Norte Energia não é a responsável por isso! São políticas públicas que tem que ser assumidas pelo Governo do Estado. (José Geraldo – Deputado, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Temos um descompasso na evolução das terras indígenas Cachoeira Seca e *Apterewa* em função da presença maciça de ocupantes não indígenas. Então, esse processo ele é mais lento, a ocupação dessas terras já existia antes da construção da obra de Belo Monte, não é consequência da construção (Artur Nobre Mendes – Assessor da FUNAI, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Queria destacar algumas dessas condicionantes, a principal delas, que nós sempre consideramos e continuamos considerando a mais importante, que é a questão da regularização fundiária das terras indígenas. E é obrigação do próprio Estado brasileiro, do próprio governo federal, não diz respeito a Norte Energia; mas sim, alguns aspectos dessa condicionante passam também pela atuação da Norte Energia (Artur Nobre Mendes – Assessor da FUNAI, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Ao retomar a discussão teórica já amplamente debatida no capítulo II dessa dissertação, Nogueira (2001) aponta que as expressões governança e governabilidade estão associadas a características específicas, que distinguem os termos e qualificam a ação de governar. Assim, segundo o autor, governabilidade refere-se, principalmente, à dimensão estatal do exercício de poder e está associada ao potencial que o governo dispõe para: (i) identificar problemas críticos e formular políticas ajustadas ao seu enfrentamento; (ii) mobilizar os meios e recursos necessários à execução dessas políticas; e (iii) capacidade de liderança do Estado. Para Santos (1997, *apud* ZARATTINI, 2013), a expressão governança engloba um sentido mais amplo, que transcende a noção de governabilidade conforme apresentado por Nogueira (2001). Para a autora, governança está vinculada “ao *modus operandi* das políticas governamentais – que inclui, dentre outras, questões ligadas ao formato político-institucional do processo decisório, a definição do “mix” apropriado de financiamento de políticas e ao alcance geral de programas”. (SANTOS, 1997, p. 341).

Como apresentado no início dessa categoria de análise, o PDRS-X vem sendo utilizado como uma importante ferramenta de participação, e também de fiscalização, pelos atores envolvidos no âmbito do cumprimento das condicionantes de Belo Monte.

O Plano dispõe de um Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (CGDEX), o qual foi criado pelo artigo 2º do Decreto nº 7.340, de 2010, sendo a instância responsável por monitorar a execução e a efetividade do PDRS do Xingu, bem como promover a sua revisão e atualização. Assim, o CGDEX é composto de forma paritária por quinze representantes de órgãos governamentais, cinco para cada esfera de governo, e quinze representantes de organizações da sociedade civil pertencentes à área de abrangência do PDRS do Xingu. Conta com uma Coordenação-Geral integrada por quatro membros; um do Governo Federal, um do Governo do Estado do Pará, o Presidente do Consórcio Belo Monte de Municípios e um escolhido pelos representantes da sociedade civil.¹⁰

O PDRS-X é composto por 8 Câmaras Técnicas que são responsáveis para subsidiar as decisões do Comitê, tanto em relação aos assuntos que compõem sua pauta, quanto para propor à Plenária a relação de projetos a serem apoiados: CT-1 - Ordenamento territorial, regularização fundiária e gestão ambiental; CT-2 - Infraestrutura para o desenvolvimento;

¹⁰ Extraído do sítio www.pdrsx.org.br

CT-3 - Fomento às atividades produtivas sustentáveis; CT-4 - Inclusão social e cidadania; CT-5 - Monitoramento e acompanhamento da implementação das condicionantes previstas no Licenciamento Ambiental do empreendimento Belo Monte; CT-6 – Povos Indígenas e Populações Tradicionais; CT-7 – Saúde e CT-8 – Educação. O Plano conta com a alocação de recursos originários da Norte Energia S.A., no montante de R\$ 500 milhões, no prazo de vinte anos, decorrentes de exigência inscrita no Edital de Leilão nº 06/2009 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para a UHE Belo Monte, além dos orçamentos públicos.¹¹

Durante trabalho de campo em Altamira, presenciei a Audiência Pública do PDRS Xingu – ocorrida no período de 15 a 17 de julho de 2015 – que contou com a participação de grande maioria de representantes da sociedade civil organizada (ONG’s, Movimentos Sociais, Associações, Sindicatos, população dos municípios atingidos), Defensoria Pública, prefeituras, representantes do Ministério de Minas e Energia, representantes da Norte Energia, dentre outros, que deliberaram sobre importantes decisões a serem tomadas no âmbito da região impactada por Belo Monte.

Tudo que nós conseguimos construir com a nossa participação, que é inegável [...] que o setor saúde, nós participamos da construção, tá entendendo, nós hoje temos a melhor rede física de saúde do Brasil, nossas unidades básicas de saúde é modelo. Quisera o Fantástico mostrasse, como conseguiram isso? Através da nossa participação, foi conseguido através do PDRS Xingu, através do PBA. (Grassinda – moradora de Altamira, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

[...] essa questão do Plano de Desenvolvimento, eu acho que nós temos ela como uma experiência inédita hoje no Brasil, num plano que reúne, mensalmente, há 5 anos na região, um comitê gestor que é formado pelo estado, pela representação dos 11 municípios da região, pelos movimentos sociais e pela sociedade civil organizada. Todos estão assentados lá no Comitê Gestor e têm participado do plano através das Câmaras Técnicas, são 8 Câmaras Técnicas que discutem: regularização fundiária,

¹¹ Extraído do sítio www.pdrsx.org.br

infraestrutura, educação, saúde, fomento, enfim, divididos para discutir essa situação na região, e tem tido uma participação muito importante, e na minha opinião, uma experiência que precisa ser analisada, por que muitas vezes quando se fala em Belo Monte [...]. (Celso Knijnik – Diretor do Departamento de Infraestrutura de Energia da Secretaria do PAC (SEPAC), representando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Além do PDRS-X, o governo federal instalou em Altamira, em 2011, a Casa de Governo, que vem desempenhando papel fundamental na articulação dos atores sociais e estatais. A Casa tem a coordenação da Secretaria Geral da Presidência – juntamente com órgãos da esfera federal envolvidos no processo de Belo Monte – e tem participado das questões que envolvem diversas categorias afetadas e prejudicadas pelo empreendimento, promovendo diálogo com a Norte Energia e prefeitos da região.

Nós temos reunido com os prefeitos, discutido essas questões com as prefeituras, não só de Altamira, mas todas as onze prefeituras, para que a gente possa dar encaminhamento; o papel da Casa de Governo, o papel que a gente tem feito, é um papel de articulador, respeitando as competências que o IBAMA tem, respeitando as competências dos outros órgãos, mas fazendo essa articulação que ela é um diferencial grande; é uma outra experiência que tem que ser analisada. (Celso Knijnik – Diretor do Departamento de Infraestrutura de Energia da Secretaria do PAC (SEPAC), representando o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Tanto o PDRS-X quanto a Casa de Governo são esferas importantes que permitem à sociedade civil participar, fiscalizar e cobrar ações dos atores estatais e do empreendedor no cumprimento das condicionantes de Belo Monte. Entretanto, cabe destacar que a participação nesses espaços não garante que o governo – federal, estadual e municipal – vá cumprir, de fato e tempestivamente, suas responsabilidades com relação às condicionantes. Destaca-se, ainda, que o fato do governo exercer um papel ambíguo nessas relações – ser responsável pela fiscalização do empreendedor e pela execução de condicionantes – deixa

no ar uma incômoda pergunta: há quem recorrer quando o poder público não cumprir seu papel?

O licenciador fiscaliza o empreendedor, mas quem obriga o Poder Público a cumprir as condicionantes, de sua responsabilidade? Não há acompanhamento e controle social. E com relação às condicionantes indígenas, há um vácuo: por que a FUNAI não pode impor sanções diretas à Norte Energia, só o IBAMA pode? (Carolina Piwowarczyk Reis – representando o Projeto Xingu do Instituto Socioambiental – ISA, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

A principal fonte de informação do fiscalizador é o empreendedor, os relatórios semestrais que a Norte Energia entrega. Não há mecanismo de fiscalização independente. Os sete analistas do IBAMA (que é um avanço sim, existir um corpo técnico só para analisar esse licenciamento) estão em Brasília, com poucas idas a campo, com poucas vistorias e com pouca capacidade de absorver as críticas e demandas das populações atingidas. (Carolina Piwowarczyk Reis – representando o Projeto Xingu do Instituto Socioambiental – ISA, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Retomando a discussão teórica, Kazancigil afirma que é necessário ampliar o conceito de governança agregando “[...] o envolvimento no processo de se fazer política, das autoridades estatais e locais, bem como o setor de negócios, os sindicatos de trabalhadores e os agentes da sociedade civil, tais como as ONGs e os movimentos populares” (KAZANCIGIL, 2002, p. 53). Assim, todos os envolvidos “participam neste tipo de negociação, de um processo de tomada de decisão relativamente horizontal, em oposição ao estilo mais hierárquico do governo tradicional”.

O limite entre os setores público e privado para a constituição de uma sociedade mais justa fica evidente para Santos *et al* (2015). E nessa concepção, Kazancigil (2002) apresenta a idéia de governança global, ao afirmar que as ONGs, por exemplo, possuem um papel importante nesse processo, pois ao serem incorporadas às instâncias de negociação e tomadas de decisão sobre os rumos do processo de desenvolvimento, o problema social se torna mais relevante. Além disso, o processo de governança visa também dar maior transparência na gestão, sendo, por esse motivo, que o termo governança é utilizado

juntamente com o termo democracia, efetivando a participação da sociedade nas instâncias de decisão.

5.3 HÁ GOVERNANÇA? O POSICIONAMENTO DOS ATORES ESTATAIS NO PROCESSO DECISÓRIO DE BELO MONTE

Nas primeiras décadas de processo decisório da usina, segundo Pereira (2014), as relações entre grupos sociais e burocracias se limitavam às interações entre setor elétrico e a mobilização favorável à usina. Essas relações surgiram, em grande medida, como uma estratégia do grupo favorável à usina de influenciar o planejamento de políticas oficiais do governo no sentido de fazer com que elas tivessem como foco a dinamização da economia local a partir do investimento em infraestrutura. Isso fortaleceu a capacidade decisória deste setor, principalmente no começo do histórico de Belo Monte. Assim, além de se posicionar como uma peça chave para os projetos desenvolvimentistas dos diferentes governos, o setor elétrico possuía o apoio de uma rede de atores sociais que possui conexões com grupos centrais nos processos de políticas desenvolvimentistas. As interações entre burocracias e grupos sociais começam a se diversificar no período recente, principalmente a partir de 2010, também como uma estratégia do movimento social. Desta vez, o movimento contrário à usina estabeleceu laços com algumas agências estatais – especialmente com o IBAMA, MPF e Defensoria Pública do Estado do Pará.

Pereira (2014) aponta que, em segundo lugar, essas aproximações tiveram efeitos diversos nas capacidades estatais de cada órgão e explicam a incorporação de certas demandas sociais e a rejeição de outras – já que a incorporação de pautas pelo Estado depende, em última instância, das capacidades que são enfraquecidas ou fortalecidas pelas interações entre grupos sociais e burocracias. Esses efeitos variados ocorrem por causa das características do grupo social e de sua rede de colaboradores. Os resultados do estudo de Pereira (2014) indicam ainda que as características do grupo favorável – que é homogêneo e coeso – afetou negativamente as capacidades participativa e de coordenação interburocrática do setor elétrico; enquanto que as características do grupo contrário – que é

heterogêneo e defende interesses variados – afetaram positivamente essas mesmas características no IBAMA. Para a autora, a percepção do IBAMA de que um dos principais impactos da usina sob populações vulneráveis seria as consequências do Trecho de Vazão Reduzida - TVR, por exemplo, é fruto dos contatos com atores sociais. Tal constatação exigiu do órgão a articulação com a Agência Nacional de Águas - ANA a fim de buscar uma solução que diminuísse os impactos sob as comunidades indígenas afetadas pela redução da vazão de um trecho do Rio Xingu. Outras diversas parcerias do IBAMA – com a FUNAI, com o ICMBio, com o Ministério das Cidades – teve como foco a busca de soluções para mitigar, de forma adequada, os impactos das usina nos grupos vulneráveis. Grande parte dessas articulações deu origem às condicionantes estabelecidas na Licença Prévia concedida à Belo Monte.

Nesse sentido, a tese de Pereira (2014) pode ser ratificada com dados coletados na pesquisa de campo e a partir dos áudios da audiência pública realizada no dia 08/07/2015, que possibilitou uma melhor compreensão sobre a interação desses atores com outros órgãos estatais e com grupos sociais, assim como, o papel das agências estatais nos diversos momentos e decisões críticas em relação à Belo Monte, trazendo uma luz sobre o processo de governança de Belo Monte.

Da análise de conteúdo das falas dos atores estatais depreende-se que o Ministério Público Federal - MPF e a Defensoria Pública do Estado do Pará, por exemplo, mantém um firme posicionamento de defesa dos direitos sociais e individuais dos cidadãos – principalmente dos povos indígenas e minorias – assegurando o respeito aos princípios e normas que garantam a participação popular, frente à construção da usina de Belo Monte.

“Quando nós falamos da atuação do Ministério Público em Belo Monte, nós não estamos tratando da opção governamental por construir hidrelétricas na Amazônia [...] O Ministério Público parte, da opção governamental, discricionária, que tem que ter base democrática (mas aí é uma outra discussão), mas é uma opção governamental por construir Belo Monte. E a ação do Ministério Público decorre da sua atribuição constitucional e da obrigação de qualquer ente, seja público ou privado, respeitar a lei, nesse país. Portanto, a atuação do Ministério Público em Belo Monte se resume a tentativas, inúmeras, que vem ocorrendo desde 2006 para que essa obra

corra dentro da legalidade. E é por isso que eu venho aqui trazer um pouco do trabalho que o Min. Público Federal vem fazendo em Altamira.” (Dra. Thais Santi – Procuradora da República no Município de Altamira, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

“A gente vai aos estudos de Belo Monte, a gente vai encontrar ali que construir essa hidrelétrica, que essa empreitada na Amazônia, não seria fácil. Portanto, a obra vem com compromisso, que nada mais é do que obrigação de respeito à lei, portanto, não é simplesmente um compromisso de se estar bem, da visão, da imagem que se pretende passar, mas um compromisso de que o Estado brasileiro, para implementar Belo Monte, levasse àquela região políticas que estavam deficitárias.” (Dra. Thais Santi – Procuradora da República no Município de Altamira, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Entretanto, nota-se, da análise do conteúdo acima, que uma das principais críticas do Ministério Público Federal à forma de concepção de Belo Monte refere-se à opção governamental e unilateral por construir a hidrelétrica; e que o papel do Ministério Público, desde então, se resume às tentativas para que a obra ocorra dentro dos aspectos legais. Nesse sentido, faz-se necessário o seguinte questionamento: existe, de fato, governança no âmbito de Belo Monte? Se sim, qual a ideia de governança predominante?

É importante lembrar que o projeto embrionário da usina vem do período militar – capítulo III dessa dissertação – o que poderia contribuir para existência de vícios de um período autoritário. Mas por outro lado, observa-se que o mesmo só foi colocado em prática em 2011, no governo Lula, ou seja, no período democrático. Pierron (2012) faz um interessante paralelo com os termos “governança” e “democracia”, ao afirmar que “a democracia é um regime político que organiza uma representação do poder estabelecendo “um lugar vazio” que não pertence a ninguém; segundo, compreende-se que ela faça apelo à vigilância, sabendo do risco de uma captação da soberania, mas também a um trabalho sobre a governança”. E nesse sentido, como inovação semântica, o autor aponta que a governança é o governo sem sua dimensão autoritária. Em outras palavras, a uma definição fixa e estável do lugar onde se concentram a decisão e o poder executivo – o governo – dá-

se preferência a uma concepção mais branda, relacional e rizomática da decisão: a governança.

No entanto, o que se depreende da fala do MPF, é que essa noção de que “governança é o governo sem sua dimensão autoritária” não existiu no processo decisório de implantação da usina, apesar desta ter sido implantada recentemente, no auge da democracia brasileira.

Nas referências teóricas sobre governança apresentadas no capítulo II dessa dissertação, há vários entendimentos sobre o conceito; os mais antigos se aproximam do papel do Estado, sob a noção de semelhança entre *governo/governança*; já os mais modernos trazem a percepção de governança para a luz democrática e da participação social. Nesse sentido, infere-se que a prática que mais se aproxima de uma noção democrática de governança deve se pautar na ideia de empoderamento e controle social, estando relacionada à capacidade democrática-participativa que não exime o Estado do seu papel para mediação e coordenação das decisões e ações em prol da própria sociedade, mas que deve considerar, como premissa do próprio processo de decisão e execução dessas ações, a participação ativa e democrática da sociedade. Graham *et al* (2003) contribui para este entendimento, para os quais governança envolve “as interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidos, como as decisões são tomadas e como os cidadãos ou outros grupos de interesse (*stakeholders*) podem dar a sua opinião”. (GRAHAM *et al*, 2003 p. 2).

Continuando a análise do posicionamento do Ministério Público Federal - MPF e da Defensoria Pública do Estado do Pará, constatam-se, ainda, duras críticas à forma como o processo vem sendo tocado com relação à preservação dos direitos sociais e individuais dos cidadãos – principalmente dos povos indígenas e minorias – e as dificuldades em assegurar o respeito aos princípios e normas que garantam a integridade e a participação desses grupos.

“Tudo que nós presenciamos, que nós ouvimos, no contato direto [...] com as pessoas, a gente observa: violação dos direitos humanos, desrespeito sim (ratifico as palavras do Claudio Curuaia), truculência. Infelizmente, Sr. José Anchieta, tenho que ratificar, e digo que eu próprio, eu Cláudio, que sou um Defensor, fui vítima desse tratamento no mínimo anti-ético, dentro da Norte Energia, no mês de março desse ano.” (Dr. Cláudio Luiz dos

Santos – Defensor-Chefe da Defensoria Pública da União do Pará, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

“Eu acompanho o componente indígena de Belo Monte desde 2012, se eu pudesse resumir, mas não posso fazer isso em 10 minutos, tudo que eu assisto naquela região eu diria: etnocídio. Esse é o resumo do impacto de Belo Monte sobre os povos indígenas. [...] Não houve programa de etnodesenvolvimento. O que houve foi um balcão de atendimento do empreendedor em que os indígenas lotaram os núcleos urbanos, lotaram Altamira, freqüentaram Altamira para pedir os mais variados tipos de mercadoria. Se nós lermos, senhores, os estudos de Belo Monte que diziam que estava em curso um processo de vulnerabilidade, de degradação social dos indígenas que se iniciou com a abertura da Transamazônica, e se nós olharmos o que foi essa política de entregas de mercadorias eu diria aos senhores: primeiro, essa política foi mais grave do que o próprio empreendimento! E segundo essa política potencializou os impactos de Belo Monte ao inimaginável! O que nós temos hoje em Altamira são indígenas com R\$ 2,1 milhões de recursos investidos em gasolina, em combustível, freqüentam Altamira cotidianamente, indígenas que nem falavam português, indígenas que não estavam acostumados a estarem no núcleo urbano e que voltam para suas terras levando doença, levando bebida, então eu diria, que o programa de etnodesenvolvimento causou muito mais impacto do que o próprio empreendimento” (Dra. Thais Santi – Procuradora da República no Município de Altamira, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Verifica-se que tanto o Ministério Público Federal - MPF quanto a Defensoria Pública do Estado do Pará desaprovam veementemente a forma como a empresa vem lidando com as demandas da sociedade civil, principalmente àquelas relacionadas à população local e minorias tais como indígenas e ribeirinhos. Denúncias sobre violação dos direitos humanos, desrespeito ao próximo e ações truculentas, feitas pelo Defensor, acrescentam-se à triste percepção da Procuradora – que acompanha o componente indígena de Belo Monte desde 2012 – de que o impacto da usina sobre os povos indígenas pode ser

caracterizado como etnocídio. Recentemente, a Norte Energia divulgou nota à imprensa afirmando que a “entrega de alimentos para os indígenas [...] foi uma solicitação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), como parte de um programa emergencial que vigorou até 2013 e incluiu também entrega de embarcações, óleo combustível para os deslocamentos e outros itens”¹².

Outra questão polêmica refere-se à ausência de uma orientação jurídica à população local para negociar com o empreendedor, por ocasião das indenizações. Em reportagem recente sobre Belo Monte, a jornalista Eliane Brum revela que a população local enfrentou “a banca de advogados da Norte Energia sem nenhuma proteção jurídica”. Dessa forma, foram-lhes retiradas quaisquer chances de negociação, em termos minimamente aceitáveis, sobre a “remoção compulsória”. A jornalista denuncia ainda que “analfabetos assinaram com o dedo documentos que não eram capazes de ler e que somente quando a obra se aproximava do fim, no início de 2015, um grupo itinerante da Defensoria Pública da União conseguiu vencer todas as resistências e se instalar em Altamira.”¹³ Os depoimentos coletados no trabalho de campo seguem neste sentido, conforme se observa a seguir:

“[...] Aquelas pessoas que moram naquela palafita, que tem uma casa humilde, que a Norte Energia chega lá e diz: olha, vc não tem direito a casa, só tem direito a uma indenização que não dá pra comprar nem um meio terreno [...]” (Cláudio Curuaia – indígena, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

“[...] Aqui é na base da pressão: tem que sair. Nem prefeitura nem vereadores defendem nossos direitos. Teve um racha na comunidade; muita gente saiu com uma mixaria e não se sabe o que foi feito deles [...]”.
(Interlocutor A)

Cabe ressaltar que a *participação* é considerada uma importante ferramenta para a boa aplicabilidade da governança baseada em princípios democráticos. Nesse sentido, a

¹² Extraído do sítio <http://norteenergiasa.com.br/site/2016/04/13/opcao-pela-mentira-nota-em-resposta-a-coluna-de-miriam-leitao/>

¹³ Extraído do sítio http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/11/opinion/1460390361_909016.html

interação entre governos e organizações sociais com os cidadãos, para a tomada de decisão em um mundo entendido como complexo, faz-se extremamente necessária. E sob esse aspecto, governança é percebida como um processo pelo qual a sociedade toma suas decisões, através da participação. Para tanto, faz-se necessário identificar quem são os atores que participam do processo e quais mecanismos envolvidos de prestação de contas, para a sociedade, sobre as ações empreendidas (ZARATTINI, 2013). Entretanto, percebe-se, da fala dos atores estatais acima, que se o processo de participação no âmbito de Belo Monte realmente existe, ele é inacabado, e faltam-lhe elementos que permitam a plena comunicação entre governos, organizações sociais e empresas com as pessoas.

Maciel (2012) reforça a importância da participação ao afirmar que “governança é um modo de resolução dos problemas que pressupõe uma ação coletiva fundada na coordenação e na cooperação, que pode ser entendida como o conjunto dos mecanismos de gestão de um sistema social em vista de assegurar os objetivos comuns”. A autora reforça, ainda, que “seus sistemas em nível local, nacional e internacional são capazes de assegurar a participação das sociedades visando processos de desenvolvimento comprometidos com a sustentabilidade”.

Com relação às ações de ‘etnodesenvolvimento’ criticadas acima, cabe destacar o posicionamento de Sachs (1998) sobre o modelo de desenvolvimento hegemônico. O autor faz um alerta que os resultados apresentados por essas políticas variam, precisamente, dependendo do contexto sociocultural de cada região. E sendo assim, o ‘modelo padrão’ de desenvolvimento dificilmente será adequado quando aplicado de forma linear a todas as regiões. Para ele, o desenvolvimento de cada país deve partir de sua própria história, sua cultura e seus recursos próprios (SACHS, 1986), visto que o desenvolvimento não se presta a ser encapsulado em fórmulas simples e universais.

Dessa forma, o que se propõe é uma percepção de sustentabilidade totalmente inversa, onde a cidadania seja a base do desenvolvimento, onde o econômico se subordine aos sujeitos sociais distintos, em estratégias localizadas inseridas em um sentido de globalização que concretize a interdependência sem dependência ou submissão. Para Guattari (1981), essa reformulação deve partir de uma articulação que leve em consideração todas as mutações de desejo, todas as revoluções moleculares, todas as lutas pelos espaços de liberdade, de modo que a junção delas promova transformações sociais e

econômicas em grande escala. Em as “3 ecologias”, Guattari deixa como pistas para essa possível transformação, a concepção de um processo contínuo de re-singularização do indivíduo, através de revoluções moleculares, que incluam lutas micro políticas para trazer novas agendas de discussão.

Uma análise do posicionamento do IBAMA, durante essa mesma audiência pública, segue o caminho apontado por Pereira (2014), à medida que o instituto vem buscando soluções com outros órgãos e o diálogo com a sociedade civil, ao longo do tempo, no sentido de mitigar de forma adequada os impactos da usina sobre o meio ambiente, a população local e os grupos vulneráveis. Grande parte dessas articulações deu origem às condicionantes estabelecidas na Licença Prévia concedida a Belo Monte, segundo Pereira (2014).

“[...] em junho de 2011, o IBAMA emitiu a Licença de Instalação n. 795 que autoriza a implantação, do ponto de vista ambiental, da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Essa Licença de Instalação prevê 23 condicionantes específicas e, desde então, o IBAMA vem acompanhando a implantação da obra, e acompanhando e avaliando o cumprimento das condicionantes, o cumprimento das obrigações previstas nas condicionantes e nos Programas Ambientais.[...]” (Tomas Toledo – Diretor de Licenciamento Ambiental, representando o IBAMA, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

“[...] o IBAMA participou também de tantas outras audiências públicas e Comissões Específicas no Senado; eu, pessoalmente, participei de 3 dessas audiências; também tivemos uma audiência pública conduzida pelo Tribunal Regional Federal, para discussão da Licença de Instalação de Belo Monte; também tivemos audiências públicas no âmbito do Poder Judiciário, para esse processo de licenciamento, um feito inédito, coordenado pela então Desembargadora Selene, na sede do Tribunal, em Brasília. Além dessas audiências públicas, o IBAMA conduziu duas audiências públicas para elaboração do Termo de Referência, em 2007, uma audiência pública em Vitória do Xingu e uma em Altamira, dois municípios impactados pela obra, e no âmbito da Avaliação do Estudo de Impacto Ambiental

realizamos quatro audiências públicas, sendo a audiência pública de Altamira a audiência que conseguiu o maior número de participação, mais de 5.000 pessoas participaram dessa audiência pública; na oportunidade, discutiram o Estudo de Impacto Ambiental e ofereceram sua contribuição para o processo de Licenciamento Ambiental. Participamos também, nesse período, de duas audiências públicas conduzidas pelo Ministério Público Federal – MPF, para tratar questões específicas sobre o tratamento de famílias na área urbana, na área denominada como Reassentamento Pedral; participamos da inspeção inter-institucional, também coordenada pelo MPF, recentemente, justamente para acompanhar o procedimento de remanejamento de famílias que habitam as áreas das ilhas e dos beiradões do Rio Xingu; fizemos 13 reuniões abertas com a população, no período de junho de 2011 para cá; reuniões com indígenas, logo após a audiência pública em Altamira; reuniões com o Consórcio Belo Monte; reuniões com a Associação Comercial de Altamira; reuniões com a sociedade civil; reuniões com governo e representantes da comunidade pesqueira; reuniões para tratar especificamente sobre os modelos das casas dos Reassentamentos Urbanos Coletivos – RUCs; reuniões com os oleiros e areeiros da região também impactada pelo empreendimento; reuniões específicas com a Comunidade de Santo Antônio, para decisão sobre a melhor opção de remanejamento, para aquela comunidade; reuniões específicas para a Comunidade de São Pedro, primeira comunidade impactada, logo nos lançamentos das ensecadeiras, ainda no segundo semestre de 2011 e reuniões com o Fórum de Defesa de Altamira. “Além dessas reuniões públicas, participamos de inúmeras outras reuniões, organizadas pela Casa de Governo, e pelo próprio Ministério do Planejamento.” (Tomas Toledo – Diretor de Licenciamento Ambiental, representando o IBAMA, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

O IBAMA destaca as dezenas de reuniões e audiências públicas das quais participou com os mais variados setores da sociedade – no âmbito do Poder Judiciário, da sociedade civil, do governo e representantes da comunidade pesqueira, oleiros e areeiros da região e

representantes da Norte Energia – no sentido de garantir a ampla participação de todos no processo de licenciamento da usina de Belo Monte.

No entanto, a realização dessas audiências públicas como instrumento garantidor de participação é contestada pelo representante da Defensoria Pública da União do Pará, que alega que a população de Altamira não tem conhecimento do que é uma audiência pública e do que é condicionante ambiental. Para dar reconhecimento a essas audiências, o Defensor alega que seria necessário um esclarecimento prévio à população, através de uma comunicação adequada, de modo que as pessoas entendessem o que seria discutido, de fato, nessas reuniões.

“quero contestar aqui essas audiências que aconteceram, Dr. Tomas (IBAMA), que para eu chamar para uma audiência pública em Altamira eu preciso esclarecer o que é uma audiência pública, eu preciso esclarecer, estabelecer uma comunicação com aquela população do que é e o que vai acontecer. Eu não posso pegar uma população que não sabe o que é condicionante e falar de condicionante” (Dr. Cláudio Luiz dos Santos – Defensor-Chefe da Defensoria Pública da União do Pará, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Já o posicionamento de órgãos ligados ao setor elétrico, segundo Pereira (2014), tais como o Ministério de Minas e Energia – MME e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, historicamente são favoráveis à construção da hidrelétrica, visto que os mesmos representam de certa forma, os interesses do Congresso Nacional. Pereira (2014) afirma que esses órgãos tiveram participação preponderante no processo decisório de Belo Monte e agiram quase que de forma isolada, em alguns momentos, sem estabelecer mecanismos de coordenação com outras agências estatais e com grupos sociais. A autora aponta que mesmo as alterações realizadas com intuito de aumentar a viabilidade social e ambiental do projeto foram decididas a partir da formação de grupos técnicos compostos apenas por membros do setor elétrico, e que a interação com outros órgãos, como o IBAMA, por exemplo, só ocorrem como fruto da previsão legal que acaba incluindo outros órgãos em diferentes momentos do processo decisório. Pereira (2014) alerta, ainda, que essa relação é pautada, em grande medida, pela imposição de decisões já tomadas pelo setor elétrico.

Lançando um olhar crítico sobre a hegemonia do setor elétrico ao longo do processo decisório de Belo Monte, apontado por Pereira (2014), cabe destacar o posicionamento de Milani e Solinís (2002) com relação às deficiências do Estado para defender e promover o bem público,

A partir de então, o debate em ciências políticas em torno do Estado centrou-se em suas falhas diante das funções regalianas associadas à regulação, ao bem-estar e ao desenvolvimento social. A partir da constatação das deficiências do Estado, as teorias políticas passaram a reconhecer que os atores não-estatais se forjam cada vez mais em legitimidade para defender e promover o bem público. O Estado não mais deteria, de maneira exclusiva, o monopólio da promoção desse bem público, nem sua definição. Tratar-se-ia também de definir o espaço público no qual se produz a democracia atualmente, um espaço público constituído de uma rede complexa de interesses, de interações entre atores e escalões de intervenção políticas (MILANI; SOLINÍS, 2002, p. 271).

Essa crítica se fortalece em Guattari (1990) que ao demonstrar suas preocupações com as ameaças ecológicas contemporâneas, afirma que “as atuais formações políticas e instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações, e que as ameaças que pesam sobre o planeta hoje devem ser tratadas além da ecologia ambiental”. Nesse sentido, o autor sugere “a busca por novos caminhos sustentáveis de interação com o meio ambiente, a partir da ressignificação da relação da subjetividade do indivíduo com sua exterioridade [...] e propõe que somente uma articulação ético-política – a que ele chama *ecosofia* – poderia esclarecer de forma adequada tais questões”.

Da análise do conteúdo das falas de atores estatais do setor elétrico durante audiência pública realizada em 08/07/2015, pode-se observar certa mudança nas relações desses atores com órgãos como IBAMA e FUNAI, por exemplo. Essa postura de aproximação do setor elétrico junto a setores envolvidos com questões sociais e ambientais pode indicar um reconhecimento da importância do papel desses órgãos como facilitadores no processo de obtenção de maior viabilidade social e ambiental do projeto. Além disso, o setor elétrico procura, em seu discurso, reforçar a questão da importância da inclusão social

e da participação da sociedade no processo de Belo Monte, o que, segundo eles, pode ser evidenciado através das alterações que foram feitas no projeto inicial da usina.

“[...] eu acompanho empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica desde 2003, e tenho, nesse acompanhamento, visto sempre, o IBAMA e a FUNAI sendo extremamente críticos e detalhistas com o processo de licenciamento. Algumas vezes até, mais do que nós gostaríamos, pois temos essa pressão, essa vontade de fazer, de desenvolver, de trazer o processo para frente. Então, eu tenho muita confiança na FUNAI e muita confiança no IBAMA, quando do encaminhamento dessas questões das condicionantes de licenciamento ambiental e das questões indígenas”. (Domingos Romeu Andreatta – Diretor do Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico, da Secretaria de Energia Elétrica, representando o Ministério de Minas e Energia – MME durante audiência pública do dia 08/07/2015)

“[...] na nossa visão, energia não é um fim em si mesmo. Nós geramos energia para uma finalidade. E a finalidade é o desenvolvimento social. Então, nós não podemos ter energia se essa energia excluir pessoas. Ela tem que ser inclusiva. Ela tem que incluir pessoas. E não excluir. Então, se uma pessoa for excluída nós não estamos atendendo, a nosso ver, a finalidade da geração de energia.” (Helvio Neves Guerra – Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração (SCG), representando a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL durante audiência pública do dia 08/07/2015)

“O projeto Belo Monte, na nossa visão, ele é resultado de um pacto da sociedade. Assim que eu vejo. E é um pacto social, e ele tem que atender a essa finalidade. Quando eu falo de pacto social, eu estou me referindo a toda discussão que se travou até chegar ao projeto que nós temos hoje. Se nós observarmos o projeto original de Belo Monte, nós tínhamos um projeto que [...] atingia uma área muito maior do que essa que temos hoje. Então nós fizemos, por conta dessa discussão que tivemos com a sociedade,

com a participação da sociedade, nós fizemos um comprometimento de parte da energia que está sendo gerada. O projeto original era um projeto que tinha aproximadamente 1.200 km². Hoje, nós temos um projeto que atinge, aproximadamente, 500 km². [...] Então, nós temos aí um projeto que do ponto de vista do impacto que ele produzia inicialmente, ele é muito melhor do que o original”. (Helvio Neves Guerra – Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração (SCG), representando a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Essa percepção de mudança nas relações dos órgãos do setor elétrico – o núcleo “duro” do processo decisório de Belo Monte – com IBAMA e FUNAI pode indicar um avanço na prática de uma governança que tem suas origens na era da ditadura militar e que representa o conceito apresentado pelo Banco Mundial em 1991, cuja concepção de governança foca o exercício da autoridade, controle, administração, e poder de governo; isto é, o modo pelo qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país, visando o desenvolvimento. E nesse cenário, governança implica na capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções. A definição geral de governança, para o Banco Mundial, consiste nas tradições e instituições pelas quais é exercida a autoridade de um país e isso inclui o processo pelo qual os governos são escolhidos, monitorados e substituídos; a capacidade do governo de efetivamente formular e implementar políticas sólidas; e o respeito dos cidadãos e do Estado para as instituições que governam as interações econômicas e sociais entre eles (BANCO MUNDIAL, 2011).

De modo geral, a partir das observações de campo e dos estudos já realizados no âmbito de Belo Monte, infere-se que a noção de governança que predominou por muito tempo confunde-se com a ação de governar, que significa, segundo Nogueira (2001), “deter uma posição de força a partir da qual seja possível desempenhar uma função imediatamente associada ao poder de decidir e implementar decisões ou, ainda, de comandar e mandar nas pessoas” (NOGUEIRA, 2001, p. 99).

Assim, a aproximação do setor elétrico junto a órgãos envolvidos com questões sociais e ambientais pode indicar uma evolução no processo de governança de Belo Monte,

considerando o histórico de luta de movimentos contrários à usina e seus laços com algumas agências estatais – tais como IBAMA, MPF e Defensoria Pública do Estado do Pará – o que também pode ter contribuído no sentido de provocar o governo a se abrir ao diálogo, de forma mais participativa, e, quem sabe, se propor a ouvir as demandas da sociedade civil, efetivamente. Mas na prática, não é tão fácil. Segundo Zarattini (2013) ao envolver as dimensões sociais e políticas da gestão pública, revela-se a complexidade que existe para se ‘por em prática’ a ideia de governança. Esta complexidade traz para o centro do debate a relação entre Estado e sociedade, com destaque para os mecanismos de controle social. E questões como a discussão sobre as instâncias de participação social passam a ser, gradativamente, incorporadas nas políticas públicas, como estratégias de aproximação entre Estado e sociedade. Nesse sentido, Irving *et al* (2007) faz a seguinte observação:

O conceito de governança vem sendo construído e adquirindo novos significados em políticas públicas, notadamente a partir dos anos 80, quando passa a aparecer, com maior visibilidade e frequência, em documentos sobre gestão pública, designando os processos de tomada de decisão e controle social, nos quais são incluídos outros atores além das instituições formais de governo (IRVING *et al*, 2007, p. 83)

E essa noção de governança mencionada por Irving *et al* (2007) traz ao debate a percepção da necessidade de cooperação e colaboração entre Estado e sociedade civil, para almejar ações de interesse coletivo. Esta ideia também está intrinsecamente relacionada à capacidade de uma determinada sociedade em criar e desenvolver relações de confiança entre os atores sociais. Entretanto, o que vem se observando, na prática, é que quase sempre os interesses coletivos se submetem aos interesses do Estado.

5.4 RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E COORDENAÇÃO DE INTERESSES DIFERENTES: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS E ESTATAIS EM AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA TOMADA DE DECISÃO

A Audiência Pública da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA, realizada na Câmara dos Deputados em 8/7/2015, em Brasília, – período de trabalho de campo na cidade de Altamira – que teve como objetivo discutir as condições de liberação da Licença de Operação (L.O) à Usina Hidrelétrica de Belo Monte, é um bom exemplo para ilustrar o posicionamento conflituoso entre os diferentes atores sociais e estatais em relação ao processo de licenciamento ambiental e ao cumprimento das ações de compensação, tanto pelo empreendedor quanto pelo Estado.

O discurso do Diretor de Licenciamento Ambiental do IBAMA, Tomas Toledo – proferido nessa Audiência Pública – traz um histórico do Processo de Licenciamento Ambiental de Belo Monte com intuito de demonstrar que o processo tem ocorrido de forma pública e que o órgão vem acompanhando a implementação das ações condicionantes. Segundo o diretor, o Processo de Licenciamento Ambiental de Belo Monte iniciou-se em fevereiro de 2006, no IBAMA, e em maio de 2009 a Eletrobras apresentou o Estudo de Impacto Ambiental – EIA. Ainda segundo Tomas Toledo, por volta de setembro de 2009, o IBAMA realizou audiências públicas para discussão do EIA, de modo que, com base nessas audiências e na Análise de Avaliação Técnica sobre esse Estudo, emitiu a Licença Prévia para a usina em fevereiro de 2010. A partir da Licença Prévia, foi realizado o leilão em abril de 2010, de modo que, em junho de 2011, o IBAMA emitiu a Licença de Instalação n. 795/201, a qual autoriza a implantação, do ponto de vista ambiental, da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Nesse sentido, a Licença de Instalação estabeleceu 23 (vinte e três) condições específicas para que a Licença tivesse validade – as chamadas condicionantes específicas, que o IBAMA vem acompanhando, observando e avaliando, desde então, para determinar o real cumprimento dessas condicionantes, assim como, o cumprimento das obrigações previstas nos Programas Ambientais.

Durante esta audiência pública pode-se observar que, de modo geral, atores estatais favoráveis ao empreendimento, tais como representantes políticos; do Ministério de Minas e Energia; do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e da Agência Nacional de

Energia Elétrica – ANEEL compartilham entendimento semelhante no que se refere ao cumprimento das ações de compensação – as chamadas condicionantes – por parte do empreendedor, Norte Energia SA. Por outro lado, atores estatais e sociais que ao longo do tempo têm se posicionado de forma crítica à construção da hidrelétrica – Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal, ONG's, movimentos sociais e etc. – rebatem os dados apresentados e trazem à tona discussões que vão além das atuais responsabilidades do empreendedor, que remontam às obrigações iniciais do Estado em se fazer presente na região norte de modo a tentar suprir seu déficit histórico com relação às políticas públicas, o que consideram um pré-requisito para construir a Usina Hidrelétrica de Belo Monte na região.

O empreendedor – empresa Norte Energia S.A – apresentou todas as ações que vem sendo realizadas no âmbito das condicionantes. O interesse da empresa era de que o IBAMA concedesse a Licença de Operação à Belo Monte sob a justificativa de que a empresa cumpriu todas as etapas e todas as demandas oriundas do Licenciamento Ambiental, sem perder de vista que seu cronograma para entrar em operação encontra-se em atraso. Esse mesmo olhar é compartilhado por representantes políticos que apoiam o empreendimento e entidades estatais do setor elétrico.

[...] a Norte Energia, como empreendedor, cumpriu todas as etapas, cumpriu todas aquelas demandas que foram oriundas do Licenciamento Ambiental. (José Anchieta dos Santos – Diretor Socioambiental do Consórcio Norte Energia SA, durante audiência pública do dia 08/07/2015).

Falar em 30% de condicionante: ah, pelo amor de Deus! Eu sou da região, participei desse processo todo. Tem atraso? É claro que tem. Mas, está no tempo. Acho que tem coisas muito maiores para se discutir. (Deputado José Geraldo, durante audiência pública do dia 08/07/2015).

[...] eu acompanho empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica desde 2003, e tenho, nesse acompanhamento, visto sempre, o IBAMA e a FUNAI sendo extremamente críticos e detalhistas com o processo de licenciamento [...]. Eu tenho muita

confiança na FUNAI e muita confiança no IBAMA, quando do encaminhamento dessas questões das condicionantes de licenciamento ambiental e das questões indígenas. (Domingos Romeu Andreatta – Diretor do Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico, da Secretaria de Energia Elétrica, representando o Ministério de Minas e Energia - MME, durante audiência pública do dia 08/07/2015).

Entretanto, muitas ações que a empresa considerou como ‘atendidas’, foram enfaticamente rebatidas por setores da sociedade civil, ONGs, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União e políticos, sob o argumento de que seus resultados finais não mitigaram os riscos previstos nas condicionantes, e sendo assim, a empresa não poderia obter a Licença de Operação naquele momento, o que de fato ocorreu ao término da audiência.

Eu acompanho o componente indígena de Belo Monte desde 2012, se eu pudesse resumir, mas não posso fazer isso em 10 minutos, tudo que eu assisto naquela região eu diria: etnocídio. Esse é o resumo do impacto de Belo Monte sobre os povos indígenas. [...] Não houve programa de etnodesenvolvimento. (Dra. Thais Santi – Procuradora da República no Município de Altamira, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

[...] o apelo que nós estamos fazendo no sentido de que esta Licença de Operação não seja liberada até que esse processo possa ser minimamente equilibrado para que essas populações, nos seus direitos mais elementares, possam ser minimamente respeitadas, para que a gente possa, pelo menos, não entrar para a história como omissos diante dessa tragédia que está anunciada no estado do Pará. (Arnaldo Jordy – Deputado, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

[...] as conclusões que a gente chega são: o reservatório não pode ser formado, a Licença de Operação não pode ser concedida, sem o saneamento de fato operando, sem que seja reconhecida a moradia sazonal e o reassentamento na beira do rio seja executado para os moradores de rio e

margens de ilha que estão saindo de suas casas com indenizações pífias e que não estão tendo condições de continuar pescando. Além disso, a garantia da execução do Pedral sair desse jogo de empurra entre a Prefeitura e a Norte Energia, e que já está há mais de 2 anos de atraso. Sem que sejam corrigidas as distorções no Cadastro do Reassentamento Urbano (ainda existe muita gente de fora do cadastro). (Carolina Piwowarczyk Reis – Representando o Projeto Xingu do Instituto Socioambiental - ISA, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

Por tudo que foi exposto, é inegável que essa Licença Operacional não pode sair, sr. do IBAMA, sem que antes a gente limpe esse meio de campo que está conturbado. E isso, eu quero lhe dizer, eu entreguei um documento para ser entregue ao senhor quando a equipe do licenciamento esteve lá em Altamira, onde eu falo que a gente não temos as creches, viu seu Anchieta, nós não temos; as mulheres estão impossibilitadas de continuar o seu trabalho, pois nós não temos creche, nós não temos transporte urbano coletivo, nós não temos uma série de benfeitorias que nos foram prometidas durante o processo de “sedução”, que vocês nos fizeram. (Gracinda – Moradora de Altamira, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

A nossa vida é mais importante do que qualquer empreendimento. [...] E eu quero dizer aqui pra vocês que as coisas continuam acontecendo, a grande violação dos direitos humanos. Eles continuam fazendo lá o que querem porque eles tão querendo essa Licença, pessoal. Eles tão querendo essa Licença o mais rápido possível! Mas vamos pensar junto; tem muito pai de família, tem muito índio ribeirinho que ta vivendo uma necessidade lá, perdendo seu direito, perdendo suas ilhas, suas casas. (Claudio Curuaia Cambui (indígena) – representando o Movimento Xingu Vivo para Sempre, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

O IBAMA, ao se posicionar no sentido de que a empresa atendeu a todas as condicionantes previstas, porém fazendo ressalvas de que ainda existiam metas a serem cumpridas para que a empresa obtivesse a Licença de Operação,

No que se refere ao atendimento das 23 condicionantes, o primeiro relatório apresentou 5 condicionantes não atendidas; [...]; e por último, o sexto relatório, nenhuma condicionante não atendida. Isso quer dizer que está tudo às mil maravilhas? Que está tudo em conformidade? Que a Licença de Operação está garantida? Não, não é isso que o IBAMA quer dizer. Nós temos metas definidas para a liberação da Licença de Operação, no processo de licenciamento ambiental. [...] Cabe à empresa licenciada comprovar o atendimento dessas metas para que o IBAMA emita a Licença de Operação – LO. (Sr. Tomas Toledo – Diretor de Licenciamento Ambiental, representando o IBAMA, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

traz à tona um cenário de conflitos de interesses – de um lado, os interesses do empreendedor e do governo federal representado por atores estatais do setor elétrico, e por outro, os interesses sociais defendidos pela própria sociedade, por ONGs, Ministério Público Federal, Defensoria Pública e políticos – que na visão de Kazancigil (2010), é o espaço para a prática da governança como “uma ferramenta auxiliar do governo (...) que poderia ser utilizada como uma orientação para o governo em algumas de suas funções, como a coordenação dos interesses privados e a resolução dos conflitos entre esses últimos no espaço público”.

Me arrepiou aqui quando o Tomas (IBAMA) disse que, nos seis relatórios, as condicionantes estavam atendidas; fiquei preocupado, Tomas, e espero que nesse sétimo (relatório) essa verdade venha à tona, e que essa Licença de Operação não saia, enquanto essa população não seja atendida, efetivamente, nos seus direitos básicos. (Cláudio Luiz dos Santos – Defensor-Chefe da Defensoria Pública da União do Pará, durante audiência pública do dia 08/07/2015)

A própria realização dessa Audiência Pública pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA, na Câmara dos Deputados, pode ser entendida como um campo de aplicabilidade da noção de governança empreendida por Kazancigil (2010) e complementada por Irving *et al* (2007) –

apresentadas no Capítulo II desta dissertação – de que “o conceito de governança vem sendo construído e adquirindo novos significados em políticas públicas, notadamente a partir dos anos 80, (...), designando os processos de tomada de decisão e controle social, nos quais são incluídos outros atores além das instituições formais de governo” (IRVING et al, 2007, p. 83).

Cabe destacar que os resultados do estudo de Pereira (2014) – que aborda as capacidades decisórias no caso de Belo Monte desde 2010 – apontam que a grande heterogeneidade de demandas e de interesses do grupo contrário à usina e a sua intensa articulação, durante o processo de licenciamento ambiental, com o IBAMA, exigiu da agência ambiental a construção de canais de diálogo formais e informais (reuniões, consultas, audiências) para conseguir compreender as principais pautas desses atores. A agenda alternativa – em relação às prioridades desenvolvimentistas do governo federal – defendida por esse grupo, como o desenvolvimento sustentável e a defesa dos direitos humanos e de minorias políticas, exigiu a formação de uma ampla rede de colaboração entre IBAMA e agências estatais para encaminhar essas pautas. Como resultado, o processo de licenciamento ambiental foi marcado pelas parcerias entre IBAMA e FUNAI, ICMBio, Ministério das Cidades, entre outros. Grande parte dessa colaboração deu origem as condicionantes da licença ambiental prévia. Por outro lado, as interações entre setor elétrico e o grupo favorável desestimulou – por causa de suas características de homogeneidade, coesão e por defenderem uma pauta prioritária para os governos desenvolvimentistas – a construção de capacidades participativa e de coordenação interburocrática desse setor. O padrão de interação dos grupos favorável e contrário também se mostrou extremamente importante para a capacidade decisória: enquanto o grupo favorável trouxe para a relação com o setor elétrico uma rede de atores centrais nos processos decisórios de grandes empreendimentos, fortalecendo a capacidade decisória do setor elétrico; o grupo contrário acionou uma rede de atores marginais ao interagir com o IBAMA, enfraquecendo a capacidade decisória do órgão ambiental (PEREIRA, 2014, p. 238).

A importância da participação nesse processo é defendida por Bordanave (2013, *apud* ALVES, 2015) que aponta a necessidade de saber em que consiste a participação na construção de uma sociedade solidária. Para ele, o uso frequente da palavra participação também revela a aspiração de setores cada dia mais numerosos da população a assumirem o

controle do próprio destino. No entanto, o autor ressalta que esse interesse pela participação “não parece estar acompanhado de um conhecimento generalizado do que ela é, de seus graus e níveis, de suas condições, sua dinâmica e suas ferramentas operativas” (BORDENAVE, 2013, p. 8). Já Loureiro, Marcus e França (2003) entendem que a participação é um “processo social que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino do coletivo”. Nesse sentido, Souza (2004) ressalta que é importante considerar que a participação se produz na dinâmica da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana dos diversos segmentos da população, podendo esta ser entendida como uma questão social, um processo contrário à dominação, à concentração de poder.

Em um cenário de conflitos de interesses onde também está em jogo o interesse coletivo, como o caso de Belo Monte, há que se observar o sentido de governança empreendido por Born *et al* (1996, *apud* Gomides e Silva, 2009) que o associa à capacidade social – seja de sistemas, instrumentos ou instituições, de influenciar e direcionar comportamentos e procedimentos dos Estados, das empresas ou das pessoas, em torno de questões que interessam ao conjunto de atores sociais – como um instrumento que coloque os interesses coletivos no mesmo patamar decisório que os demais interesses. Assim, para esses autores, o conceito de governança

refere-se ao conjunto de iniciativas e processos que permitem às pessoas, por meio de suas comunidades e organizações civis, a exercer o controle social, público e transparente, das estruturas estatais e das políticas públicas, por um lado, e das instituições de mercado por outro, visando atingir objetivos comuns (GOMIDES E SILVA, 2009, p. 183)

Observa-se, então, que a noção de governança, nessa perspectiva, diz respeito à existência de mecanismos que possibilitem e garantam um ambiente no qual haja o fortalecimento do poder individual de cada cidadão, nos processos de negociação; o “empoderamento” dos atores sociais, para que estes possam reconhecer os desafios e interferir na sua realidade concreta. Assim, buscam-se proporcionar certo equilíbrio em cenários de conflitos na tentativa de se coordenar diferentes interesses, principalmente, quando há interesses coletivos em disputa.

Sob a perspectiva das 3 ecologias, um dos desafios da ecologia social, segundo Tavares e Pontes (2014), será a reconstrução das relações humanas em todos os níveis. E nesse contexto, a ideia de participação passa a configurar como importante ferramenta na articulação de uma “revolução molecular”, pois permitiria segundo Deleuze e Guattari (*apud* GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 45), “focos de resistência política da maior importância, já que atacam a própria raiz do sistema”. Para Bordenave (2013), existe uma tendência para intensificação dos processos participativos, “aqui e acolá surgem associações as mais diversas: amigos do bairro, movimentos ecológicos, associações de moradores, comunidades eclesiais de base, e outras” (BORDENAVE, 2013, p. 7).

Para Guattari e Rolnik (1996), o que caracteriza os novos movimentos sociais não é somente uma resistência contra esse processo geral de serialização da subjetividade (que representa a dominação e a concentração de poder), mas também, a tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares, processos de singularização subjetiva. Por isso, a importância das representações em grupos, que passam a ter a autonomia de operar seu próprio trabalho de semiotização, de se inserir em níveis de força local, etc.

Nesse sentido, cabe ressaltar a importância da Psicologia Social Comunitária nesse processo, pois representa a possibilidade de desenvolvimento da consciência social de grupos e de relações sociais “que se efetivem através da comunicação e cooperação entre pessoas, relações onde não haja dominação de uns sobre os outros” (LANE, 1981, p.68). Para a autora, “cada grupo desenvolve um processo próprio, em função das suas condições reais de vida e das características peculiares dos indivíduos envolvidos” (LANE, 1981, p.70).

Portanto, Guattari e Rolnik (1996) reforçam a importância dos grupos no processo de singularização, destacando que a característica “automodelador” é o que vai permitir ao grupo captar os elementos da situação que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, “sem ficar nessa posição constante de dependência em relação ao poder global, a nível econômico, a nível do saber, a nível técnico, a nível das segregações, dos tipos de prestígio que são difundidos” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 46). E essa resistência à dominação de poder consiste numa revolução molecular, que cria mutações na subjetividade consciente e inconsciente dos indivíduos e dos grupos sociais; revolução caracterizada pela contestação do sistema de representação política, questionamento da vida

cotidiana, da sua relação com o consumo, com a produção, com o lazer, com os meios de comunicação, com a cultura, e por aí afora. Assim, a revolução molecular consiste em “produzir as condições não só de uma vida coletiva, mas também da encarnação da vida para si próprio, tanto no campo material, quanto no campo subjetivo”. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 46).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresenta, sob a luz do conceito das três ecologias (em seus registros: mental, social e ambiental), uma reflexão sobre alguns temas relacionados à governança e sustentabilidade no âmbito de Belo Monte – considerando como recorte temporal o ano de 2015 –, a partir de um viés psicossocial sobre a percepção dos diferentes atores sociais que compõem este cenário. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos: (1) investigar o olhar psicossociológico da percepção dos atores sociais; (2) identificar a existência de fronteiras de responsabilidade do setor público e privado; (3) analisar ações de governança nessa última etapa de construção da usina; (4) estudar a participação dos atores sociais no processo de resolução de conflitos e coordenação de interesses diferentes.

A partir dos objetivos específicos, a pesquisa busca responder às seguintes questões: (1) O que revela o olhar psicossociológico sobre a percepção dos atores sociais envolvidos? (2) Existem fronteiras de responsabilidade bem definidas, entre os setores públicos e privado, no âmbito de Belo Monte? (3) Pode-se dizer que existe governança? Por que? (4) Há resolução de conflitos e coordenação de interesses, através da participação?

Ressalta-se que os resultados apresentados são apenas considerações e não se constituem conclusões, pois são inferências a partir do material coletado na pesquisa de campo.

1. O olhar psicossociológico sobre a percepção dos atores sociais envolvidos no processo revela a polarização desses atores em dois grupos: quem é a favor e quem é contra Belo Monte. Tais posicionamentos não demonstram serem afirmações superficiais dos atores sociais, mas ao contrário refletem suas experiências ao longo de todo o processo de construção da usina até os dias atuais e trazem à tona seus valores, suas inseguranças, suas perdas, suas conquistas, etc. A partir de uma visão geral, verifica-se que essas percepções foram construídas ao longo do tempo, e em determinadas ocasiões – para alguns atores sociais – oscilaram em ser *a favor* ou *contra*. Hoje, na etapa final do empreendimento, prevalece um sentimento mais realista, sem expectativas ou promessas: o que se conquistou ou o que se perdeu. Da análise do conteúdo das entrevistas com a população local, depreendem-se repetidas citações a *perda, piora de vida, perda de*

identidade, valor de indenização, melhora de vida, aumento do custo, insegurança, etc. São parâmetros que as pessoas utilizam para medir se o empreendimento está sendo bom ou ruim para suas vidas. Verifica-se, por exemplo, que dentre as pessoas entrevistadas *a favor* de Belo Monte, a grande maioria é de ex-moradores dos *baixões* de Altamira (palafitas) que receberam casas nos bairros novos – os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) – construídas pela Norte Energia. Pode-se observar, ainda, que o posicionamento de parte dessas pessoas mudou ao longo do tempo – de *contra* para *a favor* – principalmente devido à incerteza se iriam conseguir novas moradias ou não. Com exceção dessas pessoas, observa-se que o sentimento predominante da grande maioria dos entrevistados é *contra* a usina, pois ela está associada à perda (inclusive a de identidade) e piora de vida (ocasionada por aumento dos custos, da violência, da população local, etc) dessas pessoas. Já com relação aos atores sociais que sempre mantiveram o mesmo posicionamento em relação à Belo Monte, posição *contra* – ONGs, Ministério Público e Defensoria Pública, por exemplo – revela que estes sempre intercederam pela defesa do meio ambiente, dos direitos dos indígenas, das populações vulneráveis e de todos os impactados pela obra. Nesse sentido, ao analisar esses resultados sob o enquadramento teórico do capítulo I, é importante retomar a percepção de Guattari (1990) para o fato de que a subjetividade, os bens e o meio ambiente encontram-se laminados sob a lógica de uma sociedade operada pelo Capitalismo pós-industrial – ou Capitalismo Mundial Integrado (CMI, como o denomina). E para haver uma verdadeira mudança no sujeito – em sua forma de pensar, agir e atribuir valores – torna-se necessário se debruçar sobre o que poderiam ser os dispositivos de produção de subjetividades, no sentido da construção de um “novo indivíduo”, o que só se torna possível a partir de uma ressingularização individual e/ou coletiva. Entretanto, essa ressingularização de subjetividade é praticamente impossível a partir do indivíduo sozinho, pois tal posição implica sempre num agenciamento coletivo, segundo Guattari e Rolnik (1996). Para Zourabichvili (2004) “se a instituição é um agenciamento molar que repousa em agenciamentos moleculares”, deduz-se, então, que o indivíduo “só se constitui ao se agenciar; ele só existe tomado de imediato em agenciamentos” (ZOURABICHVILI, 2004, p. 21). Sendo assim, uma das estratégias de reação a essa “produção de subjetividade capitalística” – processo de subjetivação característico do capitalismo, segundo Guattari e Rolnik (1996) – vem a partir do reconhecimento dessa produção como indústria de base do

sistema capitalista e da sensibilização de pontos de ruptura desse complexo industrial de subjetivação, “pontos nos quais se situariam, segundo Guattari e Deleuze, muitos dos movimentos sociais atuais”. Há que se observar, ainda, que esses pontos de ruptura podem ser entendidos como focos de resistência política da maior importância (GUATTARI, ROLNIK, 1996, p. 45) e que essa resistência à tentativa de controle social – que ocorre através da produção de subjetividade em escala mundial, de produção “em massa” – são fatores de relutância consideráveis, processos de diferenciação permanente, chamados por Guattari e Rolnik (1996) de “revolução molecular”.

2. Os resultados da pesquisa apontam que não existem fronteiras de responsabilidade bem definidas entre os setores públicos e privado, no âmbito de Belo Monte. Essa constatação tem impacto relevante à medida que Belo Monte está sendo construída em uma região secularmente carente de políticas públicas e de infraestrutura, e para viabilizar essa construção, o poder público tentou “transferir” grande parte desse déficit histórico para o empreendedor privado, fixando condicionantes a serem cumpridas ao longo da execução da obra (muitas eram pré-condições). Agrava-se a essa questão, o fato do governo exercer um papel ambíguo nas relações entre sociedade e empreendedor: ao mesmo tempo em que é o responsável pela fiscalização das ações do empreendedor, também é responsável pela execução de condicionantes de sua exclusiva competência. Tal ambiguidade traz uma insegurança social sobre a quem recorrer quando o próprio poder público não cumprir seus papéis. Soma-se, ainda, a preocupação pela transparência na alocação de recursos, considerando que os investimentos em condicionantes sociambientais foram incluídos na precificação da usina¹⁴. Assim, a configuração de Belo Monte, no aspecto de distinção de fronteiras entre o público e o privado, é vista por Thais Santi, procuradora da República em Altamira, como uma relação em que “Estado e empreendedor perversamente se misturam”¹⁵. Resgatando a concepção teórica do capítulo II, onde Kazancıgil (2002) retoma o conceito de governança de Gerry Stoker (1998) de que governança é uma maneira de governar onde os limites entre o setor público e privado são

¹⁴ Extraído do sítio <http://norteenergiasa.com.br/site/2016/04/13/opcao-pela-mentira-nota-em-resposta-a-coluna-de-miriam-leitao/>

¹⁵ Extraído do sítio http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/11/opinion/1460390361_909016.html

tênuas, o autor destaca, ainda, que a ideia é mostrar que os interesses que fazem parte das esferas públicas e privadas podem convergir para o bem social. Ao investigar essa temática, verifiquei que o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, o PDRS-X, vem sendo utilizado como uma importante ferramenta de participação e fiscalização por parte dos atores envolvidos no contexto de Belo Monte, mas ainda assim, não garante o efetivo cumprimento de todas as condicionantes e nem possui poder para tal. Nesse sentido, Kazancigil (2002) fortalece a importância da participação social no processo de governança e afirma que é necessário “[...] o envolvimento no processo de se fazer política, das autoridades estatais e locais, bem como o setor de negócios, os sindicatos de trabalhadores e os agentes da sociedade civil, tais como as ONGs e os movimentos populares” (KAZANCIGIL, 2002, p. 53). Ainda nessa concepção, o autor apresenta a ideia de governança global ao afirmar que as ONGs, por exemplo, possuem um importante papel nesse processo, pois ao serem incorporadas às instâncias de negociação e tomadas de decisão sobre os rumos do processo de desenvolvimento, traz à tona a relevância dos problemas sociais, além de proporcionar maior transparência na gestão. Entretanto, cabe ressaltar que vivemos em um cenário em que o papel do Estado tem-se reduzido e ressignificado. Nesse sentido, Guattari (1990) questiona o tradicional papel dos Estados ao tentar mediar as práticas “do império de um mercado mundial que lamina os sistemas particulares de valor e que coloca num mesmo plano de equivalência os bens materiais, os bens culturais, as áreas naturais e etc”, ao mesmo tempo em que se “coloca o conjunto das relações sociais e das relações internacionais sob a direção das máquinas policiais e militares” (Guattari, 1990, p.10) e constata que esse papel de mediador dos Estados vem se reduzindo cada vez mais, e que estes se posicionam, na maioria das vezes, a serviço conjugado das instâncias do mercado mundial e dos complexos militar-industriais. Para Bauman (1999), esse enfraquecimento do Estado é provocado por um processo de “definhamento das nações-estados” decorrente de uma era de expansão capitalística que tem como característica um capital cada vez mais rápido e sem fronteiras, sem domicílio fixo, onde as ferramentas do Estado (territorial) não mais funcionam. Sendo assim, como propor uma lógica de governança que garanta, efetivamente, a participação social no processo de tomada de decisão – através do empoderamento desses atores – dando transparência aos atos praticados, em um processo onde os limites entre o setor público e

privado se mesclam de forma tão confusa? A proposição de novas alternativas de governança passa pela compreensão da existência de duas políticas, segundo Deleuze e Guattari (1990): a macropolítica molar e a micropolítica molecular. Assim, a partir da participação do indivíduo na reprodução de agenciamentos sociais, que dependem de agenciamentos locais (moleculares), onde o próprio indivíduo modela a sua existência, serão possíveis novas reflexões nas esferas de relações psíquicas, sociais e ambientais que atravessam esse indivíduo permanentemente. Na concepção ecosófica proposta por Guattari (1990), o fortalecimento das relações sociais por uma prática de governança justa, equilibrada e transparente vem da resignificação da relação da subjetividade do indivíduo com sua exterioridade, ou seja, de uma articulação ético-política – a que ele chama ecosofia – entre os três registros ecológicos: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana.

3. O posicionamento dos atores estatais no processo decisório de Belo Monte, de modo geral, indica que ações de governança – *efetivas* – são aspectos bem recentes na história de construção da usina e se encontram em estágios iniciais. Órgãos ligados ao setor elétrico tais como o Ministério de Minas e Energia – MME e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, historicamente favoráveis à construção da hidrelétrica e representantes dos interesses do Congresso Nacional, centralizaram o processo decisório de Belo Monte de modo que o mesmo foi feito quase de forma isolada por eles, sem estabelecer (ou estabelecendo minimamente) mecanismos de coordenação com outras agências estatais e com grupos sociais, segundo Pereira (2014). A autora aponta, ainda, que mesmo as alterações realizadas com intuito de aumentar a viabilidade social e ambiental do projeto foram decididas a partir da formação de grupos técnicos compostos apenas por membros do setor elétrico, e que a interação com outros órgãos, como o IBAMA, por exemplo, só ocorrem como fruto da previsão legal que acaba incluindo outros órgãos em diferentes momentos do processo decisório. A autora revela, ainda, que essa relação foi pautada, em grande medida, pela imposição de decisões já tomadas pelo setor elétrico. Ao lançar um olhar crítico sobre essa centralização do processo decisório de Belo Monte dentro do Estado, apontado por Pereira (2014), cabe destacar o posicionamento de Milani e Solinís (2002) com relação às deficiências do Estado para defender e promover o bem

público “[...] a partir da constatação das deficiências do Estado, as teorias políticas passaram a reconhecer que os atores não-estatais se forjam cada vez mais em legitimidade para defender e promover o bem público. O Estado não mais deteria, de maneira exclusiva, o monopólio da promoção desse bem público, nem sua definição [...]” (MILANI; SOLINÍS, 2002, p. 271). E essa crítica se fortalece em Guattari (1990) que ao demonstrar suas preocupações com as ameaças ecológicas contemporâneas, afirma que “as atuais formações políticas e instâncias executivas parecem totalmente incapazes de apreender essa problemática no conjunto de suas implicações, e que as ameaças que pesam sobre o planeta hoje devem ser tratadas além da ecologia ambiental”. Nesse sentido, o autor sugere “a busca por novos caminhos sustentáveis de interação com o meio ambiente, a partir da ressignificação da relação da subjetividade do indivíduo com sua exterioridade [...] e propõe que somente uma articulação ético-política – a que ele chama *ecosofia* – poderia esclarecer de forma adequada tais questões”. Durante a pesquisa de campo, a partir da análise do conteúdo das falas de atores estatais do setor elétrico durante audiência pública realizada em 08/07/2015, pode-se observar certa evolução nas relações desses atores com órgãos como IBAMA e FUNAI, por exemplo. Essa postura de aproximação do setor elétrico junto a setores envolvidos com questões sociais e ambientais pode indicar um avanço na prática de uma governança que tem suas origens na era da ditadura militar e que representa o conceito apresentado pelo Banco Mundial em 1991, cuja concepção de governança foca o exercício da autoridade, controle, administração, e poder de governo; isto é, o modo pelo qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país, visando o “desenvolvimento”. Mas na prática, essa “evolução” não é tão fácil. Segundo Zarattini (2013) ao envolver as dimensões sociais e políticas da gestão pública, revela-se a complexidade que existe para se ‘por em prática’ a ideia de governança. Esta complexidade traz para o centro do debate a relação entre Estado e sociedade, com destaque para os mecanismos de controle social. E questões como a discussão sobre as instâncias de participação social passam a ser, gradativamente, incorporadas nas políticas públicas, como estratégias de aproximação entre Estado e sociedade. Irving *et al* (2007) aponta que essa noção de governança traz à tona a percepção da necessidade de cooperação e colaboração entre Estado e sociedade civil, para almejar ações de interesse coletivo. Esta ideia também está intrinsecamente relacionada à capacidade de uma determinada sociedade

em criar e desenvolver relações de confiança entre os atores sociais. Entretanto, o que vem se observando, na prática, é que quase sempre os interesses coletivos se submetem aos interesses do Estado. Assim, é importante retomar a ideia de participação configurando como importante ferramenta na articulação de uma “revolução molecular”, pois segundo Deleuze e Guattari (*apud* GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 45), permitiria “focos de resistência política da maior importância, já que atacam a própria raiz do sistema”. Nesse sentido, a própria Psicologia Social Comunitária representa a possibilidade de desenvolvimento da consciência social de grupos e de relações sociais “que se efetivem através da comunicação e cooperação entre pessoas, relações onde não haja dominação de uns sobre os outros” (LANE, 1981, p.68), onde “cada grupo desenvolve um processo próprio, em função das suas condições reais de vida e das características peculiares dos indivíduos envolvidos” (LANE, 1981, p.70).

4. Uma análise sobre a participação dos atores sociais e estatais em audiência pública para tomada de decisão revela que existe certo avanço na resolução de conflitos e coordenação de interesses diferentes por meio da participação, mas muito ainda tem para evoluir nesse sentido. A realização da Audiência Pública pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA, na Câmara dos Deputados, no dia 08/07/2015 – que contou com a participação de representantes dos atores sociais envolvidos na discussão de Belo Monte – pode ser entendida como um campo de aplicabilidade da noção de governança empreendida por Kazancigil (2010) e complementada por Irving *et al* (2007) – apresentadas no Capítulo II desta dissertação – de que “o conceito de governança vem sendo construído e adquirindo novos significados em políticas públicas, notadamente a partir dos anos 80, (...), designando os processos de tomada de decisão e controle social, nos quais são incluídos outros atores além das instituições formais de governo” (IRVING *et al*, 2007, p. 83). Entretanto, essa mesma audiência também pode ser vista como um impeditivo da participação de todos os atores sociais envolvidos, visto que a mesma foi realizada em Brasília e a usina está sendo construída no Pará. Sendo assim, a população – principal interessada no resultado da audiência – não dispôs de recursos para o deslocamento até Brasília. Bordanave (2013) chama a atenção para a importância da participação e alerta que existe uma necessidade de

saber em que consiste, efetivamente, a participação na construção de uma sociedade solidária. Para ele, o uso frequente da palavra participação também revela a aspiração de setores cada dia mais numerosos da população a assumirem o controle do próprio destino. Para Souza (2004) é importante considerar que a participação se produz na dinâmica da sociedade e se expressa na própria realidade cotidiana dos diversos segmentos da população, podendo esta ser entendida como uma questão social, um processo contrário à dominação, à concentração de poder. Ainda em relação à audiência pública do dia 08/07/2015, realizada em Brasília, cabe destacar outro aspecto interessante evidenciado pela reunião: a existência de um típico cenário de conflitos de interesses – de um lado, interesses do empreendedor e do governo federal representado por atores estatais do setor elétrico, basicamente, e por outro lado, interesses sociais defendidos pela própria sociedade, por ONGs, Ministério Público Federal, Defensoria Pública e políticos. E em um cenário de conflitos de interesses onde está em jogo o interesse coletivo – como o caso de Belo Monte – há que se observar o sentido de governança empreendido por Born *et al* (1996, *apud* Gomides e Silva, 2009) que o associa à capacidade social – seja de sistemas, instrumentos ou instituições, de influenciar e direcionar comportamentos e procedimentos dos Estados, das empresas ou das pessoas, em torno de questões que interessam ao conjunto de atores sociais – como um instrumento que coloque os interesses coletivos no mesmo patamar decisório que os demais interesses. Nessa perspectiva, há que se resgatar a noção de governança que diz respeito à existência de mecanismos que possibilitem e garantam um ambiente no qual haja o fortalecimento do poder individual de cada cidadão, nos processos de negociação; o “empoderamento” dos atores sociais, para que estes possam reconhecer os desafios e interferir na sua realidade concreta. Guattari e Rolnik (1996) reforçam a importância dos grupos no processo de singularização, destacando que a característica “automodelador” é o que vai permitir ao grupo captar os elementos da situação que construa seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, “sem ficar nessa posição constante de dependência em relação ao poder global, a nível econômico, a nível do saber, a nível técnico, a nível das segregações, dos tipos de prestígio que são difundidos” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 46). E essa resistência à dominação de poder consiste numa revolução molecular, que cria mutações na subjetividade consciente e inconsciente dos indivíduos e dos grupos sociais; revolução caracterizada pela contestação do sistema de

representação política, questionamento da vida cotidiana, da sua relação com o consumo, com a produção, com o lazer, com os meios de comunicação, com a cultura, e por aí afora. Assim, a revolução molecular consiste em “produzir as condições não só de uma vida coletiva, mas também da encarnação da vida para si próprio, tanto no campo material, quanto no campo subjetivo”. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 46), indicando um possível caminho na busca pela equidade em cenários de conflitos de interesses, onde está em jogo o interesse coletivo.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca. **Inventando a democracia: distribuição de recursos públicos através da participação popular em Porto Alegre**. Porto Alegre: ONG Cidade, 1997.

_____.; VON BÜLLOW, Marisa. **Movimentos Sociais na Teoria e na Prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Pescadores, ribeirinhos e indígenas: mobilizações étnicas na região do rio Xingu, resolução não negociada dos conflitos na usina hidrelétrica de Belo Monte**. 2014. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (Orgs). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA. 2014. p. 138-164

ALMEIDA, Fernando. **O Bom negócio da sustentabilidade**. Editora Nova Fronteira. 2002.

ALVES, Monalisa B. **Políticas Públicas de Turismo: o princípio da participação no contexto do Circuito Turístico Serras de Ibitipoca /Minas Gerais**. Tese (Doutorado). EICOS - UFRJ, Rio de Janeiro. 2015.

ANTONAZ, Diana. **Os estudos sócio-antropológicos no EIA da UHE de Belo Monte**. 2009. In: SANTOS, Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães; HERNANDEZ, Francisco del Moral (Orgs.). **Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. 2009. p. 36-40.

ASCELARD, Henri; MELLO, Cecília. **Elementos para análise do RIMA de Belo Monte à luz das conclusões e recomendações do projeto Avaliação de Equidade Ambiental**. 2009. In: SANTOS, Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães; HERNANDEZ, Francisco del Moral (Orgs.). **Painel de Especialistas: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**. 2009. p. 43-45.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora Persona, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

_____. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

_____. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRONZATTI, Fabricio Luiz; NETO, Alfredo Iarozinski. **Matrizes Energéticas no Brasil: cenário 2010-2030**. XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Rio de Janeiro, 13 a 16 de outubro de 2008.

BUARQUE, S. C. **Construindo o Desenvolvimento Sustentável**. Recife: IICA, 2001.

CAMPOS, R. H. F. **Psicologia Comunitária, cultura e consciência**. Petrópolis: Vozes, 2010.

CAMPOS, R. H. F. **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

DALLABRIDA, Valdir R.; BECKER, Dinizar F. **Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica**. Desenvolvimento em Questão, Ed. Unijuí, ano 1, n. 2, p. 73-98, 2003.

_____. **Dinâmicas territoriais do desenvolvimento**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

D'ÁVILA, Maria Inácia; BARBOSA, Vera Lucia. **Mulheres e artesanato: um 'ofício feminino' no povoado do Bichinho/Prados-MG**. Revista Ártemis, Vol. XVII nº 1; jan-jun, 2014. pp. 141-152.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. **Diferença e repetição**. São Paulo: Graal, 1998.

_____; GUATTARI, Félix. **Mil platôs, v. 1: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____; _____. **Mil platôs, v. 5: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DEMO, P. **Participação é conquista**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

- DURIGUETTO, M. L. **Descentralização, políticas públicas e participação popular.** Anais do II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia .25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil.
- FALCÃO, Alexandre. **Belo Monte: uma usina de conhecimento.** Rio de Janeiro: Insight, 2010. FEELEY, Malcom M.; RUBIN, Edward L. **Judicial Policy Making and the Modern State: How the Courts Reformed America's Prisons.** New York. Cambridge University Press, 2000.
- FLEURY, Lorena Cândido. **Conflito ambiental e cosmopolíticas na Amazônia brasileira: a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte em perspectiva.** 2013. 320 f. Tese. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humnas, Prograda de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2013.
- FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987.
- GALLON, Shalimar; SEVERO, Marilia B. **Debate teórico em torno do tema governança: reflexões preliminares.** Revista de Cultura Política. V. 5, N. 1, Set. 2015. ISSN: 2237-0579.
- GIOVANELLI, Rafael Gandur. **Discursos de desenvolvimento no Supremo Tribunal Federal: a participação indígena na autorização parlamentar para o aproveitamento hidrelétrico Belo Monte.** Dissertação (Mestrado). Escola de Direito, FGV-SP. São Paulo. 2015.
- GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GÔIS, C. W. L. **Psicologia Comunitária: atividade e consciência.** Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.
- GOMES, França Gustavo. **Conflitos socioambientais e o direito à água: aspectos jurídicos e sociais da Política Nacional de Recursos Hídricos.** Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Serviço Social. UFRJ. 2011.
- GOMIDES, J. E. e SILVA, A. C. **O Surgimento da Expressão “Governance”, Governança e Governança Ambiental.** Revista de Ciências Gerenciais, Vol. XIII, Nº 18, p. 177 – 194, 2009.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo:

Contexto, 2001.

GUATTARI, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense: 1981.

_____. **As 3 ecologias**. Campinas: Papirus, 1991.

_____; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: DPA, 2000.

HARDT, Michael. **A sociedade mundial de controle**. In: ALLIEZ, E. (Org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 357-372.

_____; NEGRI, Antonio. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HAWKEN, Paul *et al.* **Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial**. São Paulo: Cultrix, 2002.

HUFTY, Marc e AUBERTIN, Catherine. **La gouvernance environnementale globale**. In: HUFTY, Marc; FREIRE Alexandre; PLAGNAT, Poline e NEWMANN, Vanessa. *Jeux de Gouvernance: regards et réflexions sur un concept*. Genève: IUED. Cap. 8, p. 141-157, 2007

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ – IDESP. **Síntese econômica, ambiental e social do Município de Altamira**. Belém, 2013.

IRVING, M. A.; COZZOLINO Felipe; FRAGELLI Claudia e SANCHO, Altair. **Governança e políticas públicas: desafios para a gestão de parques nacionais no Brasil**, FLACSO, Equador, 2007.

IRVING, M. A. et al. **L’approche brésilienne de l’écologie sociale. Propos sur la relation nature-société**. In, CHARDEL, P.A. et REBER. B. (orgs). *Écologies sociales. Le Souci du commun*. Lyon, France. Ed. Parangon (situations & critiques). 2014. pp.91-109.

KAZANCIGIL, Ali. **A regulação social e a governança democrática da mundialização**. In: MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos; SOLINÍS, Germán (Orgs.). *Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?* Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

- LANDI, M. **Energia Elétrica e Políticas Públicas: a experiência do setor elétrico brasileiro no período de 1934 a 2005.** Tese (Doutorado em Energia) - Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia da Universidade de São Paulo, 2006.
- LANE, S. T. M. **Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil.** In: Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2002. P. 17-33.
- _____. **Avanços da psicologia social na América Latina.** In: Lane, S. T. M.; Sawaia, B. B. (Org.). Novas veredas da psicologia social. São Paulo: Brasiliense – EDUC, 1995.
- _____. **A psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia.** In: Lane, S. T.M.; Codo, W. (Orgs.) Psicologia Social – o homem em movimento. 7ª. ed São Paulo: Brasiliense – EDUC, 1989.
- LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Org.). **Novas veredas da psicologia social.** São Paulo: Brasiliense – EDUC, 1995.
- LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia.** Trad. Carlos Aurélio Mota de Souza. São Paulo: EDUSC, 2004.
- LORENZETTI, Julia V; CARRION, Rosinha M. **Governança ambiental global: atores e cenários.** Rio de Janeiro. Ad. EBAPE.BR vol.10 no.3. Setembro 2012.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política.** Rio de Janeiro: Quarter, 2003.
- MACIEL, T. B. **Caminhos para o Desenvolvimento: Século XXI.** Rio de Janeiro: UFRJ/Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável da UFRJ/ EICOS, 2006. 2 ed.
- _____. **Governança e sustentabilidade em uma época de diversidade cultural.** In: Tania Barros Maciel, Maria Inácia D'Ávila Neto, Regina Glória Nunes Andrade. (Org.). Fronteiras e diversidades culturais no século XXI: Desafios para o reconhecimento do Estado global. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X, v. 1, p. 183-190, 2012.
- _____. **Da sustentabilidade à sustentabilidade do ser: por um Desenvolvimento Humano Durável.** In: D'Ávila Neto, M. I.; Pedro, R. M. L. (Orgs.) Tecendo o desenvolvimento. Rio de Janeiro: MAUAD: Bapera Editora, 2003.
- _____; D'ÁVILA, M. I. **Comunidades e participação: desafios para a pesquisa e ação. O caso do Pantanal.** In: D'ÁVILA NETO, M. I. Desenvolvimento Social: Desafios

e 176 Estratégias. Rio de Janeiro: Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável – UFRJ/EICOS, 1995. P. 243-261

MILANI, Carlos; SOLINÍS, Germán. **Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro.** In: MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos; SOLINÍS, Germán (Orgs.). Democracia e governança mundial – que regulações para o século XXI. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Unesco, 2002. p. 266-291.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento - pesquisa qualitativa em saúde**, 11.ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, M. C. S. ; DELANDES, Suely Ferreira ; GOMES, Romeu . **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME. **Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte – Fatos e Dados 1.** Brasília. EPE, fevereiro 2011.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 8ª ed. São Paulo: Cortez. Brasília: Unesco, 2003.

_____. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOSCOVICI, Serge. **Sociedade contra natureza.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

MOYA, Carlos Alberto F. N.; FRANCO, Hélio Costa B.; REZENDE, Paulo Fernando V. **S. AHE Belo Monte – Evolução dos Estudos.** Artigo apresentado no Comitê Brasileiro de Barragens, XXVII Seminário Nacional de Barragens, Belém, Pará, 03-07 de junho de 2007.

NASCIUTTI, Jacyara C. R. **Reflexões sobre o espaço da psicossociologia.** In Série Documenta - EICOS. Ano IV, número 7. Rio de Janeiro. 1996. pp 51-64.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica.** São Paulo: Iluminuras, 2003.

PEREIRA, Ana Karine. **A construção de capacidade estatal por redes transversais: o caso de Belo Monte.** Tese (Doutorado). UNB, Brasília. 2014.

PIERRON, M. **In Fronteiras e diversidades culturais no século XXI: Desafios para o reconhecimento do Estado global.** 1ed. Rio de Janeiro: Mauad X, v. 1, p. 183-190, 2012.

PONTES, Fernando; TAVARES, Fred. **Ecosofia das Marcas: um breve olhar sobre as três ecologias através da publicidade.** Rio de Janeiro: Revista Augustus, V. 19, n. 37. 2014.

ROSENAU, J. N. **Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial**. In: Rosenau, J.N. e Czempiel, Ernst-Otto. Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 11-46 _____; CZEMPIEL, Ernst-Otto (Orgs.). **Governança sem governo - ordem e transformação na política mundial**. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SANTOS, Fabiano Santana *et al.* **Governança democrática e Terceiro Setor: possibilidades e dificuldades em duas ONGs na cidade de Porto Alegre**. São Luís: Revista Pol. Públ., v. 19, n 2, p. 467-477, jul/dez de 2015.

SANTOS, Maria Helena C. **Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte**. Revista de Ciências Sociais;40 (3) : 335-376. 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____; **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____; **Por uma Geografia nova – da crítica da Geografia a uma Geografia nova**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Em busca de novas estratégias de desenvolvimento**. Estudos Avançados 9 (25). 1995. p. 29-63.

_____. **A lógica do desenvolvimento**. Revue Internationale des Sciences Sociales. Paris: Unesco. Éditions Érès vol. L, n. 3, 1998.

_____. **Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir**. São Paulo, Ed. Vértice, 1986.

SANTOS, B.S. **Globalização: fatalidade ou utopia**. Lisboa: Afrontamento, 2001.

SANTOS, M. H. C. **Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte**. Revista de Ciências Sociais. 40 (3). p. 335-376. 1997.

SEVÁ, Oswaldo. **Povos indígenas, as cidades, e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar**. In: SEVÁ FILHO, Oswaldo (Org.). Tenotã-

mão: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. [S.L]: International Rivers Network. 2005. P. 29-54

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo. **Profanação hidrelétrica de Btyre/Xingu: fios condutores e armadilhas (até setembro de 2012)**. In: OLIVEIRA, João Pacheco de; COHN, Clarice (Orgs.). Belo Monte e a questão indígena. Brasília: ABA. 2014. pp. 165-199

SIBILIA, Paula. **O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SILVA, Marcos Vieira; MIRANDA, Sheila F. **Poder e identidade grupal: um estudo em corporações musicais da região das vertentes**. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 642-652. 2013.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. São Paulo: Paz e Terra, 1988. 8ª Edição.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **O renascer dos povos indígenas para o direito**. Curitiba: Juruá. 2012.

SPOSATI, A. O. **A participação e o pôr-se em movimento**. *Serviço Social & Sociedade*, v. 3, n. 9, p. 43-56, 1982.

STIGLITZ, J. E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Futura, 2002.

SUNKEL, O. **A sustentabilidade do desenvolvimento atual na América Latina**. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Unesp, 2001.

SWITKES, Glenn; SEVÁ, Oswaldo. **Resumo Executivo**. In: SEVÁ FILHO, Oswaldo (Org.). **Tenotã-mão: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. [S.L]: International Rivers Network. 2005. P. 13-26.

TAVARES, Fred. **“Sustentabilidade Líquida”: o consumo da natureza e a dimensão do capitalismo rizomático nos platôs da sociedade de controle**. Rio de Janeiro: *Revista Sinais Sociais*, V.9, n. 16. 2014.

TAVARES, Fred; IRVING, Marta. **Natureza S/A: o consumo verde na lógica do Ecopoder**. São Paulo: Rima, 2009.

- TRENTIN, Taise R. D; PIRES, Nara S. S. **Mediação socioambiental: uma nova alternativa para a gestão ambiental.** Direito em Debate: Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da Unijuí. Ano XXI, nº 37, jan.-jun. 2012 • ISSN 2176-6622.
- VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- VEIGA, José Eli. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor.** São Paulo: Ed. SENAC, 2010.
- _____. **A Desgovernança Mundial da Sustentabilidade.** São Paulo: Ed. 34, 2013.
- _____. **Os desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil.** In: PÁDUA, J. A. (Org.). Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- VERDUM, Ricardo. *Pueblos indígenas en Brasil: El desafío de la autonomía.* 2010.
- YRIGOYEN FARJADO, Raquel Z (Ed). *Pueblos indígenas: constituciones y reformas políticas en América Latina.* Lima: Gráfica Kuatro. 2010. P. 111-133.
- _____. Novo constitucionalismo e direitos indígenas na América Latina. Revista da Faculdade da FMP, n. 5, p. 27-36, 2010a.
- _____. *El indigenismo brasileño em tiempos de multiculturalismo.* ALTERIDADES, 18(35): pp. 33-46 - 2008
- _____. Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais: Riscos e desafios no crescimento econômico. Boletim Orçamento e Política Ambiental, Brasília, DF, p. 1 - 16, 01 jun. 2012.
- _____. As Obras de Infraestrutura do PAC e os Povos Indígenas na Amazônia Brasileira. 1. ed. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2012a.
- ZARATTINI, Andréa Curi. **A convenção do patrimônio Mundial da UNESCO: avaliando a governança na Costa do Descobrimento – Reservas da Floresta Atlântica (BA/ES).** Dissertação (Mestrado) - Programa EICOS/IP, Rio de Janeiro, 2013.
- ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze.** São Paulo: Conexões, 2004.
- WORLD BANK. *Governance and Development.* Washington D.C, 1992.

Sítios consultados

ABA: <http://www.aba.com.br/>

ANEEL: <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=671>

Câmara dos Deputados: <http://www2.camara.leg.br/>

Coluna da Eliane Brum: http://brasil.elpais.com/autor/eliane_brum/a/

Folha de São Paulo: <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>

IBAMA: <http://www.ibama.gov.br/>

IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/>

IDESP: <http://www.idesp.pa.gov.br/>

INESC: <http://www.inesc.org.br/>

Instituto Socioambiental: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>

Ministério de Minas e Energia: <http://www.mme.gov.br/>

Movimento Xingu Vivo para Sempre: <http://www.xinguvivo.org.br/>

Norte Energia S.A: <http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/usina-belo-monte/>

PAC: <http://www.pac.gov.br/>

STF: <http://www.stf.jus.br/portal/principal/principal.asp>

PDRS: <http://pdrsxingu.org.br/>

Blog de Belo Monte: <http://www.blogdebelomonte.com.br>

ELETROBRAS S.A: www.eletronbras.com.